

THAYLINY ZARDO

**SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL:
ENFRAQUECIMENTO DAS RELAÇÕES COMUNITÁRIAS**

Bolsista CAPES



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2016**

THAYLINY ZARDO

**SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL:
ENFRAQUECIMENTO DAS RELAÇÕES COMUNITÁRIAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – mestrado acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como exigência final para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Professora Doutora Arlinda Cantero Dorsa.

Bolsista CAPES

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

Z36s Zardo, Thayliny
 Síndrome da alienação parental: enfraquecimento das relações
 comunitárias / Thayliny Zardo; orientação Arlinda Cantero Dorsa. –
 2016.
 107 f.

 Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade
 Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2016.

 1. Síndrome de alienação parental 2. Desenvolvimento local
 3. Capital humano 4. Saúde mental 5. Comunidade – Desenvolvimento
 I. Dorsa, Arlinda Cantero II. Título

CDD – 307.14

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “Síndrome da Alienação parental: enfraquecimento das relações comunitárias”.

Área de concentração: Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Local: Cultura, Identidade, Diversidade.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 29/02/2016

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Arlinda Cantero Dorsa – Orientadora
Universidade Católica Dom Bosco



Profª Drª Maria Augusta de Castilho
Universidade Católica Dom Bosco



Profª Drª Maria Cristina Lima Paniago
Universidade Católica Dom Bosco



Profª Drª Luciani Coimbra de Carvalho
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Às pessoas que jamais deixaram de demonstrar tamanho amor e crença em meus sonhos: pai, mãe e irmã.

AGRADECIMENTOS

A maior parte das grandes conquistas, tal como esta, são alcançadas com o auxílio de certas e determinadas pessoas, as quais merecem especial atenção e gratidão:

Obrigada aos meus pais, Rose e Julio, cada palavra de incentivo, cada abraço apertado, cada beijo e conselho recheados de carinho, nos momentos de desânimo e incredulidade. Vocês renovaram minhas forças a cada dia durante todo o percurso, de modo a me fazer acreditar que a realização desse sonho sempre foi possível.

Obrigada a minha querida irmã Gabriela por dividir inúmeros sentimentos, desde as frustrações até as alegrias, resultado das incompreensões e compreensões existentes nesta etapa de minha vida. Ao compartilhar cada instante com você, senti-me mais recuperada, firme e entusiasmada para continuar essa caminhada até o destino final.

Obrigada a todos os meus amigos e colegas de mestrado, em especial João Alberto e Antonio Henrique, pela paciência durante todo o tempo em que convivemos, pela atenção e carinho nos dias de aula e, principalmente, pelo apoio, auxílio e conhecimentos compartilhados. Tenham a certeza de que bons frutos produzidos por mim, partem da semente plantada por vocês.

Obrigada aos meus estimados professores, que nunca deixaram de lembrar o quão importante seria esse passo, razão pela qual responsabilidade e seriedade eram necessárias a todo momento.

Obrigada, especialmente, à Professora Arlinda Cantero Dorsa, que ultrapassou os limites do ensino para se tornar ora amiga, ora mãe, nas orientações, conselhos e conversas tidas, sempre com muita energia, disposição e determinação.

À Universidade Católica Dom Bosco e à CAPES meus sinceros agradecimentos por tornarem possível, financeiramente, a realização dessa conquista.

Por fim, obrigada a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram com essa dissertação e, por conseguinte, para a materialização do sonho de se tornar mestre.

ZARDO, Thayliny. Síndrome da alienação parental: enfraquecimento das relações comunitárias. 108f. 2016. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

RESUMO

A presente pesquisa versa sobre a temática da Síndrome da Alienação Parental como fator de enfraquecimento das relações comunitárias. Nesse sentido, a investigação parte da premissa de que a família é a instituição social primária, geradora e preparadora de capital humano, responsável pela transmissão inicial de valores imateriais, necessários à construção da personalidade do indivíduo, como preparação para a vida social. A Síndrome da Alienação Parental consiste em um fenômeno que atinge diretamente ao indivíduo, considerado protagonista das ações desenvolvimentista em prol da comunidade a que pertence. Desse modo, o objetivo central é analisar as consequências negativas decorrentes da síndrome, não apenas às vítimas, como também às relações comunitárias, com possíveis reflexos ao desenvolvimento local. Para tanto, a pesquisa contempla aspectos referenciais que tratam sobre temas pertinentes à investigação, quais sejam: família, formação da pessoa humana, desenvolvimento local e desenvolvimento em escala humana. Entrevistas abertas foram realizadas com profissionais multidisciplinares envolvidos com o tema, cujos discursos coletados compuseram material considerável para a análise do fenômeno. O método indutivo e a abordagem qualitativa fazem parte da metodologia utilizada, com a Análise Crítica do Discurso como ferramenta de análise dos dados da investigação. Conclui-se, portanto, que a Síndrome da Alienação Parental consiste em óbice à formação social do ser humano, capaz de ocasionar sérios problemas psicossociais, bem como o desempoderamento do indivíduo. Tais problemas individuais acabam por ser compartilhados com as demais pessoas à volta do alienado, de forma a representar, não apenas um empecilho à constituição sadia da identidade e personalidade do ser humano, como também um prejuízo às suas relações sociais, com reflexos negativos para o desenvolvimento local. Assim, a Síndrome da Alienação Parental acomete a dimensão humana, considerada pressuposto básico para o desenvolvimento social e, conseqüentemente, o desenvolvimento local de uma comunidade.

Palavras-chave: Síndrome da Alienação Parental. Problemas Individuais Psicossociais. Capital Humano. Desenvolvimento Local.

ZARDO, Thayliny. Síndrome da alienação parental: enfraquecimento das relações comunitárias. 108f. 2016. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

ABSTRACT

This research deals with the subject of Parental Alienation Syndrome as a weakening factor of community relations. In this regard, the research starts from the premise that the family is the primary social institution, generating and preparing human capital, responsible for the initial transmission of immaterial values, necessary for the construction of the individual's personality, as a preparation for social life. The Parental Alienation Syndrome is a phenomenon that affects the individual directly, it is considered protagonist of developmental actions for the community to which it belongs. So, the main objective is to analyze the negative consequences of the syndrome, not only the victims, but also to community relations, with possible consequences for local development. Therefore, the research includes referential aspects that deal with relevant topics to the investigation, such as: family, formation of the human person, local development and development on a human scale. Open interviews were conducted with multidisciplinary professionals involved with the theme, whose collected speeches composed substantial material to analyze the phenomenon. The inductive method and the qualitative approach are part of the methodology used, with the Critical Discourse Analysis as a tool to analyse the research findings. It can be concluded therefore that the Parental Alienation Syndrome consists of an obstacle to the social formation of human beings, being able to cause serious psychosocial problems, as well as the individual disempowerment. Such individual problems end up being shared with others around the alienated, representing not only a hindrance to a healthy constitution of the identity and personality of human beings, as well as a loss of their social relations, with negative consequences for the local development. Thus, the Parental Alienation Syndrome affects the human dimension, considered a basic presupposition for social development and hence for the local development community.

Keywords: Parental Alienation Syndrome. Individual Psychosocial Problems. Human Capital. Local Development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Manifestações primárias da Alienação Parental.....	40
Quadro 2 – Consequências psicológicas da Alienação Parental.....	45
Quadro 3 – As macroestruturas textuais da Alienação Parental.....	78
Quadro 4 – Das representações discursivas sobre a Alienação Parental.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP – Alienação Parental

SAP – Síndrome da Alienação Parental

DL – Desenvolvimento Local

ACD – Análise Crítica do Discurso

MP – Macroproposição

mp - Microproposição

ONU – Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
2 A PESQUISA: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	15
2.1 O método	15
2.2 A abordagem metodológica	18
2.3 Objetivos do estudo	21
2.4 Questões norteadoras	22
2.5 A coleta, análise e interpretação dos dados	22
3 A FAMÍLIA E A FORMAÇÃO DO SER SOCIAL	26
3.1 A evolução da família brasileira: um breve delinear histórico	26
3.2 A família enquanto matriz social	31
3.3 A alienação parental	38
3.4 A síndrome da alienação parental	43
3.5 A síndrome da alienação parental e o enfraquecimento das relações comunitárias	46
4 O INDIVÍDUO COMO PROTAGONISTA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	51
4.1 Desenvolvimento local: uma reflexão sobre os aspectos conceituais	51
4.2 O indivíduo: formação pessoal e social	55
4.3 O (des) empoderamento do indivíduo na construção social	59
4.4 O desenvolvimento em escala humana: a reciprocidade entre indivíduo e comunidade	63
4.5 Os prejuízos ao desenvolvimento local provenientes da síndrome da alienação parental	67
5 OS FILHOS E AS DISPUTAS FAMILIARES SOB A ÓTICA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO	72

5.1 Análise crítica do discurso: do breve lineamento histórico aos aspectos conceituais	73
5.2 Metodologia de análise e categorias analíticas empregadas	77
5.3 O resguardo dos filhos: os futuros cidadãos, protagonistas do desenvolvimento local	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	102
APÊNDICE B: MODELO DO ROTEIRO DE ENTREVISTAS	106

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A família constitui um dos agrupamentos humanos mais complexos da sociedade, capaz de se moldar ao transcurso das culturas, do tempo e local em que se institua. Face à sua complexidade e tamanha capacidade de adequação às mais variadas exigências do meio social, despertou-se um interesse e um fascínio pelo estudo do tema, principalmente quando observado sob o prisma da constituição da individualidade dos seres humanos.

A partir das lições em Desenvolvimento Local, ora denominado DL, percebe-se uma estreita relação entre família, indivíduo e o processo desenvolvimentista, razão pela qual se entende importante um aprofundamento acerca da temática, de modo que a Síndrome da Alienação Parental, ora denominada SAP, mostra-se um óbice ao regular funcionamento da relação sistemática mencionada.

A presente dissertação adquire caráter interdisciplinar, o qual oportuniza a integração de assuntos de diferentes áreas, em que as ciências diversas unem-se para dar conta dos significados, questões e inquietações existentes, permitindo uma melhor e mais completa compreensão sobre o conteúdo abordado. A interdisciplinaridade deste estudo reúne assuntos que passam pelo direito, psicologia, sociologia e linguística, por exemplo, tendo em vista minudenciar o objeto investigado. Nessa perspectiva, a didática interdisciplinar em comento tem o intuito de estruturar e construir uma argumentação robusta e contundente quanto à relação sistêmica entre família, indivíduo, comunidade e desenvolvimento local.

A relevância familiar para o ser humano pode ser vista desde o nascimento. Todo e qualquer indivíduo necessita de cuidados ao nascer, sejam biológicos, como a alimentação/sustento e proteção, ou emocionais, como amor, carinho e afeto, os quais lhes são dados pela família. O grupo familiar representa, portanto, o marco inicial da formação dos indivíduos, em que são transmitidos os primeiros valores imateriais, a identidade e educação, utilizados no processo de formação social dos filhos. A cultura, a moral, os bons costumes e a ética básica e primordial ao convívio social desprendem-se, primeiramente, do seio familiar, na relação pais e filhos, para, posteriormente, serem integralizados e compartilhados na relação filhos e sociedade.

Nesse sentido, a Alienação Parental, ora denominada AP, consiste em uma ameaça ao cumprimento regular das funções familiares e caracteriza-se pelo objetivo do alienante em

incutir ideias e atitudes contrárias e negativas àquelas vividas pela criança/adolescente em sua relação com o ente-alvo. A própria criança/adolescente pode internalizar essas informações e criar cenários que levem à recusa do ente alienado, com a possibilidade de não recordar mais das experiências felizes e amorosas com o não-guardião. Verificada essa conduta de recusa por parte do infante, instalada está a SAP. Em outras palavras, a SAP atua como uma forma de abuso emocional das crianças e/ou adolescentes praticado pelo alienador, cujos efeitos psicológicos podem manter-se por anos.

Imperioso lembrar que este ser humano é o responsável direto pela construção da sua própria história, bem como pelas transformações que entender necessárias ao seu bem-estar e qualidade de vida. O indivíduo é quem modifica o ambiente à sua volta e a si mesmo, simultaneamente, sendo considerado a força fundamental de que imprescinde o desenvolvimento local. Isto é, o processo desenvolvimentista tem o ser humano como seu motor propulsor; que impulsiona e movimenta o desenvolvimento local, considerando-se a dimensão humana sua peça-chave.

Dessa maneira, tudo aquilo que, de alguma forma, causar embaraços à essência e função familiar, como faz a AP e SAP, merece especial atenção, em virtude dos sérios prejuízos à esfera individual da vítima alienada, os quais podem recair sobre as suas relações comunitárias e, por conseguinte, o desenvolvimento local. De um modo geral, objetiva-se analisar a Síndrome da Alienação Parental enquanto fator de desempoderamento do sujeito e o consequente enfraquecimento das relações comunitárias, dificultando-se o desenvolvimento local. Para tanto, é necessário: examinar a SAP; demonstrar o desempoderamento do sujeito promovido pela referida síndrome, como obstáculo à formação e desenvolvimento pessoal e social do indivíduo, partindo das práticas discursivas e evidenciar a consequência do desempoderamento do alienado ao desenvolvimento local, qual seja o enfraquecimento das relações comunitárias.

A presente pesquisa foi estruturada em cinco capítulos, assim designados: 1: Considerações iniciais; 2: A pesquisa: aspectos teórico-metodológicos; 3: A família e a formação do ser social; 4: O indivíduo como protagonista do desenvolvimento local e 5: Os filhos e as disputas familiares sob a ótica da análise crítica do discurso.

O primeiro capítulo apresenta as considerações iniciais sobre a pesquisa. Nesse momento são feitos breves apontamentos acerca dos temas investigados no decorrer do trabalho, com o intuito de uma contextualização geral dos aspectos observados pela investigação.

No segundo capítulo é apresentada a metodologia utilizada no decorrer da pesquisa: pelo método indutivo, quanto às bases lógicas; pelo método observacional, quanto às bases técnicas e; pelo método sistêmico, quanto ao procedimento metodológico. O pensamento sistêmico proposto por Bertalanffy (1975) possibilita que a pesquisa considere não somente o homem, mas também o contexto e as relações ao seu redor, de modo a observar uma interconexão entre família, indivíduo, comunidade e desenvolvimento local. A abordagem qualitativa também se faz essencial à investigação para viabilizar a compreensão da subjetividade dos indivíduos. Quanto aos dados, inicialmente foram coletados por pesquisa bibliográfica e, posteriormente, por pesquisa de campo, com utilização de entrevista aberta à população alvo. A análise dos discursos coletados foi feita sob a ótica da análise crítica do discurso de Teun van Dijk (1999, 2008 e 2013).

O terceiro capítulo, por seu turno, apresenta teor familiar, desde um breve lineamento histórico e evolutivo, até chegar à constituição atual, marcada por vínculos afetivos. A discussão permeia a temática da família como matriz social, demonstrando-se a sua influência na formação da identidade e personalidade do indivíduo. Também é na esfera familiar que surgiram a AP e SAP, fenômenos que são definidos e caracterizados nesse momento, com atenção para as consequências que causam ao ser humano e seus relacionamentos sociais.

O quarto capítulo aborda o conteúdo bibliográfico referente ao Desenvolvimento Local e Desenvolvimento em Escala Humana, em que o indivíduo é protagonista do processo desenvolvimentista. O estudo versa sobre a formação pessoal e social da pessoa, os processos de empoderamento e desempoderamento, apresentando-se os eventuais prejuízos ao desenvolvimento local provenientes da SAP.

No quinto e último capítulo, a investigação debate acerca da importância de proteção dos filhos, os quais representam os futuros cidadãos e agentes de desenvolvimento local. Por sua vez, a análise crítica do discurso, delineada no instante, aparece como instrumento de análise das entrevistas realizadas, cujos dados trazidos constituem em discursos de profissionais multidisciplinares envolvidos com a prevenção e tratamento da Alienação Parental como um todo. As entrevistas apresentadas corroboram as informações bibliográficas utilizadas, no sentido de que a proposição fundamental da pesquisa, qual seja a SAP como fator de desempoderamento do sujeito e enfraquecimento das relações comunitárias, é lógica e tem respaldo convincente para se chegar a uma conclusão positiva ao pensamento inicial no curso da dissertação.

2 A PESQUISA: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Este capítulo objetiva demonstrar os aspectos teóricos e metodológicos da presente pesquisa, de forma a tratar sobre a abordagem, o método e demais procedimentos adotados durante a realização do trabalho em tela, uma vez que “a pesquisa nas ciências sociais hoje se caracteriza por uma multiplicidade de abordagens, com pressupostos, metodologias e estilos narrativos diversos” (ALVES-MAZZOTTI E GEWANDSZNADJER, 2002, p. 128), os quais necessitam ser elucidados caso a caso para uma melhor compreensão e confiabilidade da pesquisa apresentada.

Para tanto, utilizou-se como modelo metodológico básico de pesquisa científica Minayo (2007 e 2010), porém não exclusivo, de forma que a pesquisa se constitui como não interventiva, de abordagem qualitativa e método indutivo.

2.1 O método

A importância de se determinar o método está no fato de que é ele quem direciona a pesquisa; é o método que indica ao pesquisador a forma como procederá com a pesquisa. Nas palavras de Flick (2009, p. 23) “os métodos tornaram-se o ponto de referência para a verificação da adequação de ideias e de questões para a investigação empírica”, de modo que é ele quem possibilita o alcance ao objetivo pretendido pela pesquisa, por meio de um caminho traçado para a identificação de erros e adequação das ideias, sempre ao auxílio do pesquisador.

Dessa maneira, na pesquisa em comento foi adotado o método indutivo em relação às bases lógicas, cujos conhecimentos e dados referentes a uma parcela específica da população seriam utilizados para se chegar a uma análise mais ampla do fenômeno em apreço. De uma forma mais simplificada, o método indutivo consiste em alcançar uma premissa maior, partindo-se de uma premissa menor.

No que diz respeito às bases técnicas da pesquisa, fez-se uso do método observacional, o qual se utiliza de procedimentos sensoriais, como ver, sentir e escutar, com o fim de se perceber os fatos diretamente. O referido método permite uma observação mais espontânea dos fatos e o pesquisador assume uma postura de expectador dos acontecimentos cotidianos, estando próximo ao fenômeno em análise, o que facilita e muito contribui com a pesquisa qualitativa.

Por seu turno, quanto ao procedimento metodológico adotado, tem-se o método estruturalista, sob a ótica sistêmica. Segundo Bertalanffy (1975), o perfil sistêmico do método consiste em um todo integrado cujas propriedades não podem ser reduzidas às propriedades das partes. Isso significa que somar o comportamento das partes não atinge a mesma complexidade que apresenta o comportamento do todo, de forma que os acontecimentos demandam mais do que decisões individuais das partes. Essa teoria originou-se no século XX, com as colaborações iniciais de Ludwig von Bertalanffy, o qual publicou uma obra de grande repercussão sobre o assunto, intitulada de Teoria Geral dos Sistemas. A partir de então, a teoria sistêmica foi traduzida por várias expressões de outros autores mundiais, tais como Morin (1989) e Prigogine (1989).

Em Teoria Geral dos Sistemas, Bertalanffy (1975) aduziu acerca da necessidade de criação de categorias teóricas rigorosas capazes de responder ao complexo mundo humano, desde a biologia até à sociologia. Para o autor, a termodinâmica clássica que trata do equilíbrio deveria ser complementada por uma teoria que englobasse também os sistemas abertos afastados, de maneira a identificar a interação como ponto crucial a todos os campos científicos, sendo o *sistema* o conceito central da teoria apresentada.

O referido autor verificou que na organização dos seres vivos havia a existência de uma ordem hierárquica de entidades, superpostas em vários níveis e que partiam de sistemas físicos e químicos, para os biológicos, sociológicos e políticos, ocasionando uma uniformidade estrutural dos diversos sistemas da realidade. Esses sistemas, por sua vez, eram abertos, interconectados, instáveis e em constante dinamismo recursivo.

No que se refere a essa nova teoria proposta por Bertalanffy (1975), não há se falar em disciplinas, mas em constituição de totalidades no interior da organização dos fenômenos, razão pela qual diz-se que é uma ciência dos todos organizados ou da totalidade. Por esse viés, os cientistas deveriam buscar a unidade científica baseada na isomorfia de leis relacionadas a diferentes áreas sem, contudo, reduzir os fenômenos e transferir ingenuamente os conceitos, bem como buscar abordagens com semelhanças superficiais. De um modo mais simples, a tarefa é encontrar a interação entre as áreas de conhecimento.

Em tal perspectiva, o autor anteriormente citado explica que o método sistêmico se aplica às ciências sociais em razão dos grupos humanos, desde os menores, constituídos pelas relações pessoais e pela família, até os maiores, como as civilizações e nações, posto que não são apenas produto das forças sociais encontradas, mas sim parte de um universo criado pelo homem conhecido como cultura.

A ciência social tem de tratar com seres humanos no universo da cultura criado por eles. O universo cultural é essencialmente um universo simbólico. Os animais estão envolvidos por um universo *físico* que têm de enfrentar, o meio físico, as presas a capturar, os predadores a evitar e assim por diante. O homem, ao contrário, está envolvido por um universo de *símbolos*. Começando com a linguagem, que é um requisito da cultura, até as relações simbólicas com seus semelhantes, o estado social, leis, ciência, arte, moral, religião e inumeráveis outras coisas, o comportamento humano, exceto nos aspectos básicos das necessidades biológicas da fome e do sexo, é governado por entidades simbólicas. (BERTALANFFY, 1975, p.262)

Por outro viés, Morin (1989) associa o pensamento sistêmico ao pensamento complexo, em que o que se capta do mundo não é a subtração do objeto com o homem, mas sim o fato de que o objeto visto e observado é uma coprodução humana. Para ele, o conhecimento do objeto, ainda que físico, não se dissocia de um sujeito cognoscente, enraizado em uma cultura e uma história. “Portanto, é tão necessário considerar as raízes antropossociais de qualquer conhecimento físico quanto considerar as raízes físicas de qualquer realidade antropossocial.” (MORIN, 1989, p. 38). Nessa linha, o pensamento complexo representa uma articulação entre o conhecimento humano e o biológico, e deste com o conhecimento físico-químico, sem que haja a redução do homem ao biológico ou ao físico-químico. O enraizamento da produção e do saber científico na cultura e história humana resulta em uma maior complexidade ao conhecimento adquirido, concedendo-o duas raízes, sendo uma pertinente à práxis histórico-social e a outra à realidade empírica.

Em que pesem as ideias sustentadas por Morin (1989), Prigogine (1989), por sua vez, utiliza a Teoria das Estruturas Dissipativas para explicar o pensamento sistêmico. No entendimento do autor citado, o caos entrópico, por meio de inúmeras flutuações-bifurcações, é uma fonte de evolução e irrupção de novas organizações complexas. Em sua teoria, destaca a importância do tempo irreversível, peça-chave de qualquer mudança, propondo uma aliança entre a cultura científica e a humanista, de modo que, em convergência, interrogam acerca de fenômenos como o devenir, ou seja, o vir a ser, o transformar-se, a reabilitação da desordem e o acaso organizador. Para ele, a redescoberta do tempo pode representar a unificação entre ciência, cultura e sociedade, cuja justificativa recai na observação de que antes a ciência apenas tratava de leis eternas, mas agora trata também da história do universo e da matéria, provando a aproximação com as ciências humanas. Dessa forma, Prigogine (1989) assevera que a ciência estaria se libertando dos vínculos ideológicos do século XVII, em busca de uma visão mais universal e respeitosa com as tradições e problemáticas existentes.

Com esteio nas teorias em apreço, nota-se que, em quaisquer delas, não há a negação da racionalidade científica, mas sim a associação entre esta e a cultura humanista, de maneira

a caminharem lado a lado. Para o pensamento sistêmico, a ciência, isoladamente, torna-se insuficiente para tratar o desenvolvimento humano e descrever o universo material, motivo pelo qual deve trabalhar em conjunto com a subjetividade do homem e suas práticas histórico-sociais. É necessário que o cientista considere o sistema em que o fenômeno observado está imerso; considere a complexidade existente em torno do objeto, o qual se justifica tal como está em razão da organização estrutural porque participou até seu presente estudo/análise/descrição.

Nessa linha, o pensamento sistêmico, sob a perspectiva da complexidade, apresenta-se como uma nova abordagem de compreensão do desenvolvimento humano, de forma que a visão sistêmica, na percepção do homem, não observa apenas o indivíduo em separado, mas considera também o contexto e as relações estabelecidas à sua volta. A título de exemplificação, tem-se o funcionamento familiar, em que um comportamento é capaz de afetar o outro e ser afetado por este ou por um diverso da família, em uma espécie de coparticipação e/ou corresponsabilidade, quer dizer, caso uma família não funcione de forma saudável, os indícios do material patogênico familiar serão apresentados pelo indivíduo advindo desse grupo.

Pensar sistemicamente significa observar o homem e tudo à sua volta como uma teia, em que todos estão inter-relacionados. Trata-se de uma abordagem que necessita de um novo modo de ver a vida humana; que exige do cientista e/ou pesquisador uma ampliação de foco, bem como a compreensão de que a responsabilidade pela existência de um sintoma no indivíduo não recai apenas sobre ele, mas extrapola para as relações em que ele está envolvido.

Sendo assim, entende-se que a perspectiva sistêmica no contexto desta pesquisa possibilita o entendimento acerca da interconexão existente entre a família, indivíduo, comunidade e desenvolvimento local, cuja delimitação do objeto investigado consiste na Síndrome da Alienação Parental, proveniente de problemas familiares, como prejuízo não somente ao indivíduo, mas também para as suas relações sociais, dificultando o processo desenvolvimentista da comunidade.

2.2 A abordagem metodológica

A metodologia é um importante instrumento caracterizador da pesquisa, capaz de conceder forma e adequação aos conhecimentos adquiridos acerca do objeto em análise, por meio do emprego de métodos e técnicas específicas que garantem a confiabilidade,

credibilidade e consistência ao estudo desenvolvido. Estabelecer a abordagem metodológica significa estabelecer os elementos básicos para a reflexão e experimentação do objeto de pesquisa a fim de se atingir os objetivos previamente delineados pelo pesquisador. De forma simplificada, é o modo de contato entre pesquisador e objeto de pesquisa, desde a coleta de dados até à sua interpretação, cuja finalidade é alcançar os objetivos propostos inicialmente. Por tal razão, a presente pesquisa apresenta abordagem qualitativa, em que a representatividade numérica (positivismo) mostra-se pouco relevante ao passo que a compreensividade é a preocupação maior de referida abordagem.

Nos ensinamentos de Goldenberg (1998), Weber já tratava acerca da sociologia compreensiva para as ciências sociais, de modo que “o comportamento significativo dos indivíduos engajados na ação social” (GOLDENBERG, 1998, p.19) é de suma importância para a análise do sujeito e objeto de pesquisa. A autora explica que o compreensivismo auxilia os cientistas sociais a entenderem os valores, sentimentos humanos, motivações e crenças, cuja compreensão dos elementos citados apenas se torna possível quando postas em um contexto de significado, razão pela qual a realidade social merece estudo dentro de uma perspectiva científica.

[...] a ciência não é só racionalidade, é subjetividade em tudo o que o termo implica, é emoção, individualização, contradição, enfim, é expressão íntegra do fluxo da vida humana, que se realiza através de sujeitos individuais, nos quais sua experiência se concretiza na forma individualizada de sua produção. O social surge na rota única dos indivíduos constituídos em uma sociedade e uma cultura particular. A representação da ciência como atividade supraindividual, que supõe a não-participação do pesquisador e o controle de sua subjetividade, ignora o caráter interativo e subjetivo do nosso objeto, o qual é condição de sua expressão comprometida na pesquisa. Sem a implicação subjetiva do sujeito pesquisado, a informação produzida no curso do estudo perde significação e, portanto, objetividade, no sentido mais amplo da palavra. (sic) (GONZÁLEZ REY, 2002, p. 28)

Importante verificar que a pesquisa qualitativa permite a observação da subjetividade, tanto individual como social. É necessário mencionar que a subjetividade individual se constitui pela social, assim como a subjetividade social, simultaneamente, constitui-se pela individual. De todo modo, em ambos os aspectos, a subjetividade é um elemento em constante mudança, sensível ao transcurso e evolução do tempo, capaz de explicar o comportamento humano.

É possível notar que a abordagem utilizada viabiliza a compreensão do mundo vivido pelos indivíduos, bem como a razão de certos e determinados atos humanos por meio da percepção dos atores envolvidos na investigação. Em outras palavras, a pesquisa qualitativa evidencia o fenômeno em análise, ainda que parcialmente, pelo estudo do comportamento do

homem social e a interpretação do significado subjetivo advindo das opiniões, crenças e valores individuais, por exemplo.

Em tal contexto, Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002) explicam que o compreensivismo existente no método qualitativo é utilizado pelo pesquisador em sua investigação ao se propor tentar compreender tanto o significado das situações e eventos atribuídos pelos atores que deles participam, como a cultura de um grupo e/ou organização, em que coexistem visões diversas relativas aos subgrupos que os compõem.

Consoante lecionam Minayo, Deslandes e Gomes (2007), o positivismo utiliza a filosofia e os conceitos matemáticos para explicar uma realidade na pesquisa social, em que apenas técnicas estatísticas atingiriam a objetividade. Por seu turno, o compreensivismo consiste na oposição ao modelo retromencionado e a compreensão da realidade humana, vivida socialmente, que consiste em seu foco principal. “A sociologia compreensiva propõe a *subjetividade* como fundamento do sentido da vida social e defende-a como constitutiva do social e inerente à construção da *objetividade* nas Ciências Sociais.” (MINAYO; DESLANDES; GOMES 2007, p.23)

Nessa perspectiva, os autores supracitados ensinam que o compreensivismo preocupa-se em entender o objeto em análise e não em quantificá-lo. Relações, valores, atitudes, crenças, hábitos e representações formam um conjunto de fenômenos gerados socialmente que devem ser compreendidos para a interpretação da realidade. Os autores Minayo, Deslandes e Gomes (2007) observam que trabalhar com a pesquisa qualitativa é atuar com a matéria-prima da cotidianidade, das vivências e experiências, analisando, ainda, as estruturas e instituições, entendendo-as como ação humana objetivada. Linguagem, símbolos, práticas, relações e coisas tornam-se inseparáveis, todos passando pela subjetividade humana.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. [...]. Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, DESLANDES; GOMES 2007, p. 21)

Sob essa ótica Minayo (2010) sustenta, ainda, a ideia de que esse tipo de método além de permitir revelar processos sociais de grupos particulares que podem ser pouco conhecidos, também oportuniza a construção de abordagens, variáveis e tipologias, criação e revisão de conceitos e categorias, bem como elaboração de hipóteses no transcurso da investigação.

Por tais razões, a pesquisa qualitativa vem sendo utilizada por muitos pesquisadores que pretendem estudar fenômenos envolvendo seres humanos e suas relações pessoais, como

ocorre na presente pesquisa. Desse modo, o método citado foi utilizado nesta investigação com o intuito de se compreender as particularidades da Síndrome da Alienação Parental, desde as suas origens até sua concepção atual, cujo enfoque investigativo consiste em eventuais prejuízos ao indivíduo vitimado, com possíveis reflexos negativos para o prisma social e o desenvolvimento local. A pesquisa qualitativa, portanto, mostra-se como uma importante ferramenta de proximidade com o objeto de estudo, um instrumento de análise sensível à realidade social observada, em comparação aos demais métodos existentes a fim de se garantir a maior confiabilidade e fidedignidade quanto aos dados coletados, analisados e descritos.

2.3 Objetivos do estudo

Conforme já delineado, o objetivo geral da presente investigação consiste em analisar a Síndrome da Alienação Parental enquanto fator de desempoderamento do sujeito e o consequente enfraquecimento das relações comunitárias. Possibilitar, ao final da pesquisa, a compreensão da síndrome e seus efeitos sobre o indivíduo, cujos dados obtidos serão confrontados com o referencial teórico pertinente ao assunto abordado, de forma a concluir sobre os prejuízos às relações sociais e, consequentemente, ao desenvolvimento local.

Para tanto, objetiva-se, especificamente, examinar a Síndrome da Alienação Parental (SAP), desde a conceituação, características e sintomas, sendo que a maior parte das contribuições teóricas são de Gardner (1985, 1991, 1999, 2001a, 2001b, 2002a, 2002b, 2002c).

Intenciona-se também demonstrar o desempoderamento do sujeito promovido pela SAP, como óbice à formação e desenvolvimento pessoal e social do indivíduo, partindo de práticas discursivas de profissionais diversos envolvidos com o tema, utilizando-se a teoria da Análise Crítica do Discurso na perspectiva de Teun van Dijk (1999, 2008 e 2013) para a análise dos dados.

Ao final, pretende-se evidenciar a consequência do desempoderamento do alienado ao desenvolvimento local, qual seja o enfraquecimento das relações comunitárias, por meio de elucidações trazidas por autores como Freire (1977), Max-Neef (1993), Mussen *et al* (1995), Trindade (1996) e Lowenstein (2002).

2.4 Questões norteadoras

A pesquisa proposta apresentou três questões norteadoras, as quais almejam atingir os objetivos estabelecidos na presente investigação.

Tem-se como questão norteadora inicial: O que é Síndrome da Alienação Parental? Como ocorre? Uma vez que é necessária a conceitualização, caracterização e conhecimento de aspectos gerais da síndrome para a utilização em análises sociais posteriores e sem os quais os objetivos propostos restam prejudicados.

Outra questão norteadora consiste em: Quais os efeitos que o fenômeno pode gerar nos indivíduos alienados? A fim de se apurar a existência ou não de prejuízos aos envolvidos.

Por fim, a terceira questão norteadora é: Quais os reflexos sociais decorrentes da Síndrome da Alienação Parental e sua relação com o desenvolvimento local? Uma vez que se faz necessário correlacionar os efeitos ocasionados pela síndrome nos indivíduos, os quais estão inseridos em grupos sociais que podem estar em processo desenvolvimentista.

2.5 A coleta, análise e interpretação dos dados

O presente estudo contou, inicialmente, com pesquisa bibliográfica, principalmente no que se refere à Síndrome da Alienação Parental, à formação e desenvolvimento do indivíduo, sobre as relações sociais e o desenvolvimento local. Nesse momento, fez-se, ainda, o estado de conhecimento acerca do tema abordado, a fim de evidenciar a importância, pertinência e interdisciplinaridade do assunto.

No estado de conhecimento a base de pesquisa utilizada foi a base de dados de teses e dissertações da CAPES. A pesquisa restringiu-se apenas a dissertações e teses nacionais, no lapso temporal de 2010 a 2015, com vistas a encontrar os trabalhos mais recentes. Como apoio de pesquisa usou-se a palavra Alienação Parental, para encontrar investigações tanto da Alienação como da Síndrome da Alienação Parental.

Referido estudo evidenciou a existência de vinte dissertações e duas teses sobre os temas pesquisados, cujos trabalhos pertencem às áreas do Direito (9 - sendo 8 dissertações e uma tese), da Psicologia (10 – todas são dissertações), Psicanálise (1 - dissertação), Memória Social (1 - tese) e Serviço Social (1 – dissertação).

No que concerne aos trabalhos encontrados, dezoito apresentam a Alienação Parental e Síndrome da Alienação Parental como temas principais da investigação, ao passo que quatro abordam outras temáticas, como a indenização por descumprimento dos deveres parentais,

relacionando-as à Alienação e Síndrome da Alienação Parental, seja como aspecto exemplificativo, esclarecedor e/ou justificador.

De um modo geral, as investigações versam sobre as características e personalidade dos alienadores, os deveres parentais imateriais, o abuso ao direito da convivência familiar e moral da criança, os efeitos, traumas, sequelas e transtornos causados às vítimas, bem como análises da Lei da Alienação Parental, do papel do Poder Judiciário, dos psicólogos e assistentes sociais em conflitos familiares.

Em tal contexto, verifica-se que o presente estudo é singular frente aos demais acima delineados, motivo pelo qual se faz relevante a pesquisa sobre a influência da Síndrome da Alienação Parental não apenas aos alienados, como também às relações comunitárias, com possibilidade de reflexos negativos para o desenvolvimento local.

Posteriormente, partiu-se para a pesquisa de campo, com a realização de entrevistas a profissionais da área jurídica, psicologia e serviço social, envolvidos em conflitos familiares que configuraram casos de Alienação Parental.

Cumprе mencionar que a opção por entrevistar equipe multidisciplinar originou-se da Lei 12.318/2010 (Lei da Alienação Parental), a qual aponta em seus artigos, ora a atuação do juiz (Art. 4º, 5º, 6º), ora do promotor (Art. 4º), mediante a figura do Ministério Público, ora do acompanhamento de psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais (Art. 5º) a possíveis casos de Alienação Parental. O raciocínio compreendia a observação de um tema sob diferentes prismas, por meio do contato laboral, para a formação de material singular de análise a ser correlacionado com as teorias apresentadas.

A intenção inicial consistia na entrevista a doze profissionais multidisciplinares, sendo dois profissionais de cada função, isto é, dois juizes, dois promotores, dois advogados, dois psicólogos, dois psiquiatras e dois assistentes sociais. Todavia, frente a negativas de entrevistas (juíza e promotor) e o desconhecimento e falta de indicação quanto a outros (psiquiatras), tal intuito restou prejudicado. Todos os profissionais encontrados e/ou indicados que, procurados, se mostraram solícitos à entrevista, constituem o rol de entrevistados da investigação.

As entrevistas ocorreram nos meses de julho, agosto e dezembro de 2015, no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Os entrevistados são todos voluntários, envolvidos com o tratamento e solução de casos de Alienação Parental, sendo quatro deles da área do Direito, três da Psicologia e um do Serviço Social. No total, oito entrevistas foram realizadas, sendo elas com um juiz, um promotor de justiça, duas advogadas, três psicólogas e uma assistente social, cujos discursos foram transcritos parcialmente no Capítulo 4.

As advogadas entrevistadas, não apenas advogam em prol de alienados e alienantes, como também participam de congressos e palestras acerca da Alienação Parental, momento que propiciou a comunicação inicial entre entrevistadas e pesquisadora. A escolha dos demais entrevistados procurou atender ao critério de contato com litígios familiares, mais precisamente com famílias que apresentaram casos de Alienação Parental, cuja indicação das primeiras entrevistadas, quer dizer, das advogadas, foi a procura de Varas de Família, encontrando-se o juiz e o promotor. No que concerne às psicólogas e à assistente social, elas compreendem a perícia judicial determinada à investigação da existência de alienação em certos conflitos familiares, indicadas, portanto, pelo juiz entrevistado.

Com esteio nas ideias de Minayo (2010), a entrevista consiste ou em conversa a dois ou em conversa entre vários interlocutores, sendo uma iniciativa do entrevistador, voltada para a construção de informações relacionadas ao objeto de pesquisa, com finalidade e forma de organização.

Referida autora ensina que a entrevista é provedora de dados primários e secundários de duas naturezas, em que apenas uma delas cabe a presente investigação, qual seja “(b) os que se referem diretamente ao indivíduo entrevistado” (MINAYO, 2010, p.262). Por essa razão, importa a esta pesquisa as informações oriundas das reflexões dos próprios sujeitos acerca da realidade vivenciada, para demonstrar a subjetividade dos entrevistados sobre o objeto em estudo. Em outras palavras, trata-se de uma forma de representação da realidade, por meio das opiniões, crenças, sentimentos, maneiras de sentir, pensar e atuar, condutas, projeções e determinados comportamentos e atitudes colhidos dos entrevistados em relação ao objeto em análise.

Em tal perspectiva, esta pesquisa adotou a entrevista não estruturada ou aberta, com roteiro visível apenas ao pesquisador, como forma de orientação e limitação sem cercear a fala dos entrevistados. Logo, os tópicos abordados objetivam o aprofundamento das reflexões e, conseqüentemente, a construção de material consistente para a análise dos discursos emitidos.

Importante observar ainda que as referidas entrevistas permitem o estudo das histórias orais e de vida de cada entrevistado em relação ao contato com pessoas vítimas da SAP, em que se pretende: a compreensão do que se trata a alienação parental e sua síndrome na realidade social; a verificação de existência de afronta ao desenvolvimento humano e empoderamento do indivíduo ocasionada pela SAP; a inferência de conseqüências às esferas familiar e social, bem como as expectativas futuras dos entrevistados quanto ao objeto em análise.

A análise dos discursos coletados foi realizada sob a ótica da Análise Crítica do Discurso, na relação: sociedade, discurso e cognição, formulada pelo teórico van Dijk (1999, 2008 e 2013). Para o autor, a inter-relação dessas categorias permite analisar as entrevistas em um contexto discursivo que envolve outras três categorias: Poder, Controle e Acesso. Esta categoria analítica possibilita à pesquisadora a divisão dos discursos obtidos em macroproposições e microproposições textuais¹, a fim de uma melhor compreensão das percepções dos entrevistados acerca do objeto de pesquisa, qual seja a Síndrome da Alienação Parental enquanto fator de enfraquecimento das relações comunitárias.

¹ A macroproposição é uma sequência discursiva conhecida sob noções, como tema, tópico, ponto principal. Para van Dijk (2013) trata-se da organização de significado que representa os aspectos essenciais de um texto, ou seja, o conteúdo global. Já a microproposição trata-se do conteúdo semântico local, utilizada na construção da base textual e/ou discursiva.

3 A FAMÍLIA E A FORMAÇÃO DO SER SOCIAL

O presente capítulo aborda questões referentes aos lineamentos históricos e evolutivos da família no Brasil, demonstrando a influência familiar na formação do indivíduo e nas relações comunitárias.

3.1 A evolução da família brasileira: um breve delinear histórico

A família, seja nos moldes antigos ou contemporâneos, representa uma importante instituição social primária, da qual decorrem outras. Todavia, apenas é possível compreender o tempo presente se os olhos se voltarem ao passado, aos acontecimentos pretéritos que provocaram transformações na estrutura familiar, permitindo novos arranjos, cuja característica marcante atual é a pluralidade de famílias.

A história da família brasileira inicia-se com o processo colonizador lusitano. Tanto os portugueses, quanto espanhóis, italianos e franceses, por exemplo, contribuíram com o modelo primário familiar pátrio, assim como os indígenas e africanos, justificando-se, *a priori*, a razão de tamanha diversidade cultural que apresenta o Brasil. A organização familiar inicial e predominante resultante dessa miscigenação foi de acordo com o sistema patriarcal de família, apresentando aspectos rurais. A instituição familiar fundava-se no poder paterno ou poder marital, exercido pelo *pater familias* (ascendente comum mais velho) sobre a mulher, os filhos, os escravos e demais agregados da casa. Era o *pater* quem detinha o comando, o poder sobre as decisões da casa, sobre a religião doméstica, o culto aos antepassados e sobre a produção econômica, de modo que todos os familiares se baseavam na figura paterna (FREYRE, 1987).

Durante o Brasil-Colônia, aduz Holanda (1987) que a família também assumia um forte papel social e representava uma forma de prestígio social. Aquele que não estivesse vinculado a um núcleo familiar não seria bem quisto pela sociedade. Desse fato, pode-se notar que o indivíduo, em sua singularidade, não era relevante para a cultura da época, diferentemente de como é visto na contemporaneidade. O bem-estar social estava atrelado à ideia de pertencimento a uma família e, caso isso não ocorresse, o indivíduo era socialmente ignorado, consoante descreve o autor supracitado:

O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal de poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens, o resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família. (HOLANDA, 1987, p.50)

Tinha-se, ainda, a família cristã, baseada no casamento religioso, responsável por conservar a unidade de culto na sociedade. A religião, principalmente o Catolicismo herdado de Portugal, passou a ditar as regras das relações familiares, dentre as quais estava a oposição de dissolução do casamento, considerado um sacramento para a religião, não sendo permitido ao homem dissolver a união realizada por Deus (WALD, 2000).

A organização familiar brasileira, segundo Teruya (2000), apresentava-se sob a forma de um extenso grupo composto pelo casal e seus filhos legítimos, incorporados dos parentes, agregados e escravos e, algumas vezes, até mesmo das concubinas e bastardos. Na época das grandes plantações de cana-de-açúcar, todos viviam sob a mesma casa-grande ou, no caso dos escravos, na mesma senzala, sob a autoridade do patriarca, detentor das riquezas, do mando político, dos escravos e da terra. O cenário onde se desenvolvia a vida econômica, social e política da região era a casa-grande, cuja abrangência alcançava a atuação da Igreja e do Estado.

Ainda como características da época, Teruya (2000) aponta a baixa mobilidade social, a alta procriação e manutenção dos laços de parentesco com colaterais e ascendentes, bem como a capacidade relativa da mulher, que acabaram por refletir no sistema adotado pelo Código Civil de 1916:

LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916:

[...]

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal.

Compete-lhe:

I. A representação legal da família;

[...]

Art. 240. A mulher assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família.

Segundo as lições de Prado Júnior (1999), o sistema colonial estava fadado a um fim e com este fim, mudanças familiares e sociais aconteceriam. Problemas começaram a surgir nas

colônias, como a cisão entre proprietários de terras e comerciantes; revoltas iniciais veladas das raças indígena e negra, rejeitadas socialmente, mesmo representando a maioria da população e que foram ganhando cada vez mais força; a ação do fisco; a organização da maçonaria, são exemplos de infortúnios que culminaram no enfraquecimento das colônias. A sociedade predominantemente rural começou a se transformar em sociedade urbana. As relações de produção evoluíram, rumo a uma sociedade mais desenvolvida, à medida que o poder privado, aos poucos, dissolvia-se. (PRADO JÚNIOR, 1999)

Surgiu a diversidade de interesses e de grupos, tendo em vista as novas categorias sociais, comportamentos e organizações familiares que se formaram. Houve a necessidade de um Estado mais forte e competente, para a solução dos conflitos sociais existentes, o qual acabou por retirar grande parte do poderio das mãos dos senhores patriarcas, até então detentores de todas as funções sociais, por exemplo, a proteção e a justiça. (PRADO JÚNIOR, 1999)

Por outro lado, e aliado ao enfraquecimento do sistema colonial, pondera Samara (2002), estavam os núcleos familiares menores, formados nas regiões mineira e Sul do país. Apesar da evidente família patriarcal extensa, a família mais simples era a mais comum nacionalmente, motivo pelo qual que a visão patriarcal familiar deve ser reelaborada a partir de critérios que levem “em conta etnias, temporalidade, grupos sociais, contextos econômicos regionais, razão de sexo e movimento da população.” (SAMARA, 2002, p.16)

Com a transição da sociedade rural para a sociedade urbana, a família sofreu alterações, dentre elas: o parentesco extenso perdeu importância em detrimento da formação de núcleos familiares menores; a autoridade paterna diminuiu, devido à independência econômica dos filhos trabalhadores e houve o aumento da participação da mulher na educação e formação da prole, bem como no sistema produtivo. (MONCORVO, 2008)

De um modo geral, nota-se das ideias apresentadas que a família brasileira passou a ganhar aspectos mais individuais. Esposas e filhos, pouco a pouco, tornaram-se mais independentes do patriarca, em busca da realização pessoal. É o momento em que a família brasileira começou a perder seus lineamentos econômicos para ganhar contornos iniciais de afeto.

Por essas razões, a legislação cível trouxe para a época uma codificação preocupada com a mulher e os filhos, disciplinando temas como reconhecimento dos filhos ilegítimos (Lei nº 883, de 21 de outubro de 1949), direitos e deveres dos cônjuges, com o Estatuto da Mulher

Casada (Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962), dissolução da sociedade conjugal e do casamento (Lei do divórcio - Lei nº 6.515, em 26 de dezembro de 1977), bem como o Código de Menores sob a Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, com o objetivo de regularizar a situação dos meninos e meninas encontrados nas ruas dos grandes centros urbanos, todos considerados menores irregulares.

Segundo o entendimento de Del Priore (2006, 2007), os anos de 1930 a 1950 foram relevantes para as transformações matrimoniais no Brasil. Em 1930 e 1940, a urbanização, a industrialização e a migração do campo para a cidade acabaram por dissolver redes de sociabilidade antigas, fazendo com que as relações entre homem e mulher se democratizassem. Exemplo desse fato é o surgimento do beijo nas telas de cinema e nos namoros, representando um contato físico mais estreito.

A modernização das cidades e da vida burguesa no século XIX reduziram o espaço doméstico, o que acabou por conceder ares mais aconchegantes à casa, bem como evidenciar as desigualdades sociais entre burgueses e trabalhadores, “permitindo um processo de privatização da família marcado pela valorização da intimidade” (D’INCAO, 2007, p.228). A mulher da classe popular assumiu funções trabalhistas, ao passo que a mulher da elite frequentava bailes, teatros, café e salões. No entanto, “a implantação dos moldes da família burguesa entre os trabalhadores era encarada como essencial” (SOIBET, 2007, p.362), de forma que a mulher deveria assumir uma postura de submissão, recato e sexualidade voltada à vocação maternal, enquanto o homem era autoritário, racional, de natureza empreendedora e com sexualidade exacerbada.

A vida familiar destinava-se, especialmente, às mulheres das camadas mais elevadas da sociedade, para as quais se fomentavam as aspirações ao casamento e filhos, cabendo-lhes desempenhar um papel tradicional e restrito. Quanto àquelas dos segmentos mais baixos, mestiças, negras e mesmo brancas, viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual. Suas relações tendiam a se desenvolver dentro de um padrão de moralidade que, relacionado principalmente às dificuldades econômicas e de raça, contrapunha-se ao ideal de castidade. Esse comportamento, no entanto, não chegava a transformar a maneira pela qual a cultura dominante encarava a questão da virgindade, nem a posição privilegiada do sexo oposto. (SOIBET, 2007, p.368)

Entre 1960 e 1970, movimentos revolucionários políticos, ideológicos, culturais e sociais influenciaram o modelo familiar burguês vigente. A independência feminina, pela inserção no mercado de trabalho, somada ao início da liberação sexual, pela descoberta da pílula anticoncepcional, e a influência midiática, ainda que lentamente, fizeram com que a ideia de sexo antes do casamento começasse a ser desvinculada da função de procriação, de

recato e virgindade quanto ao próprio casamento. Todavia, em que pesem as transformações mencionadas, muitas revistas femininas continuavam a discorrer acerca do papel da mulher no lar, no cuidado dos filhos, da submissão ao marido e de questões relacionadas à pureza feminina, cuja exemplificação era o caso da moça de família em oposição à leviana (BASSANEZI, 2007).

Dessa maneira, importante refletir que o êxodo rural, a urbanização e industrialização crescentes não só proporcionaram o desenvolvimento econômico para a sociedade da época, mas também possibilitaram a participação da mulher no mercado de trabalho, mudança nas funções femininas domésticas e aumento dos níveis de escolaridade da mulher, a ponto de se ter uma reforma sexual que modificou certas posturas feministas e permitiu a prerrogativa ao prazer sexual. Pouco a pouco, mudou-se, até mesmo, a forma de se vestir das mulheres e a reivindicação por igualdade de salário e direito quanto aos homens tornou-se mais recorrente.

Apesar das modificações mencionadas, as alterações na estrutura familiar brasileira não cessam de ocorrer. Segundo dados do IBGE 2010, em dez anos (de 2000 a 2010) a porcentagem de mulheres “chefes de família” aumentou de 22,2% para 37,3%, enquanto a taxa masculina nesse quesito caiu de 77,8% para 62,7%. Também houve aumento na taxa de mulheres responsáveis pelo lar na presença do cônjuge de 19,5% para 46,4% ao passo em que houve o decréscimo masculino nessa taxa de 95,3% para 92,2%. Percebe-se uma inversão de valores relativa ao papel da mulher na sociedade, somado a um ingresso feminino denso no mercado de trabalho, bem como aumento de escolaridade em nível superior e uma natalidade planejada e reduzida (IBGE, 2010).

Outro ponto que é relevante mencionar nos dados do IBGE do ano 2000 a 2010 é o aumento de casais sem filhos, que passou de 14,9% para 20,2% da totalidade, cujo motivo provável é, novamente, a participação feminina no mercado de trabalho e redução da fecundidade. Não se pode esquecer, ainda, do aumento nos percentuais de pessoas divorciadas e separadas, sendo eles, respectivamente, de 1,7% para 3,1% e de 11,9% para 14,6% de 2000 a 2010 (IBGE, 2010).

Sendo assim, infere-se que o grande marco da passagem definitiva da família patriarcal para a contemporaneidade foi o amor e o afeto como novo vínculo interpessoal. Pelos dados supramencionados, é notório que as pessoas se casam e se separam, nos dias atuais, com muita facilidade, em busca do verdadeiro amor ou daquele (a) que tenha os ideais de vida mais próximos um do outro. O identificador do núcleo familiar passou à existência de vínculo afetivo, que une as pessoas com os mesmos projetos e ideais de vida, gerando um

comprometimento mútuo. A família, então, se transforma no principal instrumento não só de desenvolvimento da personalidade de seus integrantes, como também de crescimento e formação social. Nela, os indivíduos se voltam para o bem-estar de cada um, para o sentimento de felicidade dentro da família, passando a ser reconhecida pela Constituição Federal de 1988 como a base da sociedade e cujo tema será abordado a seguir.

3.2 A família enquanto matriz social

A família consiste em um dos mais significativos núcleos socializadores para o ser humano. Essa complexa instituição concede aos indivíduos as mais variadas experiências de vida, desde o ensino da fala e movimentação até crenças e valores ideológicos, sem deixar à mercê a singularidade de cada membro familiar. Aliás, eis aí uma característica distinta da família: a insubstituição. A família, além de trazer indivíduos insubstituíveis em sua composição, independentemente do tempo transcorrido e funções desempenhadas por cada um, também auxilia a formar novos integrantes insubstituíveis familiar e socialmente. Sob essa ótica, Berger & Berger (1977) argumentam que a família é a entidade que conduz o indivíduo à sociedade, aquela que promove as conexões e comunicações iniciais do ‘eu’ com o ‘outro’, são os passos iniciais de cada ser humano até atingir a capacidade de caminhar por si só ao lado de seus semelhantes.

Com relação à primeira condição a que está sujeito o ser humano, qual seja a infância, Berger & Berger (1977) explicam que se têm elementos não sociais, como as sensações de fome, frio, sede, prazer, desconforto e demais relações com seu corpo e o ambiente físico, bem como elementos sociais, em sua relação de dependência e sobrevivência com outras pessoas, as quais farão parte da história de sua vida.

O nascimento representa a entrada num mundo que oferece uma riqueza aparentemente infinita de experiências. Grande parte dessas experiências não se reveste de caráter social. Evidentemente, a criança ainda não sabe estabelecer essa espécie de distinção. Só em retrospecto torna-se possível a diferenciação entre as componentes não-sociais e sociais de suas experiências. Mas, uma vez estabelecida essa distinção, podemos afirmar que a experiência social também começa com o nascimento. O mundo da criança é habitado por outras pessoas. Esta logo aprende a distinguir essas pessoas, e algumas delas assumem uma importância toda especial. Desde o início a criança desenvolve uma interação não apenas com o próprio corpo e ambiente físico, mas também com outros seres humanos. A biografia do indivíduo, desde o nascimento, é a história de suas relações com outras pessoas. (BERGER & BERGER, 1977, p.200)

Nesse contexto, é interessante refletir que o núcleo familiar é detentor da maior parte das experiências vividas pelo ser humano, capaz de impor padrões de comportamento, por exemplo, que perdurarão por longos anos. Isso significa que a família, além de provedora do sustento físico e biológico infantil com o nascimento, também é responsável por prover valores imateriais básicos às crianças, como a cultura e a formação da identidade dos indivíduos. Tudo isso em prol do desenvolvimento mental, físico, psicológico e social dos filhos para que eles sejam capazes de viver por si mesmos e em harmonia com as demais pessoas da sociedade.

Transmitir a cultura aos filhos significa muito mais do que ensiná-los valores pátrios. Significa possibilitá-los a sobreviver, de forma pacífica, com os seus semelhantes na sociedade, mostrando-lhes os costumes, valores, crenças, língua e normas sociais com as quais o novo membro familiar irá se deparar. A transmissão da cultura pela família é uma maneira de perpetuar tradições, de dar continuidade a ideais e padrões comportamentais sociais. Isso significa que, em uma visão mais ampla, a transmissão familiar da cultura significa um meio de manutenção e conservação sociais. Em análise convergente, aduz Malinowsky (1987, p.135-136):

O homem tem de ensinar aos seus filhos a habilidade manual e o conhecimento das artes e dos ofícios, a língua e as tradições da cultura moral, os usos e costumes que constituem a organização social.
[...] E aqui vemos novamente a família como o verdadeiro laboratório do desenvolvimento cultural, já que a continuidade da tradição – [...] – é a condição essencial da cultura humana; e essa continuidade baseia-se na organização da família. É importante insistir no fato de que, para a família humana, essa função – ou seja, a manutenção da continuidade da tradição – é tão importante quanto a propagação da espécie, já que o homem sem cultura não poderia sobreviver, assim como não poderia sobreviver a cultura sem a espécie humana para transmiti-la.

No que se refere ao processo de identificação dos filhos, Wallerstein e Blakeslee (1991, p.153) ensinam que:

A identificação é um processo de desenvolvimento que modela fundamentalmente o caráter humano. Iniciando-se na infância, envolve a incorporação, por parte da criança, de características reunidas através do tempo a partir de figuras importantes em sua vida. Os pais são as primeiras imagens de identificação, e os filhos adotam suas características de maneira complexa. [...]

A identificação não é uma imitação consciente, embora esta possa ter um papel específico, nem é um resultado inevitável de se viver ao lado de alguém. Ao contrário, é um complexo processo interno apoiado em percepções, sentimentos e interações entre uma criança e os adultos que a cercam durante o crescimento. Essas identificações, uma vez estabelecidas dentro da personalidade, tendem a permanecer, a não ser que sejam

modificadas por um longo tratamento psicológico. São parte do inconsciente, e, portanto, não são passíveis de mudanças por meio de admoestações, conselhos ou até mesmo um desejo consciente de mudar.

No que tange às teorias em apreço, nota-se que a estrutura familiar a que pertence uma criança é o molde parcial e ao mesmo tempo predominante, utilizado nos comportamentos futuros sociais da vida adulta do indivíduo. Se a família apresentar problemas graves, é muito provável que o infante absorva esses problemas e reproduza-os familiar e socialmente a seu modo, gerando efeitos na sociedade a qual pertence, a exemplo de uma situação de divórcio, como explicam Wallerstein e Blakeslee (1991, p.155):

Todas as crianças têm nos pais ou nos responsáveis legais suas principais figuras de identificação. Não constituindo exceção, os filhos do divórcio dependem de adultos que estão passando por uma significativa crise existencial. Esses jovens muitas vezes tiram conclusões infelizes sobre aquilo que observam em torno deles, principalmente quando um dos pais parece feliz e o outro não. Seja ou não verdade, podem entender que um dos pais abandonou de maneira cruel o outro. Com medo de se identificarem com a vítima, temendo vir a sofrer o mesmo destino infeliz, são, no entanto, levados, por amor ou compaixão, a identificar-se com aquele que foi tragicamente rejeitado.

Por outro lado, não se pode esquecer que cada ser humano é dotado de um temperamento, uma personalidade desde o seu nascimento (BERGLER, 1978), razão pela qual alguns bebês são mais chorosos do que outros, alguns mais ativos, outros mais quietos, uns são sorridentes e outros são mais contidos. Em tal perspectiva, os pesquisadores Thomas e Chess (1977) *apud* Mussen *et al* (1995) fizeram um estudo em bebês, acompanhando-os até os sete anos de idade. A pesquisa contou com entrevistas minuciosas às mães das crianças acerca das qualidades e características de seus filhos.

O estudo dos referidos pesquisadores apontou certas qualidades infantis comuns, as quais foram divididas em três tipos de temperamentos denominados de fácil, difícil e de aquecimento lento. As crianças de temperamento fácil representaram 75% da amostra e eram adaptáveis e de difícil perturbação. Aquelas de temperamento difícil abrangiam 10% da amostra e caracterizaram-se por reações bruscas, nervosismo frequente e temor a pessoas e situações novas. Por sua vez, as crianças de aquecimento lento (15%) eram relativamente agitadas e tendenciosas a se afastar ou a reagir negativamente às novidades, mas gradualmente mostravam-se positivas com as inovações advindas.

Com esteio na pesquisa acima descrita, o que se pretende demonstrar não é somente a individualidade dos seres humanos já no nascimento, mas também que cada uma dessas características iniciais gera reações e comportamentos em seus cuidadores, os quais podem vir

a amenizar ou exacerbar determinado aspecto temperamental da criança. Ao nascer, cada um deles será transformado e transformará, simultaneamente, as pessoas e o ambiente em redor, seja positiva ou negativamente, a depender de sua relação com os elementos existentes à sua volta, em que a família constitui um deles. Logo, deve-se atentar para o fato de que:

A influência parental é apenas uma de uma tríade de forças que se unem para modelar a sorte da criança. Os pais representam o *ambiente*; eles não participam voluntariamente na *dotação biológica* da criança, que determina o ritmo e a direção de seu desenvolvimento. Nem exercem qualquer papel em sua elaboração inconsciente destas influências. Os pais se vêem verdadeiramente impotentes contra a força decisiva: a *elaboração inconsciente* que a criança faz de suas fantasias. (BERGLER, 1978, p.10)

A criança, como todo ser humano, tem um mundo interno, em que trabalha a seu modo as experiências porque passa. “A criança vê toda a realidade através dos óculos de seus próprios conflitos interiores. Sua realidade, seus padrões, não são os do adulto, assim como seus conflitos não são também.” (BERGLER, 1978, p.13). É por esse motivo que podem emergir crianças com desenvolvimento satisfatório em famílias disfuncionais, entendidas como instáveis e desequilibradas em suas relações e soluções de problemas, bem como crianças com problemas em seu desenvolvimento em famílias consideradas harmoniosas.

Além do ajustamento de conduta infantil que a criança faz consigo mesma, há ainda a influência de outras pessoas, diversas de seus pais. Tem-se os parentes, colegas de escola, educadores e vizinhos, por exemplo, que muito podem contribuir para a formação de sua identidade. Em tal contexto, “uma criança acanhada, amuada e retraída, produto de um ambiente áspero e restritivo no lar, pode expandir-se numa escola maternal permissiva, onde os professores sejam carinhosos e compreensivos, e tornar-se alegre, feliz e criativa.” (MUSSEN, 1983, p.131)

Felizmente, tanto crianças isoladas, quanto crianças rejeitadas podem, algumas vezes, ser treinadas nos tipos de habilidades que são eficazes para o estabelecimento de relações sociais melhores. Constatou-se que crianças isoladas as quais estão na terceira e na quarta série foram mais bem aceitas por seus companheiros depois de terem participado de cinco sessões de instrução e prática em habilidades sociais, tais como cooperação (isto é, se revezar e repartir as coisas) e comunicação (conversar com outra criança). Um ano mais tarde, estas crianças mostravam ganhos adicionais em popularidade (ODEN & ASHER, 1977; SHANTZ, 1983 *apud* NEWCOMBE, 1999, p.372)

Pelo mesmo viés, é o caso de crianças que sofrem maus-tratos e negligências familiares, as quais acabam por ser retiradas de seus lares e levadas a instituições e abrigos de adoção. Referidos locais assumem a posição da família biológica, com a tarefa de transformar as realidades negativas vivenciadas pelas crianças e adolescentes, demonstrando-os

experiências agradáveis de vida, como o afeto, a amizade, o respeito e a autonomia, em busca de um desenvolvimento psicossocial sadio, tendo em vista a futura socialização. Como exemplo, tem-se o estudo de caso de uma menina de 3 anos de idade, a que se deu o nome de Maria Flor, vítima de maus-tratos e violência no ambiente familiar, cujos resultados advindos do tratamento institucionalizado mostraram-se positivos a um regular desenvolvimento infantil.

O plano de intervenção foi definido a partir das necessidades e prioridades identificadas, de modo a contribuir para o início de um novo capítulo na vida de Maria Flor. O carinho dos adultos que a receberam e a aproximação gradual das outras crianças da instituição, inicialmente com crianças do CAT e, posteriormente, com interações, em grupos de pequena dimensão, antecederam a integração numa sala de jardim-de-infância.

[...] Um ambiente securizante, saudável e com abundante envolvimento por parte dos adultos, revelou-se um meio e recurso facilitador da evolução e do crescimento desta criança. A Maria Flor, adaptou-se a novas situações e contextos, ao redirecionar o seu processo de socialização, para novas conquistas ao nível físico e para a melhoria da sua autoconfiança.

Embora tenha demonstrado, durante um largo período da sua institucionalização, um sentimento negativo em relação aos pais biológicos e alguns receios em relação ao futuro, como uma certa falta de confiança no adulto e medo de que se repetissem episódios idênticos aos anteriormente vivenciados, a Maria Flor passou, progressivamente, a demonstrar vínculos com elementos da equipe da instituição. (CAEIRO; VIEIRA, 2013, p.155-156)

No que se refere às ideias apresentadas, nota-se que, seja uma criança de temperamento difícil, seja uma família disfuncional, deve-se sempre buscar “interações afetuosas e frequentes entre crianças e adultos, estimulação verbal, oportunidades para explorações e estimulação, espaço e materiais variados e adequados para a idade” (NEWCOMBE, 1999, p.180). Para que a criança apresente aspectos positivos de desenvolvimento é necessário, basicamente, que ela se sinta protegida e amada por alguém. A proteção e o afeto são instrumentos hábeis à confiança infantil, tanto em si própria, reconhecendo-se como indivíduo no mundo, como em relacionamentos com os seus cuidadores e seus pares. Partilhar afeto e conceder segurança física, biológica e emocional à criança/adolescente possibilitam a quaisquer pessoas assumir a função social da família, com o auxílio e/ou instrução voltados a um bom desenvolvimento, tendo em vista a formação de futuros cidadãos de bem.

Sob essa ótica, Covre (2002) ensina que para se ser um cidadão, o indivíduo necessita ter respeitados seus direitos fundamentais, sendo todos efetivos a garantir uma vida digna. É imprescindível ainda para o exercício da cidadania, que cada pessoa cumpra com seus deveres

ao desfrutar de seus direitos, todos previstos no ordenamento jurídico pátrio, principalmente na Constituição Federal de 1988. Dessa maneira, o bom cidadão consiste naquele que é capaz de usufruir de seus direitos em harmonia com o cumprimento de seus deveres, de forma a respeitar os limites e previsões existentes para não ferir os direitos e deveres das demais pessoas.

[...] ser cidadão significa ter direitos e deveres, ser súdito e ser soberano. Tal situação está descrita na Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948[...]. Sua proposta mais funda de cidadania é a de que todos os homens são iguais ainda que perante a lei, sem discriminação de raça, credo ou cor. E ainda: a todos cabem o domínio sobre seu corpo e sua vida, o acesso a um salário condizente para promover a própria vida, o direito à educação, à saúde, à habilitação, ao lazer. E mais: é direito de todos poder expressar-se livremente, militar em partidos políticos e sindicatos, fomentar movimentos sociais, lutar por seus valores. Enfim, o direito de ter uma vida digna de ser homem.

[...] Ele também deve ter deveres: ser o próprio fomentador da existência dos direitos a todos, ter responsabilidade em conjunto pela coletividade, cumprir as normas e propostas elaboradas e decididas coletivamente [...] (COVRE, 2002, p.9)

Com relação às ideias apresentadas, é possível inferir que a garantia de um desenvolvimento psicossocial satisfatório para uma criança e/ou adolescente, baseado no afeto, atenção, segurança, valores éticos e morais, mesmo diante das diferenças pessoais, não é somente importante para o indivíduo em formação, mas também para a sociedade como um todo, a fim de que cada um exerça suas funções em busca de melhorias das condições de vida. Simplificadamente, o que se pretende aduzir é que "formar o cidadão não é tarefa para um dia, e para contar com eles quando homens, é preciso instruí-los ainda crianças" (ROUSSEAU, 1958, p.300 *apud* FERREIRA, 1993, p.134).

Por esse prisma, observa-se que as relações familiares, incluindo-se as relações substitutivas da família conforme já mencionado, são capazes de agir na subjetividade do indivíduo, no mundo interno do ser humano. Conforme Bronfenbrenner (1996) nessas relações interpessoais há reciprocidade, em que a ação dos entes familiares influencia a ação da criança e vice-versa, gerando interdependência e habilidades interativas entre todos, cujo benefício maior recai sobre os filhos, que estão em processo de desenvolvimento. Também é possível notar equilíbrio de poder, quando um ente exerce domínio sobre o outro, sendo que a criança tem “a oportunidade de aprender a conceitualizar e a lidar com relações de poder diferenciais”, encontradas nos mais variados ambientes de sua vida (BRONFENBRENNER, 1996, p.47). Além dessas propriedades, têm-se as relações de afeto, que podem tornar mais dinâmicas as interações familiares quanto mais positivas forem.

No entendimento do autor supramencionado, essa tríade promove o desenvolvimento cognitivo e social infantil, permitindo que a criança se envolva em relações cada vez mais complexas, apta a desempenhar mais atividades recíprocas e conjuntas. Isso significa que a capacidade da criança de compreensão dos fenômenos e interações ao seu redor aumenta, do mesmo modo em que aumenta a sua participação em ambos.

Nota-se o estreito vínculo entre família, cultura e identidade, de forma que o núcleo familiar é a base da identidade social dos indivíduos; é o alicerce da identificação que permitirá “que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente.” (CUCHE, 1999, p.177)

Dessa forma, é importante refletir que como a identidade dos indivíduos é uma construção social, dependente de outras pessoas, aqueles que não a definirem e sedimentarem-na poderão gerar dificuldades aos seus semelhantes na formação de suas identidades. Em outras palavras, se advier alguma mudança com um ente familiar envolvido e participante no processo de desenvolvimento infantil, é provável que essa alteração provoque mudanças na criança também e cujas mudanças se refletirão nos indivíduos da sociedade com a qual ela se relacionará.

Observa-se, ainda que, tanto a transmissão da cultura quanto a formação da identidade originam-se de relações familiares que são mútuas e interdependentes, não apenas no microsistema familiar, mas também no macrosistema social em que se insere a família, razão pela qual aspectos histórico-culturais e socioeconômicos influenciam, em um primeiro plano, no desenvolvimento dos filhos e, num segundo plano, em suas relações sociais.

Quando se destaca que a família é considerada matriz social, quer-se dizer que ela é geradora e preparadora de capital humano, essencial ao progresso social. Nas palavras de Paulo (2006, p.39) “é a família quem os gera e, mais ou menos, os prepara, fazendo-os assimilar ideias, valores e normas que pautam a convivência social [...]”.

Nessa perspectiva, Porto (2012) assegura que é a partir da família que se formam os futuros cidadãos, aqueles que serão responsáveis pela sua própria história, pela história de seu ambiente e, por fim, de sua comunidade. Por essa razão, diante de graves problemas e/ou crises familiares, como um divórcio conflituoso ou em caso de alienação parental, os prejuízos existentes não serão restritos ao ambiente familiar, mas se estenderão à comunidade. Os filhos, primeiros e maiores prejudicados, absorverão os danos provenientes do infortúnio ocorrido na família, compartilhando-os posteriormente com a sociedade em que estão

inseridos, razão pela qual se justifica uma inter-relação entre família-indivíduo-sociedade, conforme entende o autor mencionado:

Acredita-se piamente que a síndrome do lar desfeito, ao provocar o esfacelamento das relações sociais intra-familiares, atinja com desvantagens as relações mais amplas, em nível de comunidade local (por exemplo), pela queda de alguns valores imateriais fundamentais, inibição de outros e, até, pela falta de produção de alguns desses valores essenciais às relações de poder, que são as relações da vida. (PORTO, 2012, p.40)

Infere-se das ideias expostas que a família está presente na vida do indivíduo desde o seu nascimento e é delimitada por diversos componentes emocionais que a estruturam concedendo forma e identidade a seus membros. É responsável pela formação da primeira identidade social e da constituição da subjetividade do ser, compreendida por meio da análise das práticas históricas, culturais e socioeconômicas características do contexto familiar em que se insere o indivíduo. A família é o ponto de encontro entre experiências individuais e vínculos interpessoais, capaz de ordenar atitudes e opiniões e delimitar um conjunto de práticas sociais. Compreender o núcleo familiar é dar conta dos significados atribuídos e compartilhados pelos indivíduos na vivência diária e, posteriormente divididos no ambiente social. A família não é somente um espaço de mediação entre os indivíduos e a sociedade, no qual o ser humano aprende a perceber o mundo e a se situar nele, mas é também e, principalmente, provedora de capital humano, imprescindível ao desenvolvimento social e local de uma comunidade.

3.3 A alienação parental

A família é considerada a célula base da sociedade, de forma que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, § 1º, concedeu-a proteção especial. Tudo aquilo que, de alguma forma, trazer prejuízos à essência familiar, qual seja o afeto, tal como faz a Alienação Parental, deverá ser objeto de estudo e análise minuciosa da sociedade como um todo, impedindo-se o desenvolvimento e proliferação sociais de todas essas práticas danosas, cujos reflexos, em geral, recairão sobre as relações comunitárias.

A Alienação Parental, ora denominada AP, pode ser vista como um fenômeno recente dentre as problemáticas familiares e sociais existentes, principalmente sob o ponto de vista brasileiro, já que a lei que disciplina o assunto no país foi promulgada apenas em 2010, ou seja, sua existência jurídica no Brasil apenas se deu a partir de 2010. De todo modo, sua

ocorrência foi verificada pelo psiquiatra americano Richard Gardner em aproximadamente 1985, ao constatar nas ações de guarda de filhos das Cortes dos Estados Unidos que um dos pais da criança, seja a mãe ou o pai, induzia-a ao repúdio do outro genitor não-guardião, tendo-se como consequência o rompimento dos laços afetivos da criança para com este último, denominando este fato de Alienação Parental (GARDNER, 1985).

Sob essa ótica, Gardner (2001a) verificou, ainda, que a vítima alienada poderia desenvolver uma Síndrome, a Síndrome da Alienação Parental, ora denominada SAP, em complemento à alienação promovida pelo alienador, tratando-se de institutos diferentes um do outro, mas interligados entre si. Sobre o tema, afirma o referido autor:

A maioria dos avaliadores, advogados do direito de família e de juizes reconhecem que tais programação e alienação da criança são comuns no contexto de disputas de custódia de crianças. Concordam, também, que há as situações em que a alienação da criança é o resultado da programação parental. Há alguma objeção ao uso do termo síndrome e alega-se que não é de fato uma síndrome, e que deve ser usado o termo alienação parental (AP). O problema com o uso do termo AP é que há muitas razões pelas quais uma criança pode ser alienada dos pais, razões que não têm nada a ver com programação. Uma criança pode ser alienada de um pai por causa do abuso parental da criança - por exemplo: físico, emocional ou sexual. Uma criança pode ser alienada por causa da negligência parental. As crianças com transtornos de conduta frequentemente são alienadas de seus pais, e os adolescentes atravessam geralmente fases de alienação. A SAP é vista como um subtipo da alienação parental. Assim sendo, substituir o termo AP pelo de SAP não deveria causar confusão, mas causa. (sic) (GARDNER, 2002b, p.2)

De toda forma, o fenômeno como um todo – Alienação Parental e Síndrome da Alienação Parental – funciona como uma “lavagem cerebral” (GARDNER, 2002b, p.1), em que, na maioria dos casos, o guardião induz ao alienado a desenvolver um juízo negativo em relação ao outro genitor.

No presente momento, atentar-se-á apenas para a Alienação Parental, cujo fenômeno representa um processo, a prática do descrédito pelo alienador e a narrativa maliciosa de fatos inverídicos à criança/adolescente acerca de um ente próximo a ela (e) com o intuito de privá-los do convívio familiar. Essa alienação pode se dar, ainda, por outras causas, como por abuso físico ou emocional sentido pelos filhos, por abandono ou por comportamentos extremos dos pais, a exemplo de alcoolismo, como também e, mais comumente, pelo divórcio ou separação do casal, seja porque a criança ficou zangada com aquele que teve a iniciativa, seja porque um dos pais, por sentimento de raiva ou vingança, desqualifica o outro genitor à criança/adolescente com o objetivo de afastar ambos (GARDNER, 2002a).

Sobre o tema, o autor supracitado menciona a existência de oito manifestações primárias da AP:

Quadro 1 - Manifestações primárias da Alienação Parental

Campanha de difamação – em face do ente não guardião;
Racionalizações fracas, absurdas e/ou frívolas para a depreciação do ente-alvo;
Ambivalência;
O fenômeno "independente de pensador", ou seja, a criança pensa mal do outro genitor, por exemplo, “por si só”;
Apoio reflexivo do alienante no conflito parental, quer dizer, o comportamento do ente-alvo auxilia no processo alienador;
Ausência de culpa pela crueldade e/ou exploração do ente alienado;
Presença de cenários emprestados, isto é, cenários ou situações falsas, construídas, inverídicas, inventadas;
Propagação da animosidade com a família extensa e/ou amigos do ente alienado.

Fonte: GARDNER, 2001a, 2001b, 2002a, 2002b, 2002c (reelaboração pessoal)

Ainda de acordo com o autor supracitado, esse fenômeno pode ocorrer de forma leve, moderada ou grave:

- Tipo leve: a alienação ocorre superficialmente, a criança não demonstra problemas de visitação, porém mostra sinais de descontentamento e críticas em relação ao ente-alvo.
- Tipo moderado: há certa continuidade nas difamações realizadas e o infante já apresenta perturbações e desrespeito quanto ao não guardião vitimado.
- Tipo grave: a alienação caracteriza-se pela possibilidade de rejeição à visitação e violência física da criança à pessoa supostamente odiada, com possíveis delírios de perseguição e assassinato, tamanho é a hostilidade infantil. Como se tem formas diferentes de alienação, os tratamentos psicológico e jurídico deverão ser adequados a cada caso. (GARDNER, 2002b)

Nesse sentido, é imperioso que se verifique a ocorrência da AP, a fim de que medidas sejam tomadas o mais rápido possível, na tentativa de se evitar o caso mais grave. Para tanto, Fonseca (2006) aduz que a melhor forma de verificação é por meio da observação da conduta do alienante, dentre as quais se exemplifica: denegrir a imagem do não guardião; impossibilitar a visita por meio de atividades marcadas para o dia todo; deixar de comunicar e/ou compartilhar decisões com o não guardião acerca de fatos importantes da vida da criança; apresentação do (a) novo (a) companheiro(a) como novo (a) pai ou mãe e demais

comportamentos que visem o afastamento infantil com o ente alienado. De todo modo, a maior parte da literatura que trata sobre o tema aponta que as difamações, desmoralizações e descréditos como as maneiras mais recorrentes de alienação utilizadas pelo alienador.

Cumpra observar que as manipulações são de tal monta que a criança e/ou adolescente passam a ter a sensação de que se lembram das falsas realidades narradas pelo alienador, razão pela qual Dias (2007, p.409) também denominou a AP como “implantação de falsas memórias”. Para a autora, o alienador faz uso das mais variadas assertivas para convencer o alienado da existência dos fatos que lhe conta e, principalmente, a acreditar que realmente aconteceram, utilizando todo tipo de narrativas inverídicas, inclusive a prática de abuso sexual, como arma de manipulação do infante.

Com o decurso do tempo e a reiteração das falsas afirmações, nem mesmo o alienador consegue distinguir as mentiras das verdades. O estado psicológico do alienador se altera tanto que “a sua verdade passa a ser verdade para o filho, que vive com falsas personagens de uma falsa existência, implantando-se, assim, as falsas memórias” (DIAS, 2007, p.410). Desse modo, o alienador faz uso de seu direito de guarda para ferir a integridade moral, física e, principalmente, mental da criança, fazendo-a crer em um falso desprezo do ente alienado.

Com vistas a coibir o instituto da Alienação Parental e atender ao melhor interesse do menor, em 26 de agosto de 2010, foi aprovada no Brasil a Lei de Alienação Parental – Lei nº 12.318/2010, que dispõe sobre a conceituação do fenômeno, formas exemplificativas de AP, bem como procedimentos e condutas adotadas pelo Poder Judiciário, com possíveis sanções ao agente alienador. Para a lei em epígrafe, AP é:

Art. 2º [...] a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Em análise ao artigo acima mencionado, denota-se que a AP não está restrita ao campo materno, apesar de, na maioria dos casos ser ela a mais indicada à guarda². Em um sentido amplo, ela pode incidir em qualquer um dos genitores, nos avós, padrinhos, tios e, até mesmo, irmãos ou quaisquer outras pessoas que tenham a guarda ou vigilância do infante, ainda que momentaneamente, tendo-se, em qualquer um desses casos, o filho como meio de agressividade utilizado contra quem ama e também de quem o ama.

² Segundo o Censo 2011 do IBGE, em Campo Grande/MS, em caso de divórcio, as mulheres detêm a guarda dos filhos menores em 84,63%, ao passo em que os homens têm 6,85%. No que se refere a ambos os cônjuges tem-se a taxa de 7,52%.

Reflete-se ainda que, muito mais do que prejudicar os laços afetivos da criança/adolescente com o seu ente familiar, a AP interfere no processo de formação social do indivíduo, capaz de gerar danos psicológicos à criança e/ou adolescente e cujos danos podem se estender à comunidade a que pertence essa vítima. Em outras palavras, os eventuais prejuízos causados na formação social do indivíduo podem impedi-lo e/ou dificultá-lo em suas relações sociais. Dessa forma, a Lei nº 12.318/2010 prevê em seu Art. 4º que, verificados meros indícios de AP no seio familiar, a notícia deve ser levada ao conhecimento do Poder Judiciário para que medidas provisórias sejam tomadas, na defesa da integridade psicológica da criança e/ou adolescente, de maneira a reverter a situação e evitar maiores problemas.

Em que pese a criação da lei, merece atenção o fato de que essa previsão legal apresenta caráter educativo, aparentando ter surgido mais como forma de conscientização familiar, do que para o resguardo do bem-estar da família e da criança. A AP é permeada de complexidades jurídicas e psicológicas que dificilmente caberiam em apenas nove artigos, razão pela qual a previsão legal em comento demonstra superficialidade. No entendimento de Mendes (2013, p.74):

Uma postulação teórica que não contextualiza o fenômeno sobre o qual diz respeito, observando as suas especificidades, compreendendo as suas pluralidades, reconhecendo as infinitas interligações complexas entre sentidos, significados e motivações que levam ao surgimento daquele fenômeno, não pode ganhar ares de universalidade e incontestabilidade. Isso se torna ainda mais difícil aqui no Brasil, onde não existe nenhum estudo científico, metodologicamente estruturado, que possa fazer a projeção transcultural dos pressupostos da AP para nossa cultura e realidade.

De todo modo, a intenção da presente pesquisa é evidenciar os possíveis danos e poder de influência que a alienação pode exercer sobre os indivíduos, seja em sua formação social, seja em sua família ou em suas relações sociais. Sem o tratamento familiar adequado, podem existir sequelas que distorçam as relações amorosas de afeto e dificultem a relação indivíduo-sociedade e, consequentemente, sociedade-desenvolvimento.

Sendo assim, caracterizada a efetiva prática da Alienação Parental, medidas devem ser tomadas, com o objetivo de resguardar o desenvolvimento físico, mental, moral e espiritual da criança e/ou adolescente em condições de liberdade e dignidade, garantindo-lhes uma vida social sadia e bem sedimentada.

3.4 A síndrome da alienação parental

Em meados dos anos 80, Gardner (1985) constatou que, no âmbito jurídico, em situações de divórcio e disputa de guarda dos filhos, havia um aumento no número de crianças apresentando rejeição e hostilidade por um dos pais que, antes era amado. De início, Gardner (1991) delineou o problema como uma “lavagem cerebral” (*brainwashing*), devido à forma sistemática e consciente de um dos pais em denegrir a imagem do outro para a criança. Todavia, o autor percebeu fatores que iam além do consciente do alienador e atingiam seu subconsciente e inconsciente na alienação promovida, somado ao fato de que a criança também colaborava com a rejeição, motivo pelo qual deu nova designação ao fenômeno, chamando-o de Síndrome da Alienação Parental, ora denominada SAP.

Em tal contexto, Gardner (1999) definiu a SAP como um distúrbio infantil, em que própria criança/adolescente promove uma campanha de difamação quanto ao ente alienado, sem quaisquer justificativas. “Quando a animosidade da criança é passível de ser justificada, como [...] um abuso ou negligência parental real, o diagnóstico da Síndrome de Alienação Parental não possui validade para justificar a hostilidade da criança” (BRANDES, 2000, p.1). Somadas a conduta do alienante e a própria colaboração injustificada do infante no repúdio, tem-se a SAP. Nas palavras de Gardner (2002a, s/p.):

The parental alienation syndrome (PAS) is a childhood disorder that arises almost exclusively in the context of child-custody disputes. Its primary manifestation is the child's campaign of denigration against a parent, a campaign that has no justification. It results from the combination of a programming (brainwashing) parent's indoctrinations and the child's own contributions to the vilification of the target parent. When true parental abuse and/or neglect is present, the child's animosity may be justified and so the parental alienation syndrome explanation for the child's hostility is not applicable.³

O objetivo do alienante é incutir ideias e atitudes contrárias àquelas vividas pela criança em sua relação familiar com o ente-alvo. Internalizadas essas informações, a própria criança pode criar cenários para promover a recusa do ente alienado e, até mesmo, chegar ao ponto de não se recordar mais das experiências felizes e amorosas por que passou com o não

³ A síndrome de alienação parental (SAP) é um distúrbio da infância que surge quase exclusivamente no âmbito das disputas pela custódia da criança. Sua manifestação preliminar é a campanha do filho de difamação contra um pai, uma campanha que não tem justificção. É o resultado da combinação de uma programação (lavagem cerebral) de um dos pais e contribuições da própria criança para o aviltamento do progenitor-alvo. Quando for verdadeiro o abuso e/ou negligência dos pais, a animosidade da criança pode ser justificada e assim a explicação síndrome de alienação parental para a hostilidade da criança não é aplicável. (tradução nossa)

guardião. Ao tratar sobre o tema, Fonseca (2006) demonstra quão velada pode ser essa negação infantil quanto ao ente-alvo:

É curioso observar que, em situações como essas, se indagado o menor acerca dos motivos pelos quais não deseja estar com o outro genitor, nenhuma explicação convincente é fornecida. Algumas vezes a justificativa resume-se no desagrado de comparecer a determinados lugares (casa dos avós, por exemplo); em outras oportunidades, a justificativa encontra amparo na não-participação do genitor em determinadas brincadeiras, ou mesmo no inconformismo com o cumprimento dos deveres escolares imposto pelo outro genitor. (FONSECA, 2006, p.165)

Por seu turno, Segura *et al* (2006) discorre que essa rejeição da criança, em casos de separação ou divórcio, pode ser classificada como primária ou secundária conforme o momento de sua ocorrência, cujos reflexos são dinâmicas relacionais.

- Rejeição primária: a reação infantil é tida como imediata à separação dos pais, e dentre as dinâmicas relacionais existentes tem-se a saída repentina de um dos pais do lar (geralmente o pai); os pais não explicam conjuntamente os fatos para os filhos e, conseqüentemente, ocorre a resistência da criança quanto a um dos genitores, pois seu desejo é contrário à ruptura.
- Rejeição secundária: a recusa se faz de forma mais lenta, uma vez que o processo de desunião do casal geralmente envolve algum conflito que depende da negociação das partes, como pensão e visitação e apresenta dentre o seu rol de dinâmicas sociais, situações como a descrição de ambos os pais com seus filhos sobre como “mudar o chip” após estar com o outro; tensão nas visitas; efeitos no desempenho escolar e a própria recusa dos filhos em não ver o genitor, por meio de alegações de falta de atenção, negligência e maus-tratos.

Cumprido observar que Gardner (2002a, 2002b, 2002c), Fonseca (2006), Segura *et al* (2006) e Dias (2007), asseveram que a SAP atua como uma forma de abuso emocional das crianças e/ou adolescentes praticado pelo alienador, cujos efeitos psicológicos podem perdurar por longos anos. Esse abuso emocional, contudo, pode ser de difícil constatação, sendo necessário o monitoramento infantil, seja por psicólogo, assistente social ou psiquiatra, para a identificação dos sintomas, o que, por si só, já causa alterações na vida do infante, face às entrevistas, teste e laudos, por exemplo, a que é submetido.

Ainda sobre o tema, Fonseca (2006) discorre acerca das possíveis consequências psicológicas que a vítima alienada pode apresentar: doenças psicossomáticas, ansiedade, depressão, nervosismo e principalmente agressividade. Pode ainda apresentar, segundo a autora, transtornos de identidade, comportamento hostil e desorganização mental.

Amplia essa discussão Segura *et al* (2006) quando mencionam:

Quadro 2 - Consequências psicológicas da Alienação Parental

TRANSTORNOS	SINTOMAS
Transtornos de ansiedade	As crianças vivem forte estresse nas visitas, apresentando respiração acelerada, rubor na pele, sudorese, tom elevado da voz, tremores, terminando em excesso emocional.
Transtornos no sono e na alimentação	As crianças sofrem pesadelos e problemas para conciliar ou manter o sono. Por outro lado, podem sofrer transtornos alimentícios derivados da situação que vivem e não sabem enfrentar, ingerindo alimentos compulsivamente ou não se alimentando.
Transtornos de conduta	Condutas agressivas: [...] podem ser verbais como insultos ou até mesmo físicas, tendo que parar a situação.
	Comportamento de esquiva: há momentos em que as crianças exibem uma série de comportamentos [...] que tem como consequência não passar pela visita.
	As crianças utilizam linguagem e expressões de adultos: [...] realizam verbalizações que são reflexo de forte conflito que vivem e da posição que assumiram: ao lado incondicional do progenitor não rejeitado.
	Dependência emocional: [...] Eles têm que odiar a um para ser amado e aceito pelo outro e esse ódio deve ser sem ambivalências. Cria-se uma forte dependência emocional para o (a) menor, que resulta na criação de uma relação patológica entre genitor e filho (a).
	Dificuldades na expressão e compreensão das emoções: eles tendem a expressar suas emoções de maneira errada, centrando-se excessivamente em aspectos negativos.
	Explorações desnecessárias: pode haver falsas alegações de maus-tratos aos menores, com forte situação de estresse. Também fazem com que adotem o papel de "vítimas" de algo que eles não sofreram, mas em face da difamação do genitor alienado e da autonomia de pensamento, tomam como algo real, com consequências devastadoras para o seu desenvolvimento psicológico.

Fonte: SEGURA *et al*, 2006, p.124-125 (reelaboração pessoal)

Em que pese as consequências apontadas, Sousa (2009, p.87) adverte que se deve ter superficialidade em suas considerações, uma vez que “não há definições operativas quanto aos sintomas listados, mas sim, descrições sobre a função que representam na campanha de difamação do genitor alienado.” Do mesmo modo, Mendes (2013) também alerta sobre a falta de cientificidade em alguns posicionamentos e concepções, motivo pelo qual se deve ter atenção ao lidar com o fenômeno da SAP.

Por esse prisma, observa-se o fato de que algumas pessoas não conseguem lidar com determinadas situações e acabam transferindo suas insatisfações às crianças e/ou adolescentes, justamente os que são mais vulneráveis e que ainda estão em processo de formação. Os alienantes desenvolvem condutas e comportamentos que visam à ruptura de

laços íntimos, delicados e singelos, permeados de suma importância para os alienados envolvidos.

Ressalta-se, ainda, que esses vínculos também são repletos de apego, afeto e amor, por exemplo, os quais dão a sensação de confiança, lealdade e proteção de uns para com os outros. A partir do momento em que esses laços se rompem, todos esses sentimentos vivenciados pelos indivíduos sofrem rachaduras, o que significa que algum dano, de fato, sofrerão, como tristeza, dor, sensação de solidão ou traição. A diferença é que cada indivíduo trabalhará com essas rachaduras a seu modo, negativa ou positivamente, apenas olhando para si ou para si e os demais ao seu redor, que é o que se espera na presente pesquisa.

De todo modo, apesar das discussões acima expostas sobre a existência efetiva ou não da SAP, resta claro que pais e/ou responsáveis utilizam o seu poder de guarda e/ou o seu dever de proteção dos filhos como arma contra o ente-alvo. Movido por um conjunto de sensações e valendo-se das mais variadas formas e estratégias de desempenho, o alienador consegue transformar a consciência infanto-juvenil no sentido de repudiar, recusar, odiar o alienado-alvo, com vistas à destruição do vínculo entre ambos, sem que existam justificativas reais para essa condição.

Assim, reflete-se que a SAP atinge o desenvolvimento psíquico da criança e do adolescente, cujas sequelas podem ser permanentes ao infante, criando imagens distorcidas das relações amorosas de afeto, bem como afetar a relação indivíduo-sociedade e, conseqüentemente, sociedade-desenvolvimento. Trata-se de uma conduta capaz de produzir diversas conseqüências negativas para o próprio alienador e para o alienado, cujos efeitos mais dramáticos recaem, em regra, sobre os filhos, os quais, posteriormente, engarjar-se-ão em relações sociais mais complexas. Dessa forma, caracterizada a SAP, medidas devem ser tomadas, com o objetivo de se preservar os direitos fundamentais da criança e adolescente e resguardar um desenvolvimento físico, mental, moral e espiritual em condições de liberdade e dignidade, como forma de proteção não somente da integridade individual, como também da integridade social dos envolvidos.

3.5 A síndrome da alienação parental e o enfraquecimento das relações comunitárias

A família passou por várias transformações durante o transcurso do tempo e demonstrou uma grande capacidade de adequação às exigências sociais de cada época.

Atualmente, seus moldes compreendem a afetividade como forma de identificação dos núcleos familiares, cujo aspecto permitiu a formação de novos arranjos familiares e a valoração da filiação afetiva. Ademais, a família contemporânea apresenta olhares interdisciplinares no Direito de Família, razão pela qual temas relacionados à psiqué humana ganharam maior atenção, a ponto de permitir o reconhecimento de dano afetivo pela inexistência ou carência de convívio paterno-filial.

É importante observar que a intensificação dos vínculos afetivos, o fortalecimento da relações familiares e, principalmente, a proximidade entre pais e filhos deram azo à disputa pela guarda da prole em casos de separação e divórcio, cenários esses que permitiram o surgimento da Alienação Parental e, por conseguinte, da Síndrome da Alienação Parental, as quais atingem seriamente à figura dos filhos, em primeiro plano e em segundo plano, as relações sociais.

Como dito anteriormente, os filhos vítimas de AP podem desenvolver o distúrbio da SAP, quando, então, passam a rejeitar injustificadamente o ente alienado, cuja recusa pode ir além do distanciamento familiar entre infante e alienado e alcançar patamares sociais. Em tal contexto, reflete-se que o rompimento de um laço afetivo tão íntimo pode causar sentimentos e sensações negativas à criança/adolescente. Se ela (e) não souber lidar e/ou absorver tais desprazeres, além da possibilidade de registrá-los em sua identidade e história, poderá compartilhá-los com os indivíduos da sociedade à sua volta, dificultando o sadio desabrochar social.

Sob esse prisma, nota-se que a SAP age sobre a subjetividade do indivíduo em formação. Tal subjetividade é inicialmente construída no núcleo familiar e refere-se ao mundo interno de todo e qualquer ser humano. Este mundo interno é composto por emoções, sentimentos e pensamentos e é por meio dele que o indivíduo se relaciona com o mundo social, nomeado por mundo externo. Desta relação mundo interno e externo, resultam as características individuais que marcam o indivíduo como singular e que vão possibilitá-lo a fazer parte de um conjunto social. A sociedade necessita da singularidade de seus membros para lhe dar forma e conteúdo. É como ocorre com a sistemática das cidades descrita por Lefebvre (1991, p.46):

A cidade depende também e não menos essencialmente das relações de imediatez, das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade [...]. Ela se situa num meio termo, a meio caminho entre aquilo que se chama de ordem próxima (relações de indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a ordem distante, a ordem da sociedade regida por

grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma ‘cultura’ e por um conjunto de significantes.

Cumpramos observar que a sociedade é movida pelos papéis desempenhados pelas pessoas. Esses papéis consistem em “uma série de atividades e relações esperadas de uma pessoa que ocupa uma determinada posição na sociedade e de outras em relação àquela pessoa.” (BRONFENBRENNER, 1996, p.68). Tem-se um sistema relacional complexo, uma vez que os papéis realizados por um indivíduo alienado influenciam tanto no microssistema familiar quanto no macrossistema social.

Com base nas ideias acima delineadas, é importante refletir que no microssistema familiar, cada membro possui um papel específico e esperado pelos demais membros, a exemplo dos pais que tem o dever de guarda, educação e vigilância dos filhos. Quando um desses pais deixa de exercer algum desses papéis, passa a praticar AP, por exemplo, o filho que esperava certa conduta para sua formação, depara-se com outra. O filho, por sua vez, recebe essa conduta diversa, adapta-a com o seu papel e, posteriormente, exerce-o junto aos demais membros familiares, os quais procederão da mesma forma – recebimento, adaptação, prática.

No macrossistema social, a sistemática se repete. A sociedade fica à espera de indivíduos familiares desempenhando seus papéis sadiamente, porém depara-se com papéis adaptados com a alienação e, portanto, afetados. Aos membros sociais resta apenas receber esse papel alterado, adaptar os seus papéis a isso e, posteriormente, praticá-los com o todo social. De certa forma, é como se o indivíduo passasse de protagonista do desenvolvimento local, dada a sua singularidade, para mero assistente desse processo.

A construção da identidade individual inicia-se no seio familiar e modela-se no meio social, quer dizer, é um fenômeno evidentemente social, pois ela é construída em relação a outro sujeito, razão pela qual se faz essencial a escola de Foucault (2001), acerca das relações de poder. Essas relações de poder são marcadas pela complexidade e sutileza em seu exercício e representam mais do que mera reprodução de relação de produção, conforme explica o autor mencionado:

[...] cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder. O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes da dominação e os circuitos de exploração se recobrem, se apoiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem. (FOUCAULT, 2001, p.160)

Desse modo, o indivíduo alienado, ao se relacionar com alguém, inconscientemente compartilha parte da SAP sofrida. “O indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças.” (FOUCAULT, 2001, p.161-162)

Vale ressaltar que os seres humanos não só compõem a sociedade como também atuam sobre ela, transformando tanto o meio em que estão inseridos, quanto a si mesmos simultaneamente. Por sua vez, todas essas transformações refletem-se nos indivíduos novamente, os quais provocarão novas alterações. Trata-se, novamente, das relações de poder, cuja multiplicidade é capaz de atravessar, caracterizar e constituir o corpo social, ao mesmo tempo em que depende de acumulação, circulação e funcionamento de discurso para que se dissociem, estabeleçam e funcionem (FOUCAULT, 2001).

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. [...] O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer a sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. [...] Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos do poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constitui. (sic) (FOUCAULT, 2001, p.183-184)

É possível inferir que há um ciclo social dinâmico e contínuo, tendo em vista os conflitos permanentes de vontades, que abrangem as relações de poder, de modo que é a família quem fornece os alicerces necessários para que o indivíduo enfrente e participe dessas relações, utilizando-se dos valores imateriais básicos familiares.

Nessa perspectiva, importante é o ensinamento de Prochno *et al* (2011, s/p):

Se a família é um meio de amparo e acolhimento; se é o lugar onde as pessoas se estruturam como sujeitos; se é na família o lugar em que o sujeito se constitui, sobre esse ambiente deve-se promover um bom convívio, independentemente das diferenças que um relacionamento mal sucedido desencadeou. O casal deve separar os instintos de destruição para com o outro e buscar processar o luto conjugal, para que assim propicie um bom ambiente parental e promissor para o saudável desenvolvimento da criança.

Em análise convergente, Barbosa e Reis (2010, p.5) afirmam que a inserção social da criança imprescinde da influência familiar, de forma que “esta ou seu substituto são tradicionalmente chamados de ‘primeiro grupo de socialização’, pois são as primeiras pessoas que convivem com a criança desde tenra idade e a ensinam a viver no mundo”.

No que tange às teorias supramencionadas, tem-se a família como provedora de valores imateriais aos sujeitos, por meio dos quais as relações de poder sociais serão enfrentadas, assumindo características de dominação e controle frente aos seus membros, cujo reflexo se dará no grupo social com o qual o indivíduo se relacionará. Sendo assim, não se pode ignorar a importância das histórias individuais, estruturadas num grupo (família), ao analisar a coletividade.

A análise das ideias apresentadas permite observar a existência de uma íntima relação entre família, identidade, comunidade e desenvolvimento. Um núcleo familiar saudável apresenta bases mais sólidas para dar origem a identidades bem sedimentadas e construídas, formando sujeitos únicos no universo, os quais se relacionarão entre si compondo a comunidade, a qual é capaz de transformar o ambiente de vida à sua volta e mobilizar-se para atingir o desenvolvimento social e local.

A SAP atinge diretamente a pessoa humana, o motor propulsor da construção do ambiente social. Ela representa um prejuízo não somente à formação da identidade pessoal, mas também à formação da identidade social, provocando distorções das mais variadas relações, a começar pela amorosa. Os reflexos provenientes desse distúrbio poderão atingir a sociedade em que os indivíduos da família estão inseridos, tanto no que se refere à sua contribuição social para a construção da identidade do outro, como também no exercício de seu papel social em prol do desenvolvimento da sociedade. Em outras palavras, a SAP afeta o sistema linear da vida humana, pois, ao dificultar e/ou impedir a transmissão dos valores imateriais familiares aos novos indivíduos, está se dificultando e/ou impedindo também a capacidade pessoal de enfrentar as relações de poder, as quais proporcionam ganhos para os próprios indivíduos e para a rede social a que faz parte, “e de cuja construção é protagonista, à medida que a si mesmo se permite construir” (PORTO, 2012, p.43).

Posto isso, a família, matriz social, alicerce da sociedade, marco zero do ciclo vital humano, é incumbida da função de formação da identidade do indivíduo. Caso seja rompido o vínculo familiar, como ocorre na SAP, fissuras sociais serão abertas, uma vez que os valores familiares postos à disposição de seus integrantes não serão repassados em plenitude aos membros da relação familiar, distorcendo, de início, a visão social do indivíduo e, posteriormente, sua relação com as demais pessoas da sociedade à sua volta, cuja agregação social é imprescindível ao processo de desenvolvimento local.

4 O INDIVÍDUO COMO PROTAGONISTA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O embasamento teórico presente neste capítulo permeia o desenvolvimento local. Nessa linha, serão apresentados alguns aspectos conceituais envolvidos no tema, dando-se maior atenção para o indivíduo, o qual é propulsor do processo desenvolvimentista e sobre quem recai a Síndrome da Alienação Parental, com probabilidades de prejuízos ao desenvolvimento local.

4.1 Desenvolvimento local: uma reflexão sobre os aspectos conceituais

De início, cumpre observar que não é possível falar em desenvolvimento local isoladamente. Trata-se de um fenômeno que somente ocorre se um conjunto de processos existir, de tal forma que haja um entrelaçamento entre eles. O desenvolvimento local apenas se torna possível diante de características essenciais preexistentes, as quais são articuladas pela ação humana e voltadas a promover o desabrochamento das habilidades e potencialidades de determinada comunidade. Sobre o assunto, discorre Gonzalez (1998, p.9) ao afirmar que “el D.L. persigue un objetivo básico y primordial: MEJORAR EL NIVEL DE VIDA DE LA POBLACIÓN, a partir de la combinación eficiente de las potencialidades de cada territorio, de sus recursos y de su fuerza emprendedora.”

O termo desenvolvimento local, ora DL, ainda não possui um conceito específico, para tanto, entende-se que o conceito delineado abaixo seria o mais adequado à presente pesquisa:

[...] el proceso reactivador de la economía y dinamizador de la sociedad local, mediante el aprovechamiento eficiente de los recursos endógenos existentes en una determinada zona, capaz de estimular y diversificar su crecimiento económico, crear empleo y mejorar la calidad de vida de la comunidad local, siendo el resultado de un compromiso por el que se entiende el espacio como lugar de solidaridad activa, lo que implica cambios de actitudes y comportamientos de grupos e individuos. (MARTÍN, 1999 *apud* ÁVILA, 2000, p.68)

Amplia essa discussão Ávila (2000), quando pondera que no DL a comunidade passa a sentir mudanças significativas, pois:

[...] a comunidade mesma desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das próprias condições e qualidade de vida, “metabolizando” comunitariamente as participações efetivamente contributivas de quaisquer agentes externos. (ÁVILA, 2000, p.69)

O DL consiste, portanto, em um fenômeno de ativação de diversos elementos, tais como o território, a identidade e ações locais. Isso significa afirmar que é preciso a presença de uma comunidade (entendida como a presença de vínculos espontâneos entre as pessoas, com expectativas e experiências comuns, capazes de mantê-las unidas na vivência do cotidiano), situada em determinado território, com sua identidade social e histórica bem definida, de modo que seus próprios agentes atuam na solução de problemas, satisfação de necessidades, absorção de investimentos externos e busca pela qualidade de vida de todo o conjunto.

O DL também é social como o ser humano e, por tal motivo, ambos necessitam de um espaço para a execução de ações existenciais e de sobrevivência. Nesse espaço, os atores sociais promoverão transformações e adaptações à natureza, criarão materiais adequados ao dia-a-dia, bem como se relacionarão com os semelhantes sociais na construção tanto de suas histórias individuais como da história coletiva.

Assevera Santos (1978) que o espaço pode ter uma concepção geográfica ou uma concepção social. Em sua concepção geográfica, o espaço é organizado pelo homem, durante a vivência social, razão pela qual cada comunidade é responsável por sua própria construção histórica espacial. Dessa forma, no espaço geográfico há uma associação entre materialidade e ação humana em certo momento histórico. Por sua vez, o espaço social representa o lugar de vida do homem, sua morada, o espaço humano. Observa-se que “o espaço deve ser um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais, e objetos sociais, e, de outro, a vida que a preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento” (SANTOS, 1994, p.49).

O espaço de que depende o DL deve ser definido, concreto, certo, apto a representar a realidade humana, uma vez que ele é produto da relação dos homens entre si e com os objetos à volta, simultaneamente. É o espaço que permite a interação humana e a construção espacial individual de acordo com as atividades e ações exercidas pelos indivíduos, atentando-se aos interesses coletivos e/ou pessoais. Em outras palavras, o espaço é o fruto da relação humana com os objetos e serviços em redor, suscetível de modificações de acordo com a evolução temporal e o surgimento de elementos transformadores.

A ideia de espaço deu azo a novos elementos caracterizadores do DL, quais sejam o território e a territorialidade. Os termos território e territorialidade associam-se às relações de poder (RAFFESTIN, 1993). Consoante o autor, o ser humano acaba por constituir um

território quando domina e/ou se apropria de uma área, ali exercendo suas ações e trabalhos, de modo que cada território é marcado pela multidimensionalidade de vivências dos atores sociais na construção de sua territorialidade. Para o autor, o poder é envolvido por essa multidimensionalidade, representando “[...] a chave – em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido” (RAFFESTIN, 1993, p.1).

O mesmo entendimento é o de Haesbaert (2004), pois esses elementos carregam “a multiplicidade de suas manifestações - que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos” (HAESBAERT, 2004, p.3).

Denota-se, então, que território e territorialidade basicamente representam uma reinvenção do espaço por parte dos atores sociais que o ocupam como construção da base física para a comunidade. O espaço social modela-se, modifica-se e ajusta-se pelo território, ao mesmo tempo em que a territorialidade influi, delimita e controla-o. Desse modo, ambos os elementos revelam a identidade dos agentes locais, independentemente de se tratar de pessoas, grupos, empresas ou do próprio Estado, por exemplo, alterando-se de acordo com o controle social exercido por cada um com vistas a formar uma comunidade.

Concebidos o espaço, o território e territorialidade, os atores sociais deverão fortalecer os laços endógenos e exógenos em busca do DL, manipulando conjuntamente esses fatores, para que a comunidade possa usufruir tanto de suas forças internas, quanto das forças externas que sobre ela agem, na promoção do DL. O fortalecimento dos laços endógenos e exógenos é compreendido por Ávila (2000, p.70) como a soma e a interação estratégica e necessária, visto que “a primeira sem a segunda se afiguraria a mera ‘caiação desenvolvimentista’ [...] e a segunda sem a primeira funcionaria como mecanismo de puro isolamento societário.”

Os fatores endógenos consistem nas capacidades e forças internas de determinada comunidade, seja implícita ou explicitamente, capazes de promover o crescimento coletivo, tais como interesses comuns, funções individualizadas e cultura. Os fatores exógenos, por sua vez, compreendem o que é externo à comunidade, seja positivo ou negativo, capaz de contribuir, dificultar e/ou limitar o progresso social, econômico e cultural, a exemplo do governo, das empresas, globalização, etc.

Da mesma forma, também devem progredir as relações primárias e secundárias na comunidade na promoção do desenvolvimento local. Não basta apenas a existência de vínculos espontâneos e informais entre pessoas na vivência do cotidiano (relações primárias), mas é necessário também que existam regras e normas formais para organizar e controlar os

grupos sociais (relações secundárias) dentro da comunidade (ÁVILA, 2000).

Tudo isso deve convergir para a formação de uma identidade local, caracterizada pelas atividades rotineiras realizadas pelos indivíduos e que são repletas de solidariedade. Por isso, cada lugar é singular, diverso um do outro, uma vez que são esculpidos pelo espaço, pelo tempo e pelos agentes que o ocupam, contendo uma dimensão histórica que permite a comunicação entre os homens por símbolos, vistos e sentidos uns pelos outros. Toda essa interação social estabelecida ganha força com a tecnologia e a modernidade. A cognição e percepção do espaço ocupado melhoram a ponto de o ator social associar a ele uma dimensão simbólica e atribuir-lhe um significado mítico. Forma-se uma memória comunitária, como cenário social para as reuniões e práticas diárias.

Em que pesem os aspectos já delineados, nenhum deles teria sentido se não houvesse o capital social, a força propulsora do DL. O DL, como ideal comum, apenas é possível quando os atores sociais estão engajados nesse objetivo. Todavia, essa união social depende da confiança entre seus semelhantes. Tabosa *et al* (2004, p.3), ensina que “a confiança é a essência do capital social, sem ela, torna-se impossível uma sustentabilidade.”

Um indivíduo, vítima da SAP, por exemplo, pode não confiar nos demais devido aos traumas que carrega da AP sofrida, como podem não confiar nele pelo mesmo motivo. Diante da desconfiança entre a comunidade, a tendência é que os membros sociais se dissociem uns dos outros, facilitando a existência de conflitos comunitários e dificultando o desabrochamento dos potenciais coletivos.

O Desenvolvimento em escala humana é a máquina que movimenta todos os demais elementos formadores do DL e que, por sua vez, alimenta-se da confiança social. As redes sociais somente se originam quando há confiança recíproca entre os indivíduos, quanto mais redes sociais se formarem e se fortalecerem, maior será o número de pessoas em busca de modificações e progressos para a comunidade a que pertencem. Por isso, é imprescindível que os indivíduos tenham em si valores éticos, morais e culturais a compartilhar com as demais pessoas à sua volta, em um processo contínuo de construção e reconstrução de identidades, com vistas a transparecer confiança e gerar solidariedade entre os pares, diferentemente do que pode fazer a SAP ao prejudicar a sadia formação social da criança e/ou adolescente.

Nas palavras de Tabosa *et al* (2004, p.6):

[...] deve-se enfatizar hoje a importância de desenvolver na cultura de seu povo o espírito de coletividade e solidariedade para alcançar o desenvolvimento, valorizando a sociedade, construindo ou fortalecendo o

capital social, objetivando melhorias nas condições de vida das populações, empenhando as relações sociais no território.

Para tanto, não se pode permitir que a SAP dificulte o envolvimento participativo e coletivo dos atores locais no processo desenvolvimentista. A sinergia social apenas tem sentido se toda a comunidade estiver voltada para a melhoria do nível de qualidade de vida, justificando-se a importância do indivíduo alienado para a coletividade. Em outras palavras, é a união social que promove a interligação de todos os aspectos caracterizadores do DL; serão os próprios agentes sociais locais que buscarão o bem-estar, o crescimento coletivo e condições dignas de vida.

4.2 O indivíduo: formação pessoal e social

Todo ser humano, ao nascer, depende de cuidados e atenção especiais, os quais lhe são dados primeiramente pela família e posteriormente pela sociedade, seja por meio da escola e/ou das experiências vividas e compartilhadas com os indivíduos à sua volta. Isto é, “a vida relacional de um ser não pode depender só dele, porquanto toda relação verdadeira requer uma participação mútua.” (BERGE, 1977). Trata-se da formação pessoal e social do indivíduo com vistas à sua socialização, esta entendida como o “processo de iniciação por meio do qual a criança pode desenvolver-se e expandir-se a fim de ingressar num mundo que está ao seu alcance” (BERGER & BERGER, 1977, p.205)

Em tal contexto, Braga (1978, p.211-212) aduz:

[...] deve se lembrar de que o que é mais importante para o desenvolvimento infantil é o relacionamento das crianças com as pessoas as cercam, [...]. Na vida de uma criança as pessoas proporcionam a base para o desenvolvimento de todas as suas aptidões; auxiliam seu relacionamento com as demais pessoas, e afetam a maneira pela qual ela virá a se sentir a seu próprio respeito, bem como influenciarão seu desenvolvimento de linguagem, cognitivo e outros. Qualquer que seja a sua idade, não é tão importante que a criança tenha brinquedos ou equipamentos: o que é essencial é que tenha pessoas que a apoiem, que dela cuidem, e que providenciem o que lhe for necessário para suprir as suas necessidades. Sintonizando-se bem com as suas crianças e compreendendo como elas se desenvolvem, você poderá se identificar com suas necessidades e dar-lhes atendimento.

Como dito anteriormente, a família representa o primeiro grupo de socialização dos indivíduos em que são construídas as bases iniciais da identidade humana. Solidificados esses alicerces, o ser humano inicia sua caminhada social, de forma a amoldar essa identidade

parcialmente delineada. Todavia, deve-se observar que a família, além de influenciar os indivíduos sociais, também sofre influências do meio a que pertence, desde as estruturas sociais até as políticas e econômicas e cujos reflexos recaem sobre cada pessoa do núcleo familiar, que os absorverá de forma diversa.

O que se tem é uma relação de causa e efeito (OSÓRIO, 1996) entre família e sociedade ou talvez uma espécie de sistema cíclico, em que a família forma o indivíduo, o qual comporá e relacionar-se-á com a sociedade e esta, por sua vez, agirá sobre a família, delimitando comportamentos, regras, costumes e valores.

A entidade familiar, matriz social, geradora e formadora de agentes sociais, desempenha a função de ensinar aos seus entes os valores imateriais básicos sociais, necessários à constituição de sua personalidade como membro integrante da sociedade. No entendimento de Osório (1996, p.20-21):

Esquemáticamente poderíamos dividir as funções da família em biológicas, psicológicas e sociais; [...], já que estão intimamente relacionadas e confundem-se umas com as outras, tanto nas origens como no destino das estruturas familiares ao longo do processo civilizatório. [...]. Em resumo, a função biológica da família é a de garantir não a *reprodução* e sim a *sobrevivência* da espécie através dos cuidados ministrados aos recém-nascidos. E as funções *psicossociais*, quais seriam? Sabe-se que o alimento afetivo é tão indispensável para a sobrevivência do ser humano quanto o são o oxigênio que respira ou a água e os nutrientes orgânicos que ingere. Sem o afeto ministrado pelos pais ou os seus sub-rogados, o ser humano não desabrocha, permanece fechado em uma espécie de concha psíquica, caracterizando o estado de enquistamento emocional que denominamos *autismo*. [...]. Entre as funções sociais da família, por sua relevância ao longo do processo civilizatório, está a transmissão das pautas culturais dos agrupamentos étnicos. Outra das importantes funções sociais da família, e que a ela é delegada pela sociedade, é a preparação para o exercício da cidadania.

A família, para Osório (1996), deve fornecer substratos suficientes para o crescimento individual de seus membros, de maneira a facilitar a individuação e diferenciação de cada pessoa tanto na esfera familiar, como na esfera social, cujos requisitos são essenciais para um satisfatório convívio em sociedade.

Importante refletir que o núcleo familiar é responsável por lecionar aos indivíduos os valores e regras sociais, sejam eles aspectos culturais, religiosos, morais e éticos daquela sociedade, como o respeito ao próximo. Aquilo que o indivíduo vivencia em seu lar pode ser absorvido ao seu caráter e posteriormente compartilhado com a sociedade, razão pela qual se aduz que essa educação familiar deve ser a mais harmoniosa e sadia o possível. Trata-se da função social da família, em que ela assimila e amolda-se às transformações e evoluções

sociais, transferindo aos seus novos membros todos os princípios necessários à sobrevivência no corpo social.

Nesse contexto, nota-se que, como a família, a sociedade também auxilia e influencia a solidificação da identidade e dos valores incorporados à personalidade do indivíduo. Depois de postos os alicerces iniciais para o caráter individual do ser humano e os valores imateriais básicos para o convívio inicial com a sociedade, a criança/adolescente começará a estabelecer contato com as demais pessoas, fora do vínculo familiar, como ocorre na fase escolar. Em suas relações sociais, a criança/adolescente faz uso de todo o conjunto de valores que adquiriu na família, como a cultura e o respeito ao outro, bem como adiciona outros que lhes pareçam novos.

Observa-se ainda que a sociedade, por seu turno, é composta por regras, crenças, costumes e padrões. Por mais singulares que sejam os agentes sociais, toda a sociedade apresenta certa homogeneidade, uma coletividade exclusiva, que tem traços específicos que as tornam únicas umas das outras. Nesse sentido, todo novo indivíduo depara-se com um conjunto de normas e valores sociais e culturais, como norteadores de suas ações, atividades, comportamentos e delimitação de seus direitos e deveres. Trata-se de uma forma de preservar a unidade social e a identidade coletiva, a fim de que não se percam os ideais comuns e a luta pelo bem-estar social.

Por tal motivo, Bee (1996) assevera acerca da importância dos relacionamentos verticais e horizontais para o desenvolvimento da criança. O relacionamento vertical é marcado pelo apego a uma pessoa, como ocorre com os pais, e cujo resultado é a sensação de segurança e proteção que a criança sente. Já o relacionamento horizontal se caracteriza pela reciprocidade e igualdade, com os colegas da escola por exemplo, quando “a criança pratica seu comportamento social e adquire aquelas habilidades sociais que só podem ser apreendidas num relacionamento entre iguais: cooperação, competição, intimidade.” (BEE, 1996, p.312)

Esse pensamento corrobora-se com o posicionamento de Souza (1997) ao discorrer sobre Bakhtin:

Para esse autor, ser significa ser para o outro e, por meio do outro, para si próprio. O território interno de cada um não é soberano; é com o olhar do outro que nos comunicamos com nosso próprio interior. Tudo que diz respeito a mim, assegura Bakhtin, chega à minha consciência por meio da palavra dos outros, com sua entoação valorativa e emocional. Do mesmo modo que o corpo da criança, inicialmente, forma-se do interior do corpo da mãe, a consciência do homem desperta a si própria envolvida na consciência alheia. (SOUZA, 1997, p.66)

O indivíduo, centro de transmissão de poder, por quem atravessam e circulam as relações de poder, internaliza os aspectos advindos da relação com seu semelhante, adaptando-os e incorporando-os à sua identidade. A “internalização é o processo pelo qual a experiência externa, culturalmente organizada, é transformada em processos psicológicos internos que, por sua vez, determinam a maneira como as pessoas se comportam” (COLE & COLE, 2004, p.414). Esse processo é de suma importância para a aceitação da criança pela sociedade, pois é por meio dela que o infante demonstra o seu desejo e sua capacidade de se portar socialmente como a coletividade a que pertence.

Reflete-se que enquanto a família prepara o indivíduo para a vida social, a sociedade socializa-o. Os padrões socialmente impostos servem como modelo para as condutas individuais dos novos membros, de forma que o indivíduo apenas se faz reconhecido e participante da sociedade se aderir aos moldes que lhes foram postos. Todavia, não se pode esquecer que o próprio processo de socialização é relativo e recíproco, em razão da existência não somente do socializado, como também do socializante, além da capacidade de escolha que os indivíduos carregam em si.

Gradativamente, a criança/adolescente é cada vez mais aceita (o) socialmente e a ela (e) passam a ser atribuídas funções e papéis, bem como lhe é permitida certa liberdade de escolha frente a situações rotineiras. Pouco a pouco esse infante começa a reproduzir as normas e comandos sociais que lhes foram impostos inicialmente, como resultado da socialização absorvida. Em outras palavras, o que era estranho ao mundo interno do indivíduo passa a fazer parte dele a ponto de ser exteriorizado para aqueles que estiverem à sua volta.

Com a internalização das normas e padrões sociais tem-se a progressão da socialização, cujo resultado é a formação da consciência individual. É nesse momento em que a criança/adolescente se vê como ser social e passa a reproduzir naturalmente todo esse conjunto de valores, bem como a exigir dos demais que ajam da mesma maneira.

A consciência individual, constituída pela sociedade, possibilita que a criança/adolescente atribua significados e símbolos aos comandos sociais com os quais lida. Ela (e) começa a ser sujeito ativo na vivência social, tornando-se um indivíduo singular para a sociedade como confirmação às “relações de interdependência entre indivíduo e sociedade”. (SETTON, 2005, p.342)

Sendo assim, a SAP pode atuar como agente complicador de toda a formação pessoal e social do indivíduo. A criança/adolescente alienada (o) depara-se com valores e condutas

associados a sentimentos ruins, que vão da raiva até a angústia. Ela (e) se vê diante de agressividades verbais e comportamentais rotineiramente, cuja continuidade da conduta faz com que o evento pareça normal e socialmente aceitável, até que a interiorização do fato acaba se configurando em sua esfera pessoal. Transcorrida essa fase, o indivíduo passará à composição social e, em algum momento e de alguma forma, compartilhará o evento familiar interiorizado. A formação sadia da personalidade humana, em sua maioria, ocorre como foi delineada nas páginas acima. Todavia, quando se anexa uma síndrome a um sistema já formado, está-se adicionando a ele um componente que não o pertence e cuja equação terá um produto diverso daquele que era esperado e produzido normalmente.

4.3 O (des) empoderamento do indivíduo na construção social

O DL abarca um conjunto de elementos que, associados, convergem para a ativação dos atores sociais na promoção de mudanças e melhorias da comunidade. Dessa forma, o capital social alimenta e movimenta o processo desenvolvimentista, considerando-se o ser humano o protagonista do DL. Para tanto, o ser humano deve “aprender a escrever a sua vida, como autor e como testemunha de sua história, isto é, biografar-se, existenciar-se, historicizar-se”. (FREIRE, 1977, p.4)

Em tal contexto, o (des) empoderamento do indivíduo na construção social é de suma importância, de modo a agir positiva ou negativamente na participação social em ações voltadas ao desabrochamento das potencialidades comunitárias.

O termo empoderamento (*empowerment*) tem suas origens na cultura americana, em 1970, sob a influência dos movimentos sociais, como a luta feminista e dos negros por direitos civis. Na referida época, o modelo tradicional de desenvolvimento apresentava sinais de colapso, tais como a marginalização do emprego na região urbana e o aumento da população sem terra, motivo pelo qual a palavra associava-se ao envolvimento participativo das pessoas em busca de controle sobre recursos e organizações, como uma forma de desenvolvimento alternativo (VASCONCELOS, 2003).

Paulatinamente, o empoderamento foi ganhando espaço e demais conceituações em diversas áreas, desde a sociologia, psicologia até a saúde mental. Todavia, importa à presente pesquisa aquelas que envolvem a capacidade individual de gerir a própria vida e direcionar suas vivências comunitárias. Nesse sentido, Freire (1977) representa a autoria brasileira,

precursora do tema, ao tratar da relação opressor e oprimido em que o empoderamento pode ser entendido como a conquista da liberdade por parte daquele que estava subordinado econômica, física ou mentalmente a outrem.

No mesmo sentido de significação de empoderamento, tem-se Rappaport (1987, p.121) ao aduzir que:

The concept suggests both individual determination over one's own life and democratic participation in the life of one's community, often through mediating structures such as schools, neighborhoods, churches, and other voluntary organizations. Empowerment conveys both a psychological sense of personal control or influence and a concern with actual social influence, political power, and legal rights. It is a multilevel construct applicable to individual citizens as well as to organizations and neighborhoods; it suggests the study of people in context.⁴

Em análise convergente aos conceitos acima descritos, Vasconcelos (2003, p.20) conceituou empoderamento como “aumento do poder e autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, dominação e discriminação social.”

Em tal perspectiva, é possível refletir que as conceituações apresentadas tendem para o sentido de que o empoderamento dota o indivíduo de autonomia e liberdade sobre si mesmo; faz o ser humano sentir-se sujeito de direitos e deveres, integrante de uma comunidade, como membro ativo. Favorece também a consciência individual, a qual permite o enfrentamento das situações cotidianas; que faz com que o ser humano se sinta emancipado para manejar seus esteios; livre para mudar o que lhe aprouver em sua vida, por exemplo.

Observa-se ainda que o próprio termo empoderamento sugere a ideia de poder (TEIXEIRA, 2002), pois o indivíduo empoderado exerce o poder e direcionamento sobre a própria vida, desde aspectos pessoais até os políticos e econômicos com os quais se depara. Esse processo concede ao indivíduo o poder de gerenciar não somente a sua existência, como também as mudanças sociais que entender necessárias, uma vez que isso pode lhe afetar direta ou indiretamente, bem como pelo fato de que cabe aos atores sociais coordenarem as transformações que desejam ver na coletividade.

⁴ O conceito sugere uma determinação individual tanto sobre a própria vida como a participação democrática na vida de uma comunidade, muitas vezes por meio de estruturas intermediárias, tais como escolas, bairros, igrejas e outras organizações voluntárias. Empoderamento transmite tanto um sentido psicológico de controle pessoal ou influência como uma preocupação com a influência social real, poder político, e os direitos legais. É uma construção multinível aplicável aos indivíduos cidadãos, bem como a organizações e bairros; sugere o estudo das pessoas no contexto. (Tradução nossa)

Em análise convergente, a comunidade também pode ser empoderada e exercer o controle sobre suas próprias experiências e tudo aquilo que lhe afeta. Teixeira (2002, p.24) assevera que “o empoderamento está associado a formas alternativas de se trabalhar as realidades sociais, suporte mútuo, formas cooperativas, formas de democracia participativa, autogestão e movimentos sociais autônomos.”

Silva e Martínéz (2004, s.p) explicam que a comunidade empoderada “se baseia nos pontos fortes, habilidades e sistemas de apoio social que promovam a mudança nas comunidades.” A coletividade, então, direciona-se para transformações locais, em busca da promoção do bem-estar social.

A comunidade empoderada para Montero (2003) *apud* Silva e Martínéz (2004, s.p) consiste em um processo em que se tem o engajamento coletivo, consciente e crítico das pessoas, voltadas para o desenvolvimento das capacidades e recursos comunitários no controle de suas vidas, com o objetivo de transformar tanto a realidade vivida conforme as necessidades e aspirações coletivas, como a si mesmos ao mesmo tempo.

Diante dessa possibilidade de empoderamento comunitário, Kleba (2009, p.733) explica que:

[...] o processo de empoderamento é apresentado a partir de dimensões da vida social em três níveis: psicológica ou individual; grupal ou organizacional; e estrutural ou política. O empoderamento pessoal possibilita a emancipação dos indivíduos, com aumento da autonomia e da liberdade. O nível grupal desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, promovendo o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade. O empoderamento estrutural favorece e viabiliza o engajamento, a corresponsabilização e a participação social na perspectiva da cidadania. Compreende-se, no entanto, que a separação em níveis constitui-se em recurso didático e avaliativo, cujos componentes acontecem de modo interdependente, o que dificulta a separação entre processos e resultados. Os espaços de participação política constituem estruturas mediadoras de processos de empoderamento, facilitando a superação de conflitos e a re-significação das relações sociais, possibilitando a revisão de papéis e de sentidos na produção da vida cotidiana.

Nota-se que o empoderamento concede tanto ao indivíduo como à comunidade autodeterminação, autossuficiência e autonomia de controle sobre as experiências cotidianas. Ambos nutrem o sentimento de capacidade de decisão e administração dos seus percursos, com a visualização de existência e solução de problemas, bem como o desenvolvimento de estratégias para a melhoria das condições de vida. Os seres sociais empoderados observam as dificuldades e complicações presentes e lutam pela resolução, superação e o progresso dos incômodos, tal como objetiva o DL.

Nessa linha, o empoderamento acaba por promover o fortalecimento dos vínculos interpessoais. Individual e/ou coletivamente, os indivíduos formam uma consciência sobre a realidade vivenciada e tentam transformá-la para melhor com vistas a atingir o estado de bem-estar. Por essa razão, entende-se que o empoderamento do indivíduo é um elemento crucial ao DL, por meio do qual se ativa o ser humano para desenvolver o pensamento crítico sobre a vida e a sociedade, a consciência da realidade e a transformação daquilo que lhe distancia das condições dignas e satisfatórias de vida.

O termo desempoderamento, por sua vez, carrega o prefixo DES-, que somado ao adjetivo “empoderado”, representa a ideia de contrariedade, negação, oposição ao sentido original da palavra. Para Cardoso (2006, p.3) “o prefixo des- indica separação, transformação, intensidade, ação contrária, negação, privação”. Desse modo, o que se pretende aduzir é que o desempoderamento consiste no processo reverso ao empoderamento. Se no empoderamento, o ser humano sente-se detentor do direcionamento sobre a sua vida, no desempoderamento, o indivíduo não apresenta autoestima e autoconfiança em suas decisões, podendo ter dificuldades frente aos inconvenientes cotidianos. Sua capacidade crítica e de controle sobre sua situação pessoal e/ou social são frágeis e talvez inexistentes. É como se o indivíduo não se sentisse motivado a lidar com as experiências de sua vida ou não vislumbasse razão para fazê-lo.

Reflete-se que, enquanto o empoderamento proporciona a autonomia sobre a própria vida, o desempoderamento ocasiona a sua perda e uma imagem negativa sobre a capacidade de transformação da realidade vivenciada. O indivíduo não vê em si mesmo habilidade para participar da dinâmica social, fazendo com que as interações com os seus semelhantes retem prejudicadas.

No desempoderamento, o indivíduo não sabe como agir diante dos problemas ou não tem coragem para colocar em prática o que acredita ser a solução. Diante de sua insegurança pessoal, permite que outras pessoas tomem a frente de sua vida e decidam por ele, de forma a perder a sua independência. Em outras palavras, o indivíduo desempoderado não se autorreconhece e/ou autovaloriza como sujeito de direitos e obrigações, apto a desempenhar importantes funções sociais; ele se sente à margem da sociedade, sem qualquer influência ou poder social.

Para exemplificar o assunto, Teixeira (2002, p.33) discorre sobre o desempoderamento em idosos:

[...] com a longevidade, há, geralmente, um processo de desempoderamento. Mudanças sociais nos modos de agir podem levar a uma perda de poder da autonomia e independência individual. Tipicamente, a interação de fatores individuais e sociais, na velhice, traz um ciclo negativo de desempoderamento, resultando na necessidade de reverter esse ciclo através do “re-empoderamento”.

Observa-se que o desempoderamento representa uma espécie de esfacelamento comunitário. O indivíduo desempoderado não é ativo individual e coletivamente. Se ele não promove mudanças em sua vida, em busca de melhorias, no plano social também não verá sentido em fazê-lo. Nesse contexto, Baquero (2012, p.179) ensina que “os indivíduos ou grupos relativamente desempoderados permanecem como objetos da relação, como os receptores da ação externa, numa atitude passiva”, o que é de encontro à proposta de DL.

É possível inferir que os pequenos grupos, como a família e a escola, bem como a coletividade devem se organizar para a prevenção do desempoderamento nos indivíduos. Desenvolver ações em que estes indivíduos façam parte do processo decisório, principalmente nas situações que se refiram às próprias vidas; incentivá-los a sugerir ideias e opiniões, tendo em vista o desenvolvimento da capacidade crítica do ser humano; encorajá-los a participar de atividades conjuntas e sociais são algumas propostas que podem auxiliar no processo de empoderamento e, por conseguinte, no processo desenvolvimentista comunitário. Trata-se de uma tentativa de evitar que o problema se instale utilizando-se, indiretamente, estratégias de empoderamento em conformidade com o DL.

4.4 O desenvolvimento em escala humana: a reciprocidade entre indivíduo e comunidade

A ideia de desenvolvimento por muito tempo associou-se ao modelo capitalista de economia, em que as necessidades básicas humanas se vinculavam a condições materiais de vida. Todavia, tal modelo era insustentável e, no fim do século XX começou a dar sinais de fragmentação, culminando em uma espécie de crise generalizada, afetando não somente o setor econômico, como também o político, social e cultural. Dessa forma, sentiu-se a necessidade de se refletir sobre uma nova forma de desenvolvimento que não fosse apoiada em estruturas econômicas ou políticas, mas que tivesse como investimento o próprio ser humano. Por essa razão, Max-Neef, Elizalde, e Hopenhayn (1986) deram novas perspectivas ao processo desenvolvimentista, passando a associá-lo à ideia de Desenvolvimento em Escala

Humana.

O Desenvolvimento em Escala Humana teoriza-se nas necessidades humanas fundamentais e tem como objetivo fazer do ser humano protagonista de sua história e de sua comunidade, com condições dignas de vida. Nessa nova proposta desenvolvimentista, a pessoa humana é responsável por promover as ações locais e transformar seu ambiente de vida, utilizando-se das potencialidades de sua comunidade.

Este trabajo propone, como perspectiva que permita abrir nuevas líneas de acción, un Desarrollo a Escala Humana. Tal desarrollo se concentra y sustenta en la satisfacción de las necesidades humanas fundamentales, en la generación de niveles crecientes de auto-dependencia y en la articulación orgánica de los seres humanos con la naturaleza y la tecnología, de los procesos globales con los comportamientos locales, de lo personal con lo social, de la planificación con la autonomía y de la sociedad civil con el Estado. [...] Pero para servir su propósito sustentador deben, a su vez, apoyarse sobre una base sólida. Esa base se construye a partir del protagonismo real de las personas, como consecuencia de privilegiar tanto la diversidad como la autonomía de espacios en que el protagonismo sea realmente posible (MAX-NEEF, 1993, p.30)

De acordo com Max-Neef (1993) esse desenvolvimento voltado para a satisfação das necessidades humanas seria uma forma de rompimento da antiga concepção econômica de crescimento para o início de uma nova fase, voltada para a pessoa humana como peça-chave do progresso comunitário. Para ele, o desenvolvimento humano permite a ampliação contínua das habilidades e potencialidades do ser humano, as quais servirão de instrumento para a melhoria de sua realidade social.

Max-Neef (1993) explica que essas necessidades humanas fundamentais não são infinitas como se pensava, mas sim finitas, escassas e classificáveis. Elas são iguais para qualquer lugar, tempo ou cultura, de modo que apenas mudam a forma e o meio para satisfazê-las conforme o transcurso temporal. Os satisfatores (formas de satisfazer as necessidades) seriam determinados somente culturalmente, pois, com o tempo, abandonam-se as formas tradicionais para se adotar outras mais modernas. Menciona ainda o autor que tanto os satisfatores, como os bens econômicos constantes na sociedade deveriam ser especificados e apresentados como produtos de construção história social, passíveis de modificação. Trata-se de um modo de averiguar a interrelação entre necessidades, satisfatores e bens econômicos.

Do mesmo modo, Elizalde (2000, p.51) expõe que as necessidades básicas são inerentes à natureza do homem, sendo compostas por três subsistemas que se afetam mutuamente, quais sejam: “el subsistema de las necesidades, el subsistema de los satisfactores y el subsistema de los bienes”, em que cada um deles é responsável por desempenhar uma

função específica.

O subsistema das necessidades compreende a interioridade humana; o que se vivencia na esfera subjetiva, pessoal do ser. As necessidades estão impressas no ser humano, motivo pelo qual fazem parte da sua natureza e não podem ser modificados. Nesse sentido, as necessidades humanas fundamentais são universais, “es decir son y han sido las mismas para todos los seres humanos a lo largo de la historia y de las culturas.” (ELIZALDE, 2000, p.51)

Por seu turno, o subsistema dos satisfatores consiste nas formas históricas e culturais que satisfazem as necessidades humanas fundamentais. Os satisfatores representam o modo como cada cultura, cada sociedade, cada circunstância histórica atualiza as necessidades de seus integrantes. Eles constituem a interação entre a exterioridade e a interioridade, entre os produtos e as necessidades.

O terceiro e último é o subsistema dos bens, composto pelos artefatos materiais da cultura, produtos da exterioridade humana. Compreende os objetos, as coisas que melhoram a capacidade dos satisfatores ao dar conta das necessidades, isto é, são os utensílios que contribuem com os satisfatores em sua função de satisfazer as necessidades. Para tal fim, é preciso que esses bens tenham peso entrópico e mantenham-se em um limite que não deve ser transgredido e ir além da satisfação das necessidades. Caso isso se verifique, resíduos e desperdícios se formarão, como resultado de um crescimento desordenado. Em outras palavras, a ideologia da escassez ganhará importância à medida em que os bens forem se mostrando insuficientes.

Em tal contexto, a teoria das necessidades humanas fundamentais, em que se interrelacionam necessidades, satisfatores e bens econômicos, possibilita uma visão e compreensão sociais, como explica Elizalde (2003, p.65):

Mientras un satisfactor es en sentido último el modo por el cual se expresa una necesidad, los bienes son en sentido estricto el medio por el cual el sujeto potencia los satisfactores para vivir sus necesidades. Cuando la forma de producción y consumo de bienes conduce a erigir los bienes en fines en sí mismos, entonces la presunta satisfacción de una necesidad empaña las potencialidades de vivirla en toda su amplitud. Queda, allí, abonado el terreno para la confirmación de una sociedad alienada que se embarca en una carrera productivista sin sentido. La vida se pone, entonces, al servicio de los artefactos en vez de los artefactos al servicio de la vida. La búsqueda de una mejor calidad de vida es suplantada por la obsesión de incrementar la productividad de los médios.

La construcción de una economía humanista exige, en este marco, un importante desafío teórico, a saber: entender y desentrañar la dialéctica entre necesidades, satisfactores y bienes económicos. Esto, a fin de pensar formas de organización económica en que los bienes potencien satisfactores para

vivir las necesidades de manera coherente, sana y plena.

Em que pese a universalidade das necessidades humanas, os satisfatores, por sua vez, são variáveis de acordo com a cultura, sociedade ou grupo social, justificando-se a imprescindibilidade do processo desenvolvimentista partir do indivíduo para a sociedade.

[...] ninguém se solidariza com o anonimato. [...] a humanização do desenvolvimento, ou a sua re-humanização, passa pela reconstituição dos espaços comunitários.

O próprio resgate dos valores e a reconstituição da dimensão ética do desenvolvimento exigem que para o ser humano o outro volte a ser um ser humano, um indivíduo, uma pessoa com os seus sorrisos e suas lágrimas. Este processo de reconhecimento do outro, não se dá no anonimato. E o anonimato se ultrapassa no circuito de conhecidos, na comunidade. (DOWBOR, 1998, p.25)

O “desenvolver” da visão humanista observa a pessoa humana que futuramente vai constituir a coletividade. Para tanto, é preciso atender às necessidades humanas fundamentais, como uma forma de conferir aos indivíduos autodeterminação, autoconfiança, bem-estar e liberdade no desempenho de suas atitudes e ações, as quais serão estendidas ao plano social e coletivo, posteriormente.

Sobre o tema, compartilha Coriolano (2000, s.p):

Quando todas as pessoas têm assegurada uma vida digna, um padrão de vida capaz de garantir a si e a sua família saúde, bem-estar, alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos, segurança, repouso e lazer o desenvolvimento está atingindo a escala humana. E se essa realidade é experimentada em um lugar, ele está se desenvolvendo.

Reflete-se que a dimensão humana é responsável por determinar o início, a continuidade e o fim do desenvolvimento. É a pessoa humana a força propulsora do DL; ela é quem detém o manejo e a capacidade de ativação de todos os demais elementos envolvidos no processo de transformação da realidade vivida, de sua comunidade. É o indivíduo, o responsável direto por construir a sua história, a de seu ambiente e de sua comunidade (PORTO, 2012). O ser humano é quem propõe e alcança a mobilização social, em que se tem o envolvimento coletivo e participativo dos indivíduos locais em busca do próprio bem-estar e de condições dignas e satisfatórias de vida para a comunidade a que pertence.

O desenvolvimento em escala humana, portanto, preconiza a satisfação das necessidades humanas com o fim de tornar o ser humano protagonista do seu próprio desenvolvimento, potencializando, para isso, suas capacidades e habilidades. Essa teoria garante à pessoa humana sua sobrevivência física e autonomia. Esta última se refere à

constituição de uma consciência e capacidade críticas, responsáveis por provocar as mudanças sociais, enquanto aquela se refere ao direito à vida e constitui-se como condição essencial da existência humana. Desse modo, cabe ao ser humano satisfazer essas necessidades simultaneamente para que possa desenvolver as transformações necessárias ao bem-estar individual e coletivo.

4.5 Os prejuízos ao desenvolvimento local provenientes da síndrome da alienação parental

O termo alienação apresenta várias concepções, dentre as quais se faz importante à presente pesquisa a que se refere à capacidade mental do indivíduo; quando há a perda da autonomia pessoal, completa ou parcialmente, em relação ao mundo à sua volta; é como se a consciência humana sobre a realidade ao redor fosse diminuída (FERREIRA, 2010). Nesta concepção de alienação tem-se o ser humano como objeto alvo da perturbação mental, de forma que esse mesmo indivíduo também é o principal objetivo da proposta de DL, de quem deve partir o DL e para o qual o DL deve ser direcionado. Observa-se que é também sobre esse indivíduo, ator do processo desenvolvimentista e na figura da criança e/ou adolescente, que podem recair os efeitos da SAP, dando causa a possíveis consequências sociais.

A criança e o adolescente são indivíduos que estão em processo de construção da personalidade, cujas pessoas que os cercam são tidas como base para tal finalidade, principalmente em sua família (BRAGA, 1978). “A família assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas” (ARIÈS, 1981, p.194), razão pela qual se aduz que ela concede aos indivíduos os aportes necessários para a vida em sociedade, incluindo-se os aportes negativos resultantes dos problemas familiares que podem ser absorvidos pela criança e o adolescente, em seu processo formativo.

Em tal contexto, Trindade (1996), ao trazer estudos bibliográficos sobre a delinquência infantil, aduz sobre os reflexos sociais advindos das relações familiares:

[...] em grupos de delinquentes, a perda de um ou ambos os pais, antes do primeiro ano de idade, é duas vezes maior do que num grupo equivalente, sem, todavia, ter-se especificado a diferença entre a perda da mãe e a perda do pai.

Diante dessa concepção, por qualquer dos lados que se examine a questão da delinquência, o centro de interesse não é o indivíduo isolado, mas sua inserção na família, a qual é sede de conflitos e ansiedades, mas também o lugar onde ocorre a homeostase reguladora do desenvolvimento sadio, num

verdadeiro sistema de jogos e interjogos intra e extra-individuais, onde qualquer evento atingindo um membro supõe a mobilização dos demais. (TRINDADE, 1996, p.149-150)

Nesse sentido, o fenômeno da SAP pode ser considerado prejudicial não somente aos laços familiares e à formação da personalidade e identidade individuais, como também a uma conduta nociva à comunidade a que pertence o indivíduo. Os efeitos de que sofrem os infantes alienados podem ser percebidos na sua forma de relacionamento com as demais pessoas e em sua participação no processo desenvolvimentista, a qual pode ser mínima ou ainda inexistente a depender do nível da síndrome apresentada pela vítima.

No que se refere à exemplificação dos efeitos decorrentes da SAP no indivíduo, Podevyn (2001, s.p) elencou:

[...] depressão crônica, incapacidade de adaptação em ambiente psico-social normal, transtornos de identidade e de imagem, desespero, sentimento incontrolável de culpa, sentimento de isolamento, comportamento hostil, falta de organização, dupla personalidade e às vezes suicídio.

Por seu turno, Lowenstein (2002) discorre acerca de 16 problemas específicos de que pode sofrer uma criança vítima de SAP, estando entre eles: desenvolvimento de medos e fobias – devido ao forte apego com o alienador, comportamentos obsessivos compulsivos, falta de controle de impulsos em suas condutas, raiva, perda da autoconfiança e autoestima e más relações com os semelhantes sociais, ocasionadas, muitas vezes, ou pela retração comportamental do indivíduo ou pela sua agressividade.

Das sequelas acima delineadas, nota-se que a maior parte delas guarda nexos, de alguma maneira, com o prisma social. A depressão e a inadaptação ao ambiente psicossocial, o transtorno identitário, o isolamento, a raiva, perda da autoestima e retração de comportamento ou agressividade por exemplo, são efeitos que dificultam e/ou impedem o relacionamento do indivíduo alienado com um ou o grupo social todo, conforme mencionou Lowenstein (2002).

É como se a comunicação social do indivíduo restasse prejudicada. De certa forma, o alienado ou não vê importância na interação social e quer apenas ficar sozinho ou chega a interagir com complicações aos vínculos interpessoais, razão pela qual a SAP se assemelha a uma forma de dano ou abuso psicológico e/ou emocional. Tanto a existência como o grau dessas consequências, podem variar de vítima para vítima, considerando as diferentes personalidades e idades, bem como os tipos de vínculos familiares.

O filho pode assumir uma postura de se submeter ao que o alienador determina, pois teme que se desobedecer ou desagradar, poderá sofrer castigos e ameaças. A criança criará uma situação de dependência e submissão às provas de lealdade, ficando com medo de ser abandonada do amor dos pais. Ocorre um constrangimento para que seja escolhido um dos genitores, trazendo dificuldades de convivência com a realidade, entrando num mundo de duplas mensagens e vínculos com verdades censuradas, favorecendo um prejuízo na formação de seu caráter. (ROSA, 2008, p.18)

Deve-se atentar para o fato de que a criança e o adolescente, diferentemente dos genitores, por exemplo, estão em situação de indefesa quanto a sua capacidade de autoajuda. É justamente durante essas fases que o processo de autodeterminação, autoconfiança e consciência crítica estão em formação e tudo aquilo que lhe falam aparenta ter veracidade. Partindo disso, tudo aquilo que lhes é afirmado pelo alienador parece verídico, sendo mera questão de tempo para que o infante se sinta rejeitado, abandonado pelo alienado e comece a desenvolver pensamentos disfuncionais. Isso ocorre devido ao fato de que cada membro familiar desempenha uma função na formação social do indivíduo e, em virtude da SAP, a criança é privada, direta ou indiretamente, do convívio com o alienado e, por conseguinte, da função por ele exercida em sua vida.

O filho passa a ser confrontado com situações para as quais não está preparado, como assistir ao desmoronamento emocional dos pais e testemunhar conflitos agudos travados entre pessoas que até então eram seus referenciais de segurança. Enfim, o filho se vê abruptamente lançado em um turbilhão de acontecimentos desgovernados [...], plantando-lhe na mente e no coração incertezas profundas quanto ao seu lugar no mundo. [...] O filho alienado apresenta uma sistemática confusão de sua percepção de si e do outro, porque está sempre desconfiando de seus sentimentos. Isso em razão do ambiente de manipulação, de alteração da verdade em que vive. A perda do sentimento de realidade afeta profundamente a identidade do filho alienado, transformando-o em um ser frágil, indeciso, que faz um juízo negativo de si mesmo, inseguro e fraco. [...]

De acordo com Delfieu, assim é que “o fenômeno do falso-self se desenvolve”, lançando o indivíduo em um universo de questionamentos acerca de quem ele realmente é, sobre o que sente de verdade, sobre o que pensa, e assim por diante.

Tais desordens vão repercutir na vida dos filhos alienados para sempre. Eles têm a ideia de que as relações afetivas podem ser utilizadas como instrumento de abuso e de manipulação, o que faz com que, mais tarde, tenham dificuldade na construção de tais relações de afeto. Isso porque carregarão eternamente o medo de outra vez se tornarem vítimas de agressões à construção de sua identidade. (SOUZA, 2009, p.27-28)

Pode-se afirmar, então, que a SAP dá azo ao desempoderamento do indivíduo, tendo em vista a perda da própria identidade, da autoconfiança, autoestima, a desordem psicossocial que provoca na criança e/ou adolescente. A SAP faz com que o infante não consiga controlar a própria vida naquilo que lhe é possível resolver, sendo dependente dos mandos e desmandos

do alienador. O alienador tem em suas mãos o poder e controle sobre a vida da criança alienada, de maneira que é ele quem gerencia e comanda as decisões, atitudes e comportamentos do infante alienado.

Diante da insegurança pessoal da criança/adolescente vítima da SAP, sua independência pessoal resta prejudicada para dar lugar à dependência do alienador. A vítima da SAP pode crescer sem ver em si mesma a possibilidade e capacidade de mudar a realidade alienadora em que está inserida; se ela não consegue transformar nem mesmo as microrrelações - com o alienador e o alienado, dificilmente conseguirá gerenciar as macrorrelações - com os demais atores sociais.

Lembre-se que o indivíduo desempoderado, aquele que não se autorreconhece, não se autovaloriza, não se autoconfia como detentor de direitos e obrigações, sente-se à margem da sociedade, assim como ocorre com o infante que desenvolve o sentimento de isolamento e/ou agressividade pela alienação internalizada, evitando o contato social. Em quaisquer desses efeitos gerados pela SAP, o indivíduo, ao não se sentir integrante da comunidade, não desempenha as suas funções sociais de que tanto precisa a coletividade para atingir o DL. A participação coletiva de que depende o DL apenas se faz com a união de cada um dos membros sociais e suas respectivas atribuições comunitárias, razão pela qual a pessoa desempoderada, marginalizada, isolada, vítima da SAP, é de suma importância para a comunidade.

A construção social sadia da pessoa humana é condição fundamental para o engajamento comunitário em busca do DL, sendo que a SAP atua no sentido inverso, quer dizer, atua na deterioração da formação da identidade do indivíduo. Ademais, a construção da identidade individual é fenômeno social, que se verifica no âmbito da representação, uma vez que ela se constrói em relação a outro sujeito. Dessa maneira, a SAP provoca prejuízo direto à vítima alienada e, indiretamente, ao indivíduo social com o qual o alienado se relacionará, quando da construção de sua identidade. Se antes somente o indivíduo alienado não executava o seu papel social, é possível que os pares que se relacionem com ele demonstrem certo tipo de contrariedade, objeção em desempenhar as suas funções também.

A Síndrome da Alienação Parental é, portanto, fenômeno que obstaculiza a formação das comunidades, pois ela interfere no processo de formação social do indivíduo, capaz de gerar danos psicológicos irreversíveis à criança e/ou adolescente, a exemplo do desempoderamento do sujeito. A partir do instante em que o sujeito perde o poder sobre si mesmo e deixa de se reconhecer como ator social, a comunidade apresentará fragmentos, uma

vez que seu agente formador não desenvolverá, completamente e de forma sadia, as habilidades e potencialidades necessárias à constituição e participação social. Ter-se-á, por conseguinte, o enfraquecimento das relações comunitárias e do capital social, peças-chaves do DL e sem os quais o processo desenvolvimentista não tem sentido.

5 OS FILHOS E AS DISPUTAS FAMILIARES SOB A ÓTICA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

O presente capítulo aborda a importância da proteção dos filhos para o DL, tendo-os como os futuros cidadãos e prováveis fomentadores do processo desenvolvimentista da comunidade. Proteger os filhos significa garantir-lhes uma formação física, mental, social e emocional sadias, necessárias ao fortalecimento dos vínculos interpessoais e comunitários em busca das melhorias de condições de vida da coletividade.

Nesse momento, faz-se necessária uma breve contextualização acerca da Análise Crítica do Discurso, como instrumento de análise dos resultados obtidos na pesquisa de campo, oriundos de oito entrevistas não estruturadas realizadas nos meses de julho, agosto e dezembro de 2015, no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

A Lei 12.318/2010 (Lei da Alienação Parental) apresenta em seus artigos o trabalho da equipe multidisciplinar em possíveis casos de Alienação Parental, desde a atuação do juiz (Art. 4º, 5º, 6º), passando pelo promotor (Art. 4º), na figura do Ministério Público, até o acompanhamento de psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais (Art. 5º). A diversidade de profissionais em um mesmo problema acabou por despertar atenção, motivo pelo qual apontar o pensamento acerca de um tema sob diferentes prismas, consistiria em dados relevantes e singulares para a análise do objeto investigado.

Dessa forma, planejou-se, inicialmente, a entrevista a doze profissionais multidisciplinares, com o intuito de coletar o discurso de duas pessoas em cada função. Entretanto, alguns negaram-se a conceder a entrevista, caso de uma juíza e um promotor, enquanto outros eram desconhecidos (psiquiatras), tanto pela pesquisadora, quanto pelos entrevistados, como indicação, de maneira que todos aqueles que, contatados, foram favoráveis à realização de entrevistas, compõem a totalidade dos discursos descritos no presente estudo: oito pessoas. Dentre os entrevistados constam um juiz, ora denominado E1, um promotor de justiça (E2), duas advogadas: E3 e E4, três psicólogas: E5, E6 e E7 e uma assistente social (E8), todos envolvidos com o tratamento e solução de casos de Alienação Parental.

Para o presente estudo, a técnica de entrevista não estruturada ou aberta foi a escolhida, de forma a reunir o maior número de informações possíveis acerca do assunto investigado, por meio da visão do entrevistado, com a possibilidade de detalhamento sobre o assunto em questão. Como exemplo de casos em que esse tipo de entrevista é utilizado, tem-

se descrições de situações individuais e entendimento de especificidades culturais para grupos (MINAYO, 2010).

A estruturação da entrevista aberta consiste na introdução do tema pelo entrevistador, com liberdade de fala para o entrevistado, cujo objetivo é explorar ao máximo o assunto observado, por meio de perguntas respondidas em uma conversação informal. Nessa técnica, o entrevistador deve ter interferência mínima e assumir postura de ouvinte, de forma a interromper a fala do entrevistado somente se for extremamente necessário a exemplo de evitar o fim adiantado da entrevista (MINAYO, 2010).

Logo, a opção pela escolha de entrevista aberta aos entrevistados deu-se por motivos exploratórios, tendo em vista não apenas o detalhamento acerca do objeto investigado, como também a compreensão de questões relacionadas a ele, como os efeitos decorrentes da síndrome, segundo as experiências dos entrevistados.

5.1 Análise crítica do discurso: do breve lineamento histórico aos aspectos conceituais

Até 1960, a linguagem não parecia ser vista pela sociedade como um de seus processos sociais. Todavia, segundo os ensinamentos de Gouveia (2001), estudiosos como Fowler (1979), Kress & Hodge (1979), Foucault (1980), Halliday (1970), Benveniste (1977) verificaram a possibilidade de criação e existência de métodos de análise da linguagem, os quais associariam a linguística, a política e a sociologia, como objetos dinâmicos das relações sociais. As contribuições iniciais linguísticas apresentavam ênfase tanto no aspecto de análise, como no aspecto de perspectiva social da linguagem, a depender da vertente observada, por exemplo. Em uma visão geral, linguagem e sociedade estariam correlacionadas, de tal modo que as práticas sociais poderiam influenciar as práticas linguísticas e não linguísticas das pessoas, incluindo nessa correlação as atividades cognitivas.

Pouco a pouco, os apontamentos primitivos acerca da linguagem crítica ganharam notoriedade, atenção e novas contribuições que abrangem o poder como elemento de produção de significados, imposto por instituições sociais, as quais organizam textos e possibilitam atos linguísticos diversos, constituindo diferentes discursos. De um modo mais simples, um sistema de poder seria capaz de traçar o discurso, o que pode ser dito ou não, conforme a dominação que detém a instituição social (GOUVEIA, 2001).

O discurso torna-se cada vez mais importante, tendo em vista as suas contribuições de reprodução das estruturas sociais. A linguagem crítica, que até então apenas atentava-se para a descrição linguística, restringindo-se à linguagem verbal, passa a dar atenção a objetivos críticos de análise discursiva nas relações sociais. Os discursos adquirem aspecto institucional e a linguagem verbalizada dá espaço a uma nova teoria geral de signos socialmente constituídos (GOUVEIA, 2001).

A partir de 1990, tem-se mudanças significativas da análise do discurso primitiva para a Análise Crítica do Discurso, ora denominada ACD. Uma delas é a publicação de uma revista por van Dijk, denominada *Discourse and Society* acerca da nova corrente estabelecida, cujo conselho consultivo era composto por investigadores renomados da linguística, psicologia social, teoria política e sociologia. A publicação mencionada tinha um caráter crítico e multidisciplinar, capaz de aliar a análise do discurso às Ciências Sociais. Publicações anteriores relevantes de Fairclough e Wodak, em 1989, com *Language and power* e *Language, power and ideology* respectivamente, também compõem o quadro de transição de uma teoria para a outra (PEDROSA, 2005).

Importante ainda citar, o ano de 1991, em que houve um simpósio realizado em Amsterdã, durante dois dias, reunindo linguista como van Dijk, Fairclough, Kress e Wodak, com perspectivas diversas de estudos (PEDROSA, 2005). O evento possibilitou uma maior visibilidade à ACD, tendo em vista o aspecto internacional e heterogêneo do simpósio, em auxílio à consolidação da nova teoria em enfoque.

A Análise Crítica do Discurso tem vertentes teóricas variadas a depender do analista do discurso observado, aparecendo ora como teoria, ora como método ou simplesmente como perspectiva de análise da linguagem, de caráter interdisciplinar, que tenta evidenciar o aspecto humanista das Ciências Sociais. Em aspecto geral, esse tipo de análise objetiva o estudo da linguagem como prática social, em que o contexto tem papel fundamental. Seu interesse recai sobre a relação existente entre linguagem e poder, principalmente. Trata-se de uma disciplina que utiliza a linguagem para analisar relações de dominação, discriminação, poder e/ou controle. A linguagem consiste em instrumento de dominação e controle social, por meio do qual as relações de poder institucionalmente determinadas legitimam-se.

Dessa maneira, a ACD depende tanto da descrição como da teorização dos processos e estruturas sociais, tendo em vista os textos de sentidos e significações diversas, produzidos por indivíduos ou grupos em suas interações. A linguagem é considerada prática social a fim de evidenciar os discursos e possibilitar o contraponto entre os fundamentos ideológicos e

políticos, dos quais originaram-se, face às concepções distintas na investigação da linguagem. De forma simplificada, a ACD analisa os discursos para compreender as formas de poder estabelecidas socialmente.

Em tal perspectiva, Fairclough (2008, p.91) explica que a criação de identidades torna-se possível quando o discurso é visto como prática social, uma vez que ele consiste na “forma por meio da qual, as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”. Os fenômenos e os fatos sociais são produzidos, representados e reproduzidos pela linguagem, de forma que são as ações discursivas que permitem a perpetuação e/ou transformação de valores ideológicos dos sujeitos em seus discursos, os quais representam variadas funções sociais e institucionais.

Nas concepções do autor supracitado, importa à ACD “as articulações em mudança entre gêneros, discursos e estilos, a mudança da estruturação social entre esses elementos na estabilidade e permanência nas ordens de discurso e uma continuidade no trabalho das relações entre eles em textos e interações” (FAIRCLOUGH, 2012, p.311).

Outra vertente teórica importante acerca da ACD é de Teun van Dijk (1999, 2008, 2013), consistindo na teoria focalizada na presente pesquisa na análise das entrevistas coletadas. Para o referido autor, esse tipo de análise do discurso requer o estabelecimento de uma base ideológica, sem a qual o exercício e manutenção do poder social restam prejudicados. O controle de representações mentais se dá por outras representações mentais de cognições fundamentais socialmente compartilhadas, a exemplo da conduta de grupos sociais e padrões mentais.

Ainda nas concepções do autor acima citado, tanto a ciência como o discurso acadêmico compõem, produzem e são influenciados pela estrutura social quando em interação. O texto e a fala constituem as formas de manifestação das ideologias, por meio do discurso, como a linguagem, a sintaxe, o léxico, entre outros. Nessa linha, o autor ensina que o discurso não somente produz como também reproduz o abuso de poder e a dominação, razão pela qual a ACD além de compreender essas relações de controle, busca evidenciá-las e se possível, combatê-las (VAN DIJK, 1999, 2008, 2013).

El análisis crítico del discurso es un tipo de investigación analítica sobre el discurso que estudia primariamente el modo en que el abuso del poder social, el dominio y la desigualdad son practicados, reproducidos, y ocasionalmente combatidos, por los textos y el habla en el contexto social y político. El análisis crítico del discurso, con tan peculiar investigación, toma explícitamente partido, y espera contribuir de manera efectiva a la resistencia contra la desigualdad social (VAN DIJK, 1999, p.23)

Em suas lições, van Dijk (1999) afirma que é necessária uma dimensão social para a análise do discurso, cujas pesquisas devem ser favoráveis à participação nas demandas sociais como uma reação aos paradigmas formais e dominantes, em prol dos oprimidos e dominados. Para tanto, as teorizações multidisciplinares devem dar conta da complexidade existente nas relações entre estruturas discursivas e problemas sociais. É preciso que a ACD tenha “solidariedade com os oprimidos’ com uma atitude de oposição e dissensão contra aqueles que, por meio do texto e da conversação, buscam estabelecer, confirmar ou legitimizar o seu abuso de poder” (VAN DIJK, 2013, p.353).

Importante observar que, sob a ótica vanDijkiana (1999, 2008), o poder não existe por si só, dependendo de legitimação para a sua existência, a qual revela o modo de manifestação das relações de poder na interação. Trata-se da relação entre discurso e poder social, em que se deve verificar "como esse poder é exercido, manifestado, descrito, disfarçado ou legitimado por textos e declarações orais dentro do contexto social" (VAN DIJK, 2008, p.39). De um modo geral, para se ter o controle da sociedade, deve-se controlar o discurso.

No entendimento de van Dijk (1999, 2008) o discurso é capaz de expressar o poder dominante. Poder, para o autor, é definido como "poder *social* em termos de *controle*, isto é, de controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros" (VAN DIJK, 2008, p.17). Lembra, ainda, que esse controle se define como o controle sobre as ações de outros e, caso seja exercido no interesse dos detentores do poder, em desvantagem aos interesses dos controlados, ter-se-á o abuso de poder.

Conforme as observações do autor mencionado, o controle está difuso na sociedade e são poucas as pessoas que têm liberdade de fala e/ou escrita; como, o que, onde, quando e para quem o fazem. Nessa perspectiva, van Dijk (1999, 2008) vê o controle não apenas nos discursos como prática social, mas também na mente das pessoas controladas, em seus conhecimentos, ideologias, atitudes e opiniões, sem deixar de mencionar as representações pessoais ou sociais.

Por esse prisma, van Dijk (1999, 2008) afirma que as ações das pessoas podem ser controladas, dentre elas a ação discursiva, em que o discurso do poder não só influencia o “controlado”, como outros discursos compatíveis aos interesses dos detentores do poder, de forma indireta. Simplificadamente, o discurso controla mentes que, por sua vez, controlam as ações, motivo pelo qual aqueles que têm o poder necessitam controlar o discurso primeiramente. Exemplo desse fato, é o controle do alienador sobre o alienado, cujo poder se

exerce pelo discurso reiterado de afirmações negativas e denegatórias acerca da imagem do alienado-alvo, tendo em vista o rompimento afetivo entre os alienados. Referido poder pode chegar a tal ponto que o próprio alienado se apropria do discurso do alienador, tamanho o controle exercido deste sobre aquele, consoante corroboram as teorias já apresentadas, em convergência às entrevistas realizadas.

5.2 Metodologia de análise e categorias analíticas empregadas

As categorias analíticas na ACD, de acordo com as teorias de van Dijk (2008, 2013), enfatizam algumas estruturas discursivas que são relevantes nas pesquisas e que serão utilizadas nesta dissertação, por meio das entrevistas logo mais apresentadas.

As estruturas discursivas variam em função do poder social dos falantes e trazem uma representação social das formas de exercício do poder dos falantes por meio de seus discursos, os quais podem conter tópicos de discurso.

Por sua vez, os tópicos do discurso, conhecidos também por macroestruturas semânticas, trazem uma representação fundamental na ACD seja por razões discursivas, cognitivas ou sociais. Essas macroestruturas são derivadas dos significados locais (microestruturas) por representarem o que o discurso ‘quer dizer’ em termos globais. Segundo van Dijk (2013) elas incorporam as informações mais importantes de um discurso e explicitam toda coerência textual e conversacional.

Os tópicos ou macroestruturas semânticas representam os significados instituídos pelos usuários da língua na produção e compreensão do discurso; representam o principal a ser lembrado. Isso ocorre devido à incapacidade de memorização e gerenciamento de todos os detalhes existentes nos significados locais de um discurso por parte dos usuários da fala, razão pela qual organizar os significados locais em significados globais, em macroestruturas semânticas facilita a compreensão do discurso.

Dessa forma, os tópicos ou macroestruturas possuem relevância social, uma vez que tanto na interação discursiva, como na estrutura social “definem a orientação dos falantes, das organizações e dos grupos e traz discussões e ações futuras muito significativas” (VAN DIJK, 2013, p.359).

Referidas macroestruturas, muitas vezes, podem ser inferidas ou determinadas pelos usuários da fala, no entanto, fazem-se presentes em sumários, manchetes, títulos, orações ou conclusões. Para van Dijk (2013) é uma forma estratégica, de acordo com a intenção do falante, em influenciar ou manipular o discurso, tal como o discurso reiterado do alienador pode vir a modificar o discurso da criança e/ou adolescente alienado, orientando-os a uma fala excludente em relação ao ente-alvo.

De acordo com as entrevistas realizadas, verificou-se que os entrevistados repetiam e reiteravam em seus discursos certas e determinadas expressões e condutas apresentadas pelo alienante, de modo que, de acordo com as ideias acima delineadas acerca das macroestruturas, entendeu-se que essas repetições apontavam o ponto central alienador registrado nas lembranças/memórias dos profissionais entrevistados. Dessa maneira, as entrevistas coletadas, ora denominadas E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7 e E8 revelam as seguintes macroproposições, ora denominadas MP:

Quadro 3 – As macroestruturas textuais da Alienação Parental

MACROPROPOSIÇÕES	DISCURSOS EMITIDOS
MP1	A criança acaba se sentindo como se ela fosse a divorciada, a separada do ex-cônjuge do alienador. (E1)
MP2	É um enfrentamento da própria liberdade, da liberdade de expressão, da liberdade de sentimento da criança. (E2)
MP3	A criança é atingida no núcleo familiar (pai, mãe e filhos) e no núcleo parental (com seus parentes). (E3)
MP4	A criança vive uma crise de lealdade, porque ela não sabe a quem ser leal e isso faz com que ela se sinta culpada quanto a ambos. (E4)
MP5	A criança é usada, infelizmente, como objeto de troca e vira um adulto se achando um objeto. (E5)
MP6	Quando a criança percebe a AP, ela está tão distante do genitor, que se torna uma pessoa estranha a ela e isso é muito confuso para a criança. (E6)
MP7	O alienador faz uso de formas sutis de crescimento de um ódio que faz com que a criança se despersonalize. (E7)
MP8	A pessoa não aceita que ela está realmente praticando alienação parental; ela não acredita nisso e acha que está correta. (E8)

É possível refletir que as macroestruturas semânticas apresentadas focalizam o sofrimento da criança e também do adolescente alienado. Os tópicos mencionados comprovam a ação da AP, principalmente, sob a esfera psicológica, emocional e afetiva dos infantes alienados, usados como instrumentos pelo alienador em seu “conflito interno e

individual” com o alienado-alvo. O alienador, muito mais do que romper os vínculos entre as vítimas alienadas, acaba promovendo a dicotomização pessoal do infante, causando-lhe uma sensação de duplicidade de vida e de sentimentos.

É importante sumarizar essas macroestruturas em uma nova redução com o objetivo de se atingir uma macroestrutura de nível mais alto, ou seja, a ideia principal, o tema fundamental. A partir dessa ideia, infere-se que as macroestruturas mencionadas expressam os seguintes princípios gerais sobre a Alienação Parental: sentimento de culpa, de abandono, de despersonalização, desqualificação das figuras paterna e materna, insegurança frente às situações de vida e agravamentos psicológicos.

Dentre as macroestruturas semânticas, enfatiza-se, portanto, como tópico geral os graves prejuízos de ordem psicossocial acarretados pela Alienação Parental à criança/adolescente, os quais também acometem a ordem física dos alienados, tais como o “estresse ocasionando muitas doenças como a gagueira, enurese, encoprese” (E7).

Cumprir observar que os tópicos ou macroestruturas derivam-se das microestruturas, ou seja, dos significados locais. Essas microestruturas são responsáveis pela construção da base de um texto, o que significa que constituem as ideias menos relevantes para o texto, porém necessárias à composição textual, da qual se formarão as macroestruturas.

As microestruturas de um discurso compreendem um conjunto de operações e representações complexas, as quais envolvem uma dimensão pragmática, semântica e de formulação, indissociáveis. A dimensão pragmática se refere aos atos da fala, a interação, a seleção léxica e os recursos retóricos e estilísticos. A dimensão semântica corresponde à seleção de um pequeno fragmento textual, que auxilia a construção do significado do discurso. Por sua vez, a formulação representa as estruturas esquemáticas, como as histórias, entrevistas e crônicas, por exemplo.

A associação de todas essas dimensões compõe a base semântica textual, da qual se originam as macroestruturas, motivo que justifica a relação existente entre micro e macroestruturas – a macroestrutura é resultado da microestrutura. Nas palavras de van Dijk (2008, p.116), “o uso da linguagem, o discurso, a interação verbal e a comunicação pertencem ao micronível da ordem social. O poder, a dominação e a desigualdade entre grupos sociais são tipicamente termos que pertencem a um macronível de análise”, de forma que existem diferentes formas de análise e relação entre ambos, dentre as quais consta:

Cognição pessoal e social: os usuários da língua, enquanto atores sociais, possuem cognição tanto pessoal quanto social: memórias, conhecimentos e opiniões pessoais, bem como aqueles compartilhados com os membros do grupo ou da cultura como um todo. Ambos os tipos de cognição influenciam a interação e o discurso dos membros individuais, enquanto que as “representações sociais” compartilhadas governam as ações coletivas de um grupo. (VAN DIJK, 2008, p.117)

Desse modo, um aspecto significativo para as pesquisas em ACD se volta aos estudos dos significados implícitos, aqueles do qual podem ser inferidos significados que não estão explícitos no texto, como pressuposições, alusões e ambiguidade, constantes nas microestruturas.

Os significados implícitos normalmente estão relacionados às crenças, hábitos, formas de ver o mundo, ideologias sentidas e vividas, por isso nem sempre estão claros, diretos. Por tal motivo, dependem da forma de cada pessoa implicar o vivido, o sentido, o exposto, ou mesmo contextualizá-lo.

Nas entrevistas realizadas, os profissionais multidisciplinares demonstraram em macroestruturas a relação de poder existente na AP, em que o alienador utiliza o discurso como ferramenta de manipulação e vingança em face do alienado-alvo. Nesse embate, a criança/adolescente acaba por ser feita (o) de objeto pelo alienante, manipulada (o) aos seus interesses, a ponto de redefinir as suas próprias ações e sentimentos em relação ao alvo, comprovando a situação de dominação.

De um modo mais simples, o vivido, o sentido, o exposto pelos entrevistados denuncia o jogo de poder da AP, tendo como atores sociais o alienante, detentor do poder e emissor do discurso, o alienado dominado, submisso ao discurso e o alienado-alvo, receptor indireto do discurso, sobre o qual recai os efeitos do poder do alienante, qual seja, o rompimento do vínculo afetivo com o outro alienado.

No que tange às teorias em apreço, as entrevistas coletadas evidenciaram a existência de microestruturas, provenientes do contato entre entrevistados, alienantes e alienados, em que se denota que dos atos da fala e interação (dimensão pragmática), pequenos fragmentos textuais (dimensão semântica), advindos das histórias nas entrevistas (formulação) sobressaíam nos discursos emitidos, sem, contudo, representar a ideia essencial discursiva ao mesmo tempo em que completavam os tópicos apresentados.

Por tal motivo, é importante demonstrar não apenas as macroestruturas anteriormente apresentadas, mas também as microestruturas existentes nos discursos, como análise e relação de ambas na representação discursiva de poder exercida pelo alienador. Interessante, ainda, é

apontar que, em que pese a dominação alienante, há o discurso de instituições e grupos, por exemplo, em combate ao poder do agente alienador.

Quadro 4 – As representações discursivas sobre a Alienação Parental

“REPRESENTAÇÃO-NEGATIVA” (COMO OCORRE)	“REPRESENTAÇÃO-POSITIVA” (COMO COMBATER)
Compartilhamento da dor da separação do alienador com a criança (E1)	Fomentar a conciliação e mediação familiar; Realização de palestras; Ajuda de psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais quando necessário. (E1)
Utilização da criança/adolescente como objeto de disputa (E2)	Fortalecimento das bases familiares e educacionais (E2)
Abuso do direito de guarda com danos emocionais (E3)	Diálogo e esclarecimento pela família; fortalecimento dos vínculos afetivos; Retomada das verdadeiras memórias, com fotos, por exemplo (E3)
Criança alienada não só do alienado-alvo, mas de todos aqueles que tenham relação com o ente-alvo (E4)	Realização de palestras acerca da AP como meio de informação e prevenção do problema (E4)
A criança se vê obrigada a ficar apenas de um lado e isso gera insegurança em seus relacionamentos afetivos futuros (E5)	Realização de palestra sobre a AP; Orientações e atendimentos às famílias que sofrem do problema (E5)
Desestruturação pessoal, afetiva e emocional da criança (E6)	Realização de palestras; Auxílio da mídia na divulgação do problema (E6)
Criança que não recebe afeto, não dará afeto (E7)	Realização de cursos e palestras; Publicidade da AP (E7)
A criança parece uma bola de pingue-pongue no jogo entre alienante e alienado-alvo (E8)	Melhor capacitação dos profissionais do serviço social que lidam com AP; Maior presença do Poder Público no auxílio das famílias alienadas; Maior inserção de assistentes sociais na educação, com atuação nas escolas (E8)

É possível refletir sobre as microproposições apresentadas que as representações negativas demonstram as estratégias danosas utilizadas pelo alienante em seu propósito de separar os alienados, as quais extrapolam a esfera individual infanto-juvenil. Os efeitos do discurso alienador, muito mais do que simplesmente afastar os alienados, pode afastar parentes e amigos da vida da criança e do adolescente. Observa-se ainda que o isolamento não é apenas de cunho social, mas pode chegar ao íntimo do ser humano alienado, colocando-o em situação de depressão, tristeza profunda que pode perdurar por longo tempo se não tratado com rapidez e adequadamente.

Já as microproposições positivas revelam que, apesar da gravidade dos danos ocasionados pela AP, tanto à criança/adolescente como para o ente-alvo, soluções existem para coibir o problema, independente do estágio em que se encontre. As ações existentes objetivam desde a prevenção da alienação, por meio das informações emitidas pelas palestras

e cursos, até a sua resolução quando já instalada, por meio da mediação e conciliação familiar, bem como os acompanhamentos psicológicos e psiquiátricos e a inversão de guarda, se necessário. Quanto mais rápido o problema for detectado, menores são os prejuízos às pessoas envolvidas, de forma que se pode evitar que a SAP se hospede na criança/adolescente.

Relevante para os estudos discursivos é o exercício do poder apoiado na estrutura ideológica (VAN DIJK, 1999, 2008). Sobre esta temática, o autor afirma que é imperativo focalizar estas dimensões formadas por: cognições fundamentais, socialmente compartilhadas e relacionadas aos interesses de um grupo e seus membros, que é adquirida, confirmada ou alterada, principalmente por meio da comunicação e do discurso.

O poder como categoria discursiva busca, segundo Dorsa (2006), o controle da mente ou opinião pública, a partir da interação de forma retórica das cognições sociais com a ideologia ou ponto de vista das elites do poder. No contexto dessa dissertação, tanto os alienadores como os agentes mediam e combatem, respectivamente, essas alienações.

A ACD busca, então, denunciar esse jogo de poder evidenciado nos discursos orais e escritos e relacionado enquanto discurso, à vertente sócio-cognitiva, quer dizer, da sociedade e do conhecimento em constante interação entre o discurso individual (no caso dos alienadores) e o social (dos órgãos que procuram solucionar/minimizar este fato).

O Poder, na perspectiva vandijkiana, é uma noção encapsulada pelo conceito de controle sobre as instâncias, sobre os atos e sobre as mentes das pessoas, ou seja, existe intimidade entre ambos os conceitos. Falar de poder implica falar de controle e, de fato, tem-se mais a falar do segundo que do primeiro, já que é justamente o Controle a manifestação do Poder, seu braço, sua aptidão de modificar a realidade. (MAIA LIMA, 2015, p.38)

O poder do alienador pode ser observado ainda, segundo os entrevistados, tanto em macroproposições citadas no quadro 3, como também nas microproposições, mencionadas no quadro 4 e que podem ser sintetizadas por parte dos alienadores em expressões tais como: utilização da criança/adolescente como instrumento de disputa, impedimento de contato dos alienados, falas denegritórias e chantagens emocionais.

5.3 O resguardo dos filhos: os futuros cidadãos, protagonistas do desenvolvimento local

Nada de inovador tem a afirmação “a criança de hoje será o adulto de amanhã”. Todavia, nas entrelinhas da referida frase muito há de se dizer, pois serão exatamente esses

filhos que poderão transformar a sociedade em que vivem e torná-la um lugar de bem-estar social e coletivo. De um modo mais simples, a criança e o adolescente são aqueles que constituirão uma comunidade em busca de melhorias quanto à qualidade de vida de todos.

Em tal perspectiva, percebeu-se uma necessidade de existência de leis específicas que garantissem a proteção integral dos menores, tendo em vista a condição de vulnerabilidade a que estão sujeitos. Isto significa que, quando comparados aos adultos, são seres humanos que carecem de maiores cuidados, em especial no ambiente familiar em que tem início a caminhada para a vida social. Por essa razão, a segurança legal à criança e adolescente encontrou respaldo nos ideais da Carta das Nações Unidas, em 1945, os quais vislumbravam garantir paz, compreensão, atenção e liberdade entre todas as pessoas, de modo a ser uma precursora da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1948, tendo em vista o reconhecimento dos direitos fundamentais dos seres humanos, dentre eles a dignidade da pessoa humana, o direito à segurança, à vida, ao trabalho, à igualdade perante a lei e à propriedade, incluindo-se a criança como detentora de cada um deles. Ademais, há ainda uma referência específica, em seu art. 25º, parágrafo 2º, o qual consiste em: “a maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.”

Por essa razão, em 1959 e 1989, a ONU adotou a Declaração Universal dos Direitos das Crianças e a Convenção sobre os Direitos da Criança, respectivamente, na tentativa de assegurar maior proteção e resguardar o direito dos menores a um desenvolvimento pleno, digno e harmonioso (PIOVESAN, 2015). Nesse viés, direitos ao nome e uma nacionalidade, à saúde, à alimentação, à habitação, à educação, proteção contra a exploração econômica e preconceitos quanto à raça, cor, sexo ou religião, por exemplo, são algumas prerrogativas trazidas pelos referidos diplomas internacionais em prol dos direitos humanos das crianças e adolescentes.

No que se refere ao prisma nacional, os direitos internacionais infanto-juvenis foram assegurados pela Constituição Federal de 1988 em caráter de prioridade e proteção integral, ao trazer em seu Art. 227, *caput*, a seguinte disposição:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária,

além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Verifica-se que a Constituição Federal de 1988 é anterior à Convenção sobre os Direitos da Criança, o que demonstra que o Brasil acompanhava as discussões da ONU sobre o tema, mostrando-se favorável à proteção dos infantes. Além disso, lembra-se que esta Constituição constitui o topo das legislações existentes no país, é considerada a lei suprema, fundamental, a que todas as demais leis devem se submeter, sem sequer contrariá-la. De um outro modo, a Carta Magna, como também é conhecida, representa o conjunto de normas brasileiras mais importante, capaz de determinar os direitos e deveres dos cidadãos e do Estado, bem como impor atribuições e limites que todos devem seguir.

Cumpra observar que as disposições nacionais não ficaram restritas à Constituição de 1988. Em 13 de julho de 1990 adotou-se a Lei nº 8.069, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a fim de disciplinar a proteção integral da criança e do adolescente. Referida lei apresenta normas amplas, completas no que se refere aos direitos e deveres infanto-juvenis, dividindo-se em duas partes: a primeira diz respeito aos princípios gerais do Estatuto, os direitos fundamentais das crianças e adolescentes; a segunda parte trata sobre os procedimentos e órgãos protetivos, as medidas a serem tomadas, o conselho tutelar e a política de atendimento, por exemplo.

De um modo geral, o que se pretende aduzir é que todas essas previsões legais fizeram com que as crianças e adolescentes passassem da condição de “menores” antigamente sem muita importância, para ganhar *status* de sujeitos de direitos e obrigações, com prioridade absoluta ao atendimento de suas necessidades, com vistas a minimizar quaisquer prejuízos possíveis ao desenvolvimento físico, mental, emocional e social. Esses seres humanos tiveram sua dignidade, liberdade e fragilidade não apenas reconhecidas, como também tuteladas. Para tanto, é preciso que tanto os familiares, bem como a sociedade e o Estado garantam a proteção integral da criança e do adolescente, a fim de resguardar um desenvolvimento psicossocial sadio, maximizando as chances de se formarem bons cidadãos, protagonistas do DL.

As experiências iniciais por que passam as crianças, isto é, os laços estabelecidos com seus cuidadores poderão afetar o seu desenvolvimento físico, psicológico, mental e social, seja positiva ou negativamente. Reforça essa fundamentação, a entrevista de E3, quando afirma que “quando você entra para excluir alguém, denegrir a imagem de alguém, seja do pai ou seja da mãe, está-se causando um prejuízo emocional muito grande para aquela criança ou adolescente.”

Quanto mais equilibrados, estruturados e saudáveis emocionalmente e psicologicamente forem os seus guardiões, melhor serão os substratos partilhados com a criança. Em caso de situações conflituosas familiares, como a disputa de guarda, em que se tem insegurança, mudanças de comportamento e desequilíbrio entre seus membros, é possível que a criança também absorva tais instabilidades e tensões, cujo resultado pode incidir no aparecimento de sintomas indesejados para os filhos, principalmente no que se refere à formação de sua personalidade e caráter. Em análise convergente, a entrevista de E4 aduz que:

Quando você sofreu alienação, na infância ou na adolescência, a sua capacidade de fazer sua própria escolha foi tolhida. A construção da ferramenta para fazer sua escolha, a escolha da criança ou adolescente, ela é dilacerada, ela é despedaçada pelo alienante, impedindo a criança ou adolescente de construir a sua identidade, a sua autonomia.

A importância da proteção infantil tem início no período gestacional. Segundo as lições de Mussen *et al* (1995) o stress emocional da gestante pode inferir no desenvolvimento do feto, cujas reações do filho serão proporcionais ao tempo de duração desse estado emotivo. “Os bebês nascidos de mães deprimidas, infelizes, têm mais probabilidade de nascer prematuros ou de ter pesos mais baixos ao nascer; de ser hiperativos, irritáveis, [...]”(MUSSEN *et al*, 1995, p.70), entre outros problemas e/ou dificuldades como alimentação irregular e evacuação excessiva. Da mesma forma, “os bebês que experimentam interações irregulares, imprevisíveis ou insatisfatórias com os adultos podem mostrar sinais de ansiedade e, talvez, sintomas tais como medo e comportamentos antissociais quando atingem a adolescência ou se tornam adultos” (MUSSEN *et al*, 1995, p.150). No mesmo sentido, E5 assevera que a criança/adolescente alienado:

não cresce um adulto sadio, isso é comprovado psicologicamente. É um adulto que cresce sem uma parte dele; é um adulto que cresce faltando algo nele, um vazio que muitas vezes ele não entende o porquê. Se foi muito cedo na vida dele, ele cresce sem entender o porquê. Porque quando a criança é muito nova, ela não tem estrutura mental para dar nome aos sentimentos, ela só sente, vai ser um adulto que age sem dar nome aos sentimentos. É mais ou menos assim: com vazios sem nomes, sempre faltando uma parte, sempre procurando por algo.

Reflete-se que quanto mais fortes e densos forem os laços entre a criança e seus guardiões, maiores serão as chances de sentimentos positivos desenvolvidos pelo menor. A afetividade, o carinho, amor e atenção ao cuidar de uma criança possibilita que ela se sinta segura em suas experiências vivenciais, incluindo as que dizem respeito ao aspecto social. Ademais, observa-se ainda o fato de que a criança utiliza os adultos à sua volta como modelo,

padrão, referência a seguir, seja em pequenos e simples atos, como manusear objetos, bem como em atos mais complexos como o comportamento com outras pessoas.

Nesse sentido, E1 pontua que, muitas vezes, as crianças acabam por herdar “o sentimento de abandono que a mulher sente ou que o homem sente naquela separação, mas um abandono que, na verdade, não é da criança, é do ex-cônjuge [...]. Só que a criança ela acaba se sentindo como se ela fosse a divorciada, a separada.”

Em tal perspectiva, Mussen *et al* (1995, p.464) explicam que:

As crianças são socializadas não só através de técnicas de treino direto, mas também por meio de exemplos dos pais, isto é, através de processos de imitação e identificação. A *imitação* é a cópia de respostas específicas de outra pessoa. A *identificação* é um processo mais sutil no qual uma pessoa incorpora as características e padrões globais de comportamento de outra pessoa. A identificação depende da presença de um forte vínculo emocional com a pessoa cujo comportamento é adotado e da percepção que a criança tem de si, como sendo semelhante ao modelo.

Pelo mesmo viés, Manning (1997) também discorre sobre o processo de imitação infantil, em que as crianças são propensas a reproduzir os comportamentos de pessoas próximas a elas, com as quais elas se identificam ou que consideram importantes, razão pela qual é imprescindível que seus guardiões as tratem com zelo, ternura, prudência, dedicação e responsabilidade ao educá-las, como forma de modelo de adulto a ser observado pelas crianças e adolescentes.

Com relação a esta visão, E5 explicita que:

Para a criança a lei maior é a lei de quem a cuida. Se eu tenho uma mãe que me cuida, um pai que me cuida, que me dá alimento, que me dá ‘o carinho e o suporte’, eu vou acreditar no que me falam. Se quem cuida fala que aquela pessoa não gosta mais de mim, se aquela pessoa, que normalmente é assim que falam quando se separa, ‘nos deixou, não quis mais a gente, por isso que deixou a gente’. Normalmente na alienação parental a gente ouve isso, ‘não quer mais saber da gente’, ‘seu pai foi embora’, ‘sua mãe foi embora’, então a criança, a tendência é acreditar nisso. Infelizmente é isso. E não é assim, normalmente o casal não está feliz, mas o outro quer o filho. É um grande sofrimento pra criança. (sic)

Do mesmo modo, Gottman e Declaire (1997) defendem que as interações emocionais entre os membros familiares, na relação pais e filhos, por exemplo, acabam por ultrapassar os limites da família e refletirem-se na vida social da criança. Em uma pesquisa feita pelos referidos autores, os resultados obtidos demonstraram que crianças que receberam preparo emocional de seus pais eram mais saudáveis fisicamente, apresentavam melhor desempenho acadêmico, melhor relacionamento com os amigos e eram menos propensas à violência e

problemas de comportamento do que aquelas que não tiveram “pais preparadores emocionais” (GOTTMAN e DECLAIRE, 1997, p.25).

Para os pesquisadores citados, a criação e educação dos filhos por meio do preparo emocional deles, do treinamento da prole a lidar com sentimentos e tensões diárias, o incentivo à inteligência emocional pode torná-las “protegidas contra as ameaças da violência juvenil, o comportamento antissocial, o vício das drogas, a atividade sexual precoce, o suicídio na adolescência e outras doenças sociais” (GOTTMAN e DECLAIRE, 1997, p.31), com grandes chances de serem adultos melhores sucedidos e saudáveis. Por esse viés, E3 argumenta que em casos de alienação parental, por exemplo, deve-se:

[...] tentar o diálogo, trazer o diálogo, trazer o esclarecimento, tentar resolver em casa, fortalecer os laços afetivos, por que a pessoa alienada ela pode tentar combater a alienação, com mais presença, mais amor, tentando virar o jogo realmente. Trazer as verdadeiras memórias, por exemplo, ‘olha meu filho como a mãe/o pai te ama’, mostrar fotos, ‘olha meu filho como você nasceu’. Mostrar como eles são queridos e são amados e mostrar que o problema que está ocorrendo tem algum mal entendido, tem alguma coisa errada.

Caso estas estratégias familiares não ocorram, é possível que:

Aquela pessoa vai se desestruturando, porque fica difícil dentro de um universo de relações, ela entender porque que ela não pode gostar. Quando ela percebe, ela tá tão distante do genitor que aquela pessoa se torna muito estranha. E é muito confuso um ser humano não sentir nada por uma pessoa que é sabido ser seu pai, ser sua mãe; não reconhecer aquela pessoa que, normalmente, é uma figura de extrema importância em sua relação com o mundo externo, na compreensão desse mundo externo. (sic) (E6)

No que tange às ideias em apreço, é possível refletir que a ausência de um ambiente familiar equilibrado, dá azo à formação de um caráter vago de responsabilidade, limites, ética e valores morais de comportamento para a criança e/ou adolescente, o que permite que o infante tenha atitudes ou ações inapropriadas e imprudentes que podem prejudicar a si mesmo ou a outras pessoas ao seu redor, cujas consequências podem não ser esquecidas e marcar o seu caráter por longos anos.

Nessa perspectiva, Faria (2001) lembra as lições de Piaget acerca da interdependência entre inteligência e afetividade, em que a afetividade pode estimular ou dificultar a inteligência; pode ativar ou retardar o desenvolvimento intelectual. Em outras palavras, apesar de se tratar de diferentes funções, a indissociação uma da outra é condição que se verifica na construção mental do indivíduo, sem que suas estruturas sejam alteradas. Sobre o tema, a autora supramencionada explica Faria (2001):

Para Piaget, afeto e cognição resultam de uma adaptação contínua e interdependente, em que os sentimentos exprimem os interesses e valores das ações ou das estruturas inteligentes. Enquanto os esquemas afetivos levam à construção do caráter, os esquemas cognitivos conduzem à formação da inteligência. (FARIA, 2001, p.8)

A impressão afetiva nada mais é que a consciência de uma necessidade ou de um interesse capaz de levar o organismo a se mobilizar para satisfazê-la e, assim, atingir o equilíbrio. Explicando melhor, a afetividade representa a fonte energética que mobiliza a inteligência, sem alterá-la, da mesma forma que o combustível de um carro provoca o funcionamento do motor sem modificar a máquina (Piaget, 1954). (FARIA, 2001, p.10)

Vale ressaltar que a presença dos cuidadores das crianças em todos os momentos de suas vidas é de suma importância à constituição da personalidade, pois cada experiência reserva um sentimento, comprometimento, envolvimento diferente, assim como pode apresentar alguma dificuldade, seja cognitiva, afetiva, comportamental ou social. Com relação à construção da personalidade, E7 e E8 enfatizam a gravidade da AP ao afirmarem, respectivamente, que:

O alienador não se dá conta do prejuízo que ele está causando para o filho. Quando o indivíduo que é a figura de maior importância para a criança que é a mãe ou o pai dizem algo, esse algo vai se tornando uma verdade absoluta. E essa verdade absoluta vai fazendo com que a criança mude os seus sentimentos em relação ao que ela vê realmente [...].

É altamente prejudicial para a criança. É altamente prejudicial para o desenvolvimento da personalidade, o desenvolvimento social, o desenvolvimento afetivo. Causa muitas patologias. O estresse que é o principal fator que é causado através da alienação parental, ele gera muitas doenças, dentre elas a depressão; na criança a enurese, a gagueira, a encoprese, dificuldades sociais nos relacionamentos com os colegas e com outras pessoas, um isolamento social, a dicotomia da personalidade, quer dizer, eu sou algo e eu sou outra coisa. ‘Eu desenvolvo uma agressividade social, [...]’. ‘Se meu pai ou minha mãe não me ama e é um monstro, como é que consigo ver o mundo? Como eu decodifico o mundo, quando uma das principais pessoas da minha vida fala, fala, fala que a outra é odiosa? De quem no mundo eu posso esperar uma coisa melhor se dos meus pais eu não posso esperar nada de bom?’ Se eles utilizam a criança como escudo de uma guerra, na maior parte das vezes, uma guerra só de um. (E7)

A criança ou o adolescente quando está sofrendo alienação, ele modifica a vida dele e começa a apresentar situações que não eram corriqueiras; situações que não eram vividas, que a pessoa não vivia antes. Então a pessoa começa a apresentar essas novas situações. Um exemplo: ela se fecha, se tranca por completo; muda a forma de se relacionar dentro do colégio, na comunidade; a criança começa a demonstrar através das notas, uma redução delas; no recreio, ela se recusa a se relacionar dentro do próprio colégio. São sintomas que realmente não faziam parte dela e que ela passa a ter e a apresentar. E isso acontece porque a criança está demonstrando que está sofrendo, que ela não está confortável com essa situação de alienação, que acaba levando ela a entrar em um conflito, um conflito entre o pai e a mãe, às vezes até avós alienadores. Então a criança, como ela ama os dois, ela

entra em conflito consigo mesma a ponto de apresentar essas novas situações, esses sintomas. (E8)

Em quaisquer hipóteses vivenciadas, as pessoas próximas à criança e/ou adolescente devem estar aptas para direcioná-los pelo melhor caminho, ainda que isso implique negativas às certas exigências, limites em algumas posturas e imposição de responsabilidades em determinadas atitudes. A garantia de uma boa educação e criação dos filhos, por exemplo, não consiste em atender a todas as vontades da prole, mas sim ensiná-los que há momentos de falar e calar; momentos de ouvir e ser ouvido; de ceder e também recusar; de aprender e ensinar; de brincar e de se aquietar.

Deve-se mostrar a eles que amor também é forma de se instruir que ao lado dos direitos estão os deveres, e que para se ter um lado respeitado, o outro deve-se respeitar também. Do contrário, se a educação não é vista como um processo de desenvolvimento humano, sequelas acontecerão na vida presente e futura das crianças, tais como na visão de E1:

[...] a alienação ocorre no sentido oposto. Todo filho é extremamente fiel ao pai e a mãe, ele tem dentro dele essa fidelidade. Já nasce com a gente, a gente já tem isso. A partir do momento em que você tem um sentimento de sentir-se bem, de estar bem com seu pai e não pode expressar isso quando chega em casa, porque você sabe que a mãe vai ficar magoada e que a mãe não gosta do pai, que a mãe só fala mal do pai ou vice-versa, você acaba tendo que viver uma vida dupla [...].

Então se vive uma vida dúbia, falsa, e isso influencia na sua formação. Tem gente que, mais pra frente, busca refúgio no álcool, nas drogas, se isola. Essas pessoas, elas têm auto estima ferida, então você se sente uma pessoa mais insegura, você se sente uma pessoa mais preconceituosa, você se sente uma pessoa mais vitimada. Muitas vezes nem existe essa vitimização, mas na tua cabeça existe. Então você, muitas vezes, se sente mais sozinho e mais desconfiado. A relação do ser humano com o ser humano fica prejudicada por conta disso. (sic)

Importante observar que a educação e formação de crianças e adolescentes é função de extrema complexidade e exige empenho, seriedade, consciência, interesse e bom senso, por exemplo, todos aliados ao amor, carinho e atenção para com os infantes. O produto advindo da soma desses componentes deve estar sempre voltado para proporcionar uma vida digna para os futuros cidadãos, garantindo-lhes sua sobrevivência e proteção integral, com condições favoráveis ao seu desenvolvimento físico, psíquico, emocional e social. Trata-se de uma forma de se construir parâmetros sólidos como referências àqueles que estão em processo de desenvolvimento, a fim de que estruturem suas relações sociais, nas mais diversas fases da vida humana, em alicerces consistentes.

Logo, cabe aos guardiões das crianças e adolescentes orientá-los para o enfrentamento de problemas diários, para a superação de desafios com destemor, perseverança e determinação, sem esquecer, minimizar, desrespeitar ou rejeitar ao próximo. Devem também instruí-los para a formação de uma consciência crítica frente às realidades experimentadas, como forma de transformar imaturidade, inexperiência e ingenuidade em uma participação ativa e influente na sociedade, com adultos responsáveis, ajuizados, sensatos, justos e cientes dos direitos e deveres próprios e das demais pessoas.

Ensinar aos infantes que todas as pessoas são iguais e merecedoras de uma vida digna e que cabe a cada ser humano fazer o melhor uso possível de suas capacidades, habilidades e potencialidades na vivência do cotidiano. Em suma, devem os cuidadores aconselhar às crianças e adolescentes acerca da importância da interação entre os indivíduos e para o fato de que futuramente serão eles os novos atores sociais, incumbidos do encargo de promoverem melhorias em suas vidas e suas comunidades, sempre atentando-se aos valores éticos, morais, culturais e tantos outros, em busca do bem-estar coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constatação da síndrome em uma criança/adolescente indica que o processo alienador se encontra em um estágio sério, avançado, de forma que o infante, por si só, recusa-se ao contato com o ente-alvo. Em outras palavras, acaba por denunciar a relação de poder estabelecida entre alienante e alienados, em que a vítima infanto-juvenil ocupa uma posição de submissão ao alienador.

Trata-se, portanto, de um sistema dinâmico que denuncia o Poder, o Controle e o Acesso do guardião alienante sob aquele que está sob seus cuidados. À proporção que o alienador reitera o seu discurso negativo em relação ao ente-alvo para a criança/adolescente (Alienação Parental), um cenário imaginativo inverídico é construído mentalmente pelo infante a ponto de influenciar as suas ações e comportamentos face ao não guardião alienado (Síndrome da Alienação Parental).

A repetição do discurso dominador, a relação de confiança e os fortes vínculos afetivos existentes entre alienante e alienado ocasionam o desempoderamento do indivíduo, cujos resultados individuais à vítima são a insegurança, o isolamento social, a depressão e a baixo auto estima, por exemplo. A criança/adolescente se vê à margem do afeto, amor, proteção e carinho de alguém que até certo momento era essencial em sua vida, sentindo-se abandonada(o), rejeitada(o), esquecida(o), menosprezada(o).

Referidos sentimentos, além da substancial carga negativa que possuem, mostram-se muito complexos a um ser humano que está em processo de formação psicossocial, o qual pode sequer saber nomear e descrever as próprias sensações, quando em tenra idade, como exemplificação. Dada à vulnerabilidade e fragilidade em observar, analisar e diferenciar os acontecimentos cotidianos ao redor, acabam permitindo que o instinto humano leve-os a se apegar apenas àquele que lhes aparenta ser o protetor, o amável, carinhoso, afetuoso e cuidadoso, rechaçando o que lhe parece ser o irresponsável, o descuidado, o indiferente. É exatamente na manifestação de rechaço que se verifica o desempoderamento, em que o inconsciente infanto-juvenil tende ao amor e apego ao ente-alvo, enquanto o consciente tende à sua recusa, sujeitando-se ao interesse do alienador, submetendo-se às vontades de outrem em detrimento das suas. A severidade do embaraço psicológico da criança e do adolescente é

tanta que se reflete no aspecto físico das vítimas, como a gagueira, enurese e encoprese, consoante constatação das psicólogas entrevistadas nas experiências laborais com o problema.

Importante observar que o desempoderamento do indivíduo impossibilita o regular desenvolvimento local. O indivíduo desempoderado é passivo aos estímulos externos, de modo que a dinâmica social resta prejudicada. O desempoderamento provoca a “coisificação” do ser humano, ou seja, torna o homem mero objeto nas relações sociais, devido à perda da sua independência e autonomia. Nesse viés, o indivíduo não se autorreconhece como detentor de direitos e deveres, não se autovaloriza como agente social, com pensamento crítico, consciência da realidade e influências e poder suficientes para realizar transformações ao meio em que se insere. A pessoa desempoderada não se sente integrada aos relacionamentos interpessoais e, por conseguinte, integrante de uma comunidade, motivo pelo qual não participa das ações e movimentos sociais em prol do bem-estar coletivo, em prol do desenvolvimento local.

Quando um sério problema, como a Síndrome da Alienação Parental, envolve crianças e adolescentes, a atenção deve ser redobrada, pois se está tratando de seres em processo de formação pessoal e social. Estes seres em constituição de personalidade, identidade, em apreensão da cultura e educação de um povo, comporão ativamente uma comunidade no futuro, serão cidadãos imprescindíveis à caminhada pela dignidade e qualidade de vida humana, seja para atingí-las, seja para mantê-las, quando alcançadas. Permitir que outro ser humano aja negativamente contra a construção psicossocial sadia e harmoniosa dos infantes é permitir que se intente contra a própria comunidade. São justamente os futuros agentes sociais que serão postos em perigo, sofrendo prejuízos emocionais, físicos e psicológicos, os quais se não tratados, podem perdurar longos anos e por que não dizer a vida toda, caso não percebidos.

A partir do reconhecimento da Síndrome da Alienação Parental em 1985, notou-se uma maior recorrência do fenômeno, principalmente no seio familiar em situações de separação e divórcio, no entanto, ela está visível às pessoas nos tempos atuais. Ainda que pese a incidência de instalação da síndrome após a sua descoberta, houve um aumento substancial também em conteúdos teóricos e clínicos que possibilitam um diagnóstico mais completo e rápido acerca do problema, cujo tratamento torna-se mais efetivo e eficaz, na tentativa de redução dos traumas para as vítimas, bem como ao próprio alienador.

A família, além de ser o primeiro e mais significativo núcleo socializador, em conjunto com a escola, incluindo-se a sociedade como um todo, devem se unir em combate à

Alienação Parental e, por conseguinte à Síndrome da Alienação Parental. O diálogo familiar, a mediação e a conciliação são algumas estratégias para a pacificação dos conflitos familiares, em especial em casos de separação ou divórcio, meios estes que são propícios ao desenvolvimento da síndrome.

Imprescindível é ainda a publicidade acerca do tema, desde a conceituação, até a caracterização e efeitos, como forma de informar, alertar e prevenir a sociedade, tanto de dar início ao fenômeno em suas relações, como de permitir que outra pessoa o faça com outrem. Para tanto, existem cartilhas informativas gratuitas da Alienação Parental e sua síndrome, elaboradas ou por tribunal de justiça ou por associações de advogados, com esclarecimentos e informações gerais acerca do tema. Todavia, essas cartilhas são pouco divulgadas pelos seus elaboradores, sendo encontradas basicamente nos locais de sede onde foram criadas e nos *sites* referentes aos seus criadores. Até mesmo a *internet*, cuja ferramenta publicitária é de fácil acesso pessoal que atende a muitas pessoas e de forma célere, é pouco utilizada, de forma que a cartilha não deveria ser publicada apenas nos *sites* de seus elaboradores, mas também constar em vários campos das áreas relacionados ao assunto, como o Direito e/ou Psicologia. Ademais, pontos de grande fluxo de pessoas e acessíveis a todos, como mercados, farmácias, metrô e shoppings, constituem ótimos lugares para se deixar à vista exemplares das cartilhas.

Por fim, se todas essas ações não forem suficientes para evitar o problema e advier a sua instalação, os meios judiciais, psicológicos e psiquiátricos devem ser procurados o mais rápido, tanto para resguardar o vínculo entre os alienados, quanto para obstar a ocorrência de traumas às crianças e adolescentes alienados. Trata-se de uma tentativa de reduzir o envolvimento dos filhos em embates que não lhes pertencem e que acabam por prejudicá-los, em um plano micro, na formação psicossocial, e em um plano macro, nas relações sociais, dificultando o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa qualitativa e quantitativa**. 2. ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad.: Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ÁVILA, Vicente Fideles de. *Pressupostos para Formação Educacional em Desenvolvimento Local*. **Interações** – Revista internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande. vol. 1, n. 1, set. 2000. Disponível em: <<http://site.ucdb.br/public/downloads/9083-vol-1-n-1-set-2000.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2015.

BARBOSA, Ivone Garcia; REIS, Fernando Figueiredo dos Santos. *O papel da família na constituição da identidade na infância: a perspectiva veiculada em livros e periódicos de psicologia e a visão sócio-cultural dos vygotskyanos*. In: **XVIII Simpósio de Estudos e Pesquisas da Faculdade de Educação**, Goiânia, 2010. Disponível em: <<http://anaisdosimposio.fe.ufg.br/pages/30783-comunicacoes-psicologia-e-processospsicossociais>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

BAQUERO, Rute Vivian Angel. *Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual*. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, jan.-abr., p.173-187, 2012.

BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos anos dourados*. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 9 ed. p. 607-639. São Paulo: Contexto, 2007.

BEE, Helen. **A criança em desenvolvimento**. Trad.: Maria Adriana Veríssimo Veronese. 7 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BERGE, André. **A criança, hoje**. Trad.: Teresa de Araújo Penna. Rio de Janeiro: Agir, 1977.

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. *Socialização: como ser um membro da sociedade*. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: leituras e introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. Disponível em: <<http://pedagogia-uel.blogspot.com.br/2012/03/texto-01-de-sociologia-socializacao.html>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BERGLER, Edmund. **Os pais não são culpados pelas neuroses dos filhos: novos conceitos sobre a psicologia do comportamento humano**. Trad.: Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: IBRASA, 1978.

BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria geral dos sistemas**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

BRAGA, Laurie. **Aprendendo e crescendo**. Trad.: Maria Elisa Mascarenhas. São Paulo: Saraiva, 1978.

BRANDES, Joel R. *Alienação Parental*. **New York Law Journal**. Nova Iorque, 26 mar. 2000. Trad.: Paulo Mariano Lopes. Disponível em: <<http://www.apase.org.br/94004-alienacao.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** - 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. IBGE. **Censo demográfico**, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias->

censo?view=noticia&id=3&idnoticia=2240&busca=1&t=censo-2010-unioes-consensuais-ja-representam-mais-13-casamentos-sao-frequentes-classes>. Acesso em: 15 abr. 2015.

_____. IBGE. **Estatísticas do Registro Civil**, 2003-2011. Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=RGC403>>. Acesso em: 15 abr. 2015

_____. Lei n. 883, de 21 de outubro de 1949: Dispõe sobre o reconhecimento dos filhos legítimos. In: **Código Civil**. Disponível em: <http://www.dji.com.br/leis_ordinarias/1949-000883-rfi/0883-49.htm>. Acesso em: 15 abr. 2015.

_____. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916: Código Civil Brasileiro. In: **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm>. Acesso em: 15 abr. 2015.

_____. Lei n. 4.121, 27 de agosto de 1962: Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada: Código Civil Brasileiro. In: **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm>. Acesso em: 15 abr. 2015.

_____. Lei n. 6.515, de 26 de dezembro de 1977: Dispõe os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. In: **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm>. Acesso em: 15 abr. 2015.

_____. Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979: Dispõe sobre a assistência, proteção e vigilância a menores. In: **Código de Menores**. Disponível em: <http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_infancia_juventude/legislacao_geral/leg_geral_federal/LEI_6696_79.HTM>. Acesso em: 15 abr. 2015.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 26 jan. 2016.

_____. Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010: Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CAEIRO, Anabela Lança; VIEIRA, Luís Sérgio. *A importância dos afetos e da socialização no desenvolvimento de uma criança institucionalizada*: o estudo de caso da Maria Flor. In: **AMazônica**.v. 11, n. 2, p. 104-171, 2013. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4710018>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

CARDOSO, E.A. *Os prefixos negativos*: criação e expressividade na poesia de Drummond. In: **Filologia e Linguística Portuguesa**. 8 ed. São Paulo, p. 11-22, 2006.

COLE, Michael; COLE, Sheila R. **O desenvolvimento da criança e do adolescente**. Trad. Magda França Lopes. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CORLIANO, Luzia Neide Menêzes Teixeira. Desenvolvimento na escala humana. **II Congresso Virtual de Antropologia y Arqueologia – Naya**, 2000. (online) Disponível em <http://www.naya.org.ar/congreso2000/ponencias/Luzia_Neide_Menezes.htm#_ftnref2> Acesso em: 16 mai. 2015.

COVRE, Maria de Lourdes Manzine. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

DEL PRIORE, Mary. **História do Amor no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 4 ed. rev. atual.e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

D'INCAO, Maria Ângela. *Mulher e família burguesa*. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 9 ed. p. 223-240. São Paulo: Contexto, 2007.

DORSA, Arlinda Cantero. **Língua e discurso nas crenças culturais sul-pantaneiras**. Curitiba: Appris, 2006.

DOWBOR, Ladislau. **A Reprodução Social**: propostas para uma gestão descentralizada. São Paulo, 1998.

ELIZALDE, Antônio. *Desarrollo a Escala Humana*: conceptos y experiencias. **Interações**, v.1, n. 1, p. 51-62, 2000.

_____. *La propuesta de Desarrollo a Escala Humana*. In: PNUMA, Programa de las Naciones Unidas para el medio Ambiente. **Desarrollo humano y ética para la Sustentabilidad**. México/Santiago: PNUMA/Universidade Bolivariana, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad.: Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2008.

_____. *Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica /critical discourse analysis as a method in social scientific research*. In: **Linha d'Água**, v. 2, n. 25, p. 307-329, 2012.

FARIA, Anália Rodrigues de. **O desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio de língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania**: uma questão para a educação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad.: Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Priscila Maria Pereira Corrêa da. *Síndrome de alienação parental*. **Pediatria**. n. 28. São Paulo. 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad.: Roberto Machado. 16 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 25 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

GARDNER, Richard A. *Recent Trends in Divorce and Custody Litigation*. **Academy Forum**, v. 29, n. 2, p. 3-7, 1985. Disponível em: < <http://www.fact.on.ca/Info/pas/gardnr85.htm> >. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. *Legal and psychotherapeutic approaches to the three types of parental alienations syndrome families. When psychiatry and law join forces*. **Court Review**, v. 28, n.1, p.14-21,

1991. Disponível em: < <http://www.fact.on.ca/Info/pas/gardnr01.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. *Differentiating between PAS and bona fide abuse/neglect*. **The American Journal of Family Therapy**, v. 27, n. 3, p.195-212, 1999. Disponível em: < <http://www.fact.on.ca/Info/pas/gardnr99.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. *Parental Alienation Syndrome (PAS): Sixteen Years Later*. **Academy Forum**, p.10-12, 2001a. Disponível em: < <http://www.fact.on.ca/Info/pas/gard01b.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. *Should courts order PAS children to visit/reside with the alienated parent? A follow-up study*. **The American Journal of Forensic Psychology**, v. 19, n. 3, p.60-106, 2001b. Disponível em: <<http://www.fact.on.ca/Info/pas/gard01a.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. *Parental alienation syndrome vs. parental alienation: which diagnosis should evaluators use in child-custody litigation?* **The American Journal of Family Therapy**, v. 30, n. 2, p.101-123, 2002a. Disponível em: < <http://www.fact.on.ca/Info/pas/gard02b.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. *O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)?*. Trad. Rita Rafaeli. Manuscrito não-publicado. 2002b.

_____. *Denial of the Parental Alienation Syndrome Also Harms Women*. **The American Journal of Family Therapy**, v. 30, n. 3, p. 191-202, 2002c. Disponível em: < <http://www.fact.on.ca/Info/pas/gard02a.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GONZALEZ, Román Rodrigues. *La escala local del desarrollo – definición y aspectos teóricos*. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano 1, n. 1, Salvador. 1998.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa em psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.

GOTTMAN, John; DECLAIRE, Joan. **Inteligência emocional e a arte de educar nossos filhos**. Trad.: Adalgisa Campos da Silva. 12 ed. Rio de Janeiro: Objetiva Ltda, 1997.

GOUVEIA, Carlos A. M. *Análise crítica do discurso*: enquadramento histórico. In: **Saberes no tempo**. Lisboa: Colibri, p.335-351, 2001. Disponível em: <<http://ww3.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/bc/5.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

HAESBART, R. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, 2004. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>> Acesso em: 01 out. 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 19 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. *Empoderamento*: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n4/16.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

LOWENSTEIN, Ludwig F. *Problems suffered by Children due to the effects of Parental Alienation Syndrome*. **Justice of the Peace**, v. 166, n. 24, p 464-466, 2002. Disponível em:

<[http://www.parental-alienation.info/publications/17-](http://www.parental-alienation.info/publications/17-prosufbychiduetotheeffofparalisyn.htm)

[prosufbychiduetotheeffofparalisyn.htm](http://www.parental-alienation.info/publications/17-prosufbychiduetotheeffofparalisyn.htm)>. Acesso em: 19 mai. 2015.

MAIA LIMA, Antonio Henrique. **O direito humano ao desenvolvimento sob a ótica das minorias de gênero**. 147f. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

MALINOWSKY, Bronislaw. *A família no direito paterno e no direito materno*. In: CANEVACCI, Massimo. **Dialética da família**: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MANNING, Sidney A. **O desenvolvimento da criança e do adolescente**. Trad.: Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1997.

MAX-NEEF, Manfred A.; ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, Martín. **Desarrollo a escala humana**: una opcion para el future. Londres: Cepaur, 1986.

MAX-NEEF, Manfred A. **Desarollo a escala humana**: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Barcelona: Editorial Nordan-Comunidade, 1993.

MENDES, Josimar Antônio de Alcântara. *Reflexões sistêmicas sobre o olhar dos atores jurídicos que atuam nos casos de disputa de guarda envolvendo alienação parental*. 2013. 186f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) - Universidade de Brasília (UnB). Brasília/DF.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONCORVO, Maria Cecilia Ribeiro. *Criando os filhos sozinha*: a perspectiva feminina da família monoparental. 2008. 106f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro (PUC-RJ). Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=12054@1>. Acesso em: 15 abr. 2015.

MORIN, Edgar. *Novas fronteiras da ciência*. **Ideias contemporâneas**: entrevistas do Le Monde. São Paulo: Ática, 1989.

MUSSEN, Paul Henry. **O desenvolvimento psicológico da criança**. Trad.: Antonio P. R. Agatti. 11 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

_____. *et al.* **Desenvolvimento e personalidade da criança**. Trad.: Maria Lúcia G. Leite Rosa. 3 ed. São Paulo: Harbra, 1995.

NEWCOMBE, Nora. **Desenvolvimento infantil**: abordagem de Mussen. Trad.: Cláudia Buchweitz. 8 ed. São Paulo: Artes Médicas, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Carta das Nações Unidas**. Adotada em 1945.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada em 1948.

_____. **Declaração Universal dos Direitos das Crianças**. Adotada em 1959.

_____. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Adotada em 1989.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PAULO, Beatrice Marinho. *Novas configurações familiares e seus vínculos sócio-afetivos*. 2006. 171 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro (PUC-RJ). Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=8122@1>. Acesso em: 20 abr. 2015.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. *Análise crítica do discurso: uma proposta para a análise crítica da linguagem*. In: **IX Congresso Nacional de Linguística e Filologia** – CNLF, Rio de Janeiro, v.9, n.3, 2005. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 15 ed. rev. at. São Paulo: Saraiva, 2015.

PODEVYN, François. *Síndrome da alienação parental*. Trad.: Apase - Associação de Pais e Mães Separados. 2001. Disponível em: <<http://www.apase.org.br/94001-sindrome.htm>>. Acesso em: 18 mai. 2015.

PORTO, Delmiro da Silva. **Família enquanto base e matriz social: os reflexos do divórcio na perspectiva do desenvolvimento comunitário**. 2012. 195f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRIGOGINE, Ilya. *Novas fronteiras da ciência. Ideias contemporâneas: entrevistas do Le Monde*. São Paulo: Ática, 1989.

PROCHNO, Caio César Souza Camargo; et al. *Marcas da alienação parental na sociedade contemporânea: um desencontro com a ética parental*. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 11, n. 4, dez./ 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000400007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 abr. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAPPAPORT, Julian. *Terms of empowerment/exemplars of prevention: toward a theory for community psychology*. **American Journal of Community Psychology**, v. 15, n. 2. 1987. Disponível em: <[http://www.new-gallery-of-art.com/pdf/antioch/6.%20Rappaport%20\(1987\).pdf](http://www.new-gallery-of-art.com/pdf/antioch/6.%20Rappaport%20(1987).pdf)>. Acesso em: 14 mai. 2015.

ROSA, Felipe Niemezewski da. *A síndrome de alienação parental nos casos de separações judiciais no direito civil brasileiro*. 2008. 56f. Monografia. (Bacharelado em Direito) - PUCRS, Porto Alegre. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2008_1/felipe_niemezewski.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2015.

SAMARA, Eni de Mesquita. *O que mudou na família brasileira? (da colônia à atualidade)*. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 27-48, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200004>. Acesso em: 15 abr. 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3. ed., São Paulo: Hucitec, 1994.

SEGURA, C.; et al.. *El síndrome de alienación parental: una forma de maltrato infantil*. **Cuad. med. forense**, Sevilla, n. 43-44, abr. 2006. Disponível em:

<http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1135-76062006000100009&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 24 abr. 2015.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. *A particularidade do processo de socialização contemporâneo*. **Tempo Social**. v. 17, n. 2, p. 335-350, nov./2005.

SILVA, Carmen; MARTINEZ, María Loreto. *Empoderamiento: Proceso, Nivel y Contexto*. Psykhe, Santiago (online), v. 13, n. 2, nov./2004. In: **Scielo**. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22282004000200003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 14 mai. 2015. ~

SOIBET, Raquel. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 9 ed. p. 362-400. São Paulo: Contexto, 2007.

SOUSA, Analicia Martins de. **Síndrome da alienação parental**: análise de um tema em evidência. 2009. 184f. Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SOUZA, Solange Jobim. **Infância e linguagem**: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin. Campinas: Papirus, 1997.

SOUZA, Raquel Pacheco Ribeiro de. **Síndrome de alienação parental e narcisismo**. 2009. 72f. Monografia (Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

TABOSA, Francisco José Silva, *et al.* *A importância do capital social e da solidariedade para o desenvolvimento local: um estudo de caso*. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural-SOBER**. 2004, 8p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5327/1/2004_eve_miomayorgaai.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2015.

TEIXEIRA, Mirna Barros. **Empoderamento de idosos em grupos direcionados à promoção da saúde**. 2002. 144f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro.

TERUYA, Marisa Tayra. *A família na historiografia brasileira: bases e perspectivas de análise*. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 12, 2000, Caxambú. **Anais...** s.l.: s.n. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/A%20Fam%C3%ADlia%20na%20Historiografia%20Brasileira....pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

TRINDADE, Jorge. **Delinquência juvenil**: uma abordagem transdisciplinar. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

VAN DIJK, Teun. *El análisis crítico del discurso*. In: **Anthropos** (Barcelona), 186, set./out., p.23-36, 1999.

_____. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade/ multidisciplinary critical discourse analysis: a plea for diversity*. In: **Linha d'Água**, v. 2, n. 26, p. 351-381, 2013.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **O poder que borta da dor e da opressão: empowerment**, sua história, teorias e estratégias. São Paulo: Paulus, 2003.

WALD, Arnaldo. **O novo direito de família**. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

WALLERSTEIN, Judith S.; BLAKESLEE, Sandra. **Sonhos e realidade no divórcio**: marido, mulher e filhos dez anos depois. São Paulo: Saraiva, 1991.

APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: “Síndrome da Alienação Parental - enfraquecimento das relações comunitárias: família-indivíduo-sociedade”.

A JUSTIFICATIVA: a família sofreu inúmeras influências políticas, econômicas, sociais e culturais com o passar dos anos. Graças a sua grande capacidade de adequação às exigências do meio social, consegue perdurar no espaço e no tempo até chegar às feições atuais, marcadas pela pluralidade de configurações familiares e pelo afeto como núcleo formador dos arranjos familiares.

Por sua vez, essas inovações acabaram por abarrotar o Poder Judiciário com conflitos de toda a natureza, fazendo com que novos problemas familiares se tornassem visíveis, como ocorreu com a Alienação Parental e a Síndrome da Alienação Parental, que atentam contra a dignidade da pessoa humana, englobando-se nesse ponto, os filhos havidos do matrimônio.

Nessa linha, observa-se que todo indivíduo, ao nascer, necessita de cuidados, os quais lhes são dados pela família, a qual representa o marco inicial da formação dos indivíduos. Os valores imateriais, a identidade, cultura e educação, utilizados no processo de formação social dos filhos, desenvolvem-se, primeiramente, no seio familiar, na relação pais e filhos, para, posteriormente, serem compartilhados na relação filhos e sociedade.

Em tal perspectiva, tanto a Alienação Parental como a Síndrome da Alienação Parental podem atuar como fatores contribuintes para a violência no âmbito das relações interpessoais familiares e para a fragmentação da família, de modo a causar danos e prejuízos à prole que se encontra em processo de formação psicossocial. Em outras palavras, o fenômeno como um todo consiste em um óbice à formação da identidade e personalidade dos indivíduos, capaz de corromper a memória individual e coletiva dos filhos, bem como todos os valores imateriais que lhes foram ensinados, fundamentais à construção social da prole e aos inúmeros grupos sociais com os quais se relacionarão. Frente a esses fatos, viu-se a necessidade de análise e aprofundamento sobre o tema, na busca de prováveis soluções para a problemática em questão, de modo a mitigar os reflexos negativos nas relações familiares e comunitárias e propiciar a possibilidade de desenvolvimento local da comunidade.

OS OBJETIVOS E OS PROCEDIMENTOS: por objetivo substancial (geral) pretende-se analisar a Síndrome da Alienação Parental enquanto fator de desempoderamento do sujeito e o consequente enfraquecimento das relações comunitárias. Isto é, poder ao final da pesquisa, comparar as bases teóricas em conjunto com as entrevistas coletadas, de modo a definir os eventuais prejuízos ocasionados pela Síndrome da Alienação Parental aos envolvidos e seus reflexos negativos às relações sociais.

Tem-se por objetivos secundários (específicos):

- 1 – Examinar a Síndrome da Alienação Parental (SAP).
- 2- Demonstrar o desempoderamento do sujeito promovido pela SAP, como óbice à formação e desenvolvimento pessoal e social do indivíduo, partindo das práticas discursivas.
- 3- Demonstrar a consequência do desempoderamento do alienado ao desenvolvimento local, qual seja o enfraquecimento das relações comunitárias.

DESCONFORTOS E RISCOS E BENEFÍCIOS: não há previsão de desconfortos ou riscos à amostra.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

O(s) pesquisador(es) irá(ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados obtidos por intermédio do(s) depoimentos e entrevista(s) serão enviados para você e permanecerão sem identificação, inclusive na versão final do trabalho apresentado. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: A participação no estudo não acarretará custos para você e é voluntária não lhe disponibilizando, portanto, nenhum tipo de compensação financeira.

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE

Eu, _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. O(a) pesquisador(a) certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.

Também sei que caso existam gastos adicionais, estes não serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em caso de dúvidas poderei chamar a mestrande Thayliny Zardo no telefone (67) 8125-5368 ou o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica Dom Bosco (CEP/UCDB), sito à Av. Tamandaré, 6000, Jd. Seminário – Campo Grande, MS.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

NOME⁵: _____

CPF: _____ **DATA:** ____/____/____

ASSINATURA

⁵ Social ou Oficial (de registro).

APÊNDICE B: MODELO DO ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. EM SUA CONCEPÇÃO E A PARTIR DE SUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, EM QUE CONSTITUI A ALIENAÇÃO PARENTAL E SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL?

2. A ALIENAÇÃO PARENTAL ESTÁ RESTRITA À ESFERA FAMILIAR?

3. HÁ ALGUMA RELAÇÃO ENTRE ALIENAÇÃO PARENTAL, SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO? EM CASO AFIRMATIVO, DESCREVÊ-LA.

4. A ALIENAÇÃO PARENTAL E SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL EXERCEM INFLUÊNCIA SOBRE O EMPODERAMENTO DO INDIVÍDUO? EM CASO AFIRMATIVO, DE QUE FORMA?

5. HÁ CONSEQUÊNCIAS PARA A VIDA SOCIAL DO INDIVÍDUO DECORRENTES DA ALIENAÇÃO PARENTAL E SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL? EM CASO AFIRMATIVO, DESCREVÊ-LAS.

6. SÃO DESENVOLVIDAS AÇÕES PARA PREVENÇÃO E COMBATE DA ALIENAÇÃO PARENTAL E SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL? EM CASO AFIRMATIVO, DESCREVÊ-LAS.

7. A PARTIR DE SUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, QUAIS SÃO AS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO À ALIENAÇÃO PARENTAL E SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL?